

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

HANIERY CONCEIÇÃO DOS SANTOS

VIVA A REPÚBLICA:

Os discursos republicanos nos jornais maranhenses 1889-1890

São Luís

2013

HANIERY CONCEIÇÃO DOS SANTOS

VIVA A REPÚBLICA:

os discursos republicanos nos jornais maranhenses de 1889-1890

Monografia apresentada ao curso de História na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Pachêco

São Luís

2013

Santos, Haniery Conceição dos.

"Viva a república": os discursos republicanos nos jornais maranhenses 1889 – 1890 / Haniery Conceição dos Santos. – São Luís, 2013.

... f

Monografia (Graduação) – Curso de História Licenciatura. Universidade Estadual do Maranhão, 2013.

Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Pacheco.

1.Ideais republicanos. 2. Partido republicano - jornais. I. Título

CDU: 94(81):070"1889/1890"

HANIERY CONCEIÇÃO DOS SANTOS

VIVA A REPÚBLICA:

Os discursos republicanos nos jornais maranhenses de 1889-1890

Monografia apresentada junto ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura plena em História.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alan Kardec Pachêco (Orientador)

Universidade Estadual do Maranhão

1º Examinador (a)

2º Examinador (a)

Agradeço a Deus.

A minha família e amigos (as).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por ter me dado força, coragem, fé, determinação em minha vida de acadêmico. Além de paciência, perseverança e dedicação aos meus estudos, que me propiciaram o conhecimento necessário para me tornar um bom profissional da área de História.

À minha família por ter estado ao meu lado ao longo da minha formação. Agradecendo especialmente à minha mãe e meu pai, por terem acreditado no meu sucesso profissional, me dado apoio nos estudos e acompanhado desde a dura batalha de ingressar na instituição de ensino superior até a conclusão do curso.

Aos professores do curso de História, que me preparam para ser um bom profissional e me mostraram o quanto a profissão de historiador é árdua, porém prazerosa e interessante também. Agradeço aos Professores doutores Adriana Zierer, Fábio Monteiro, Henrique Borralho, Helidacy, Marcelo Cheche, Milena Galvês e Nielson Bezerra.

Ao Professor Doutor Alan Kardec Pachêco por ter se disponibilizado a ser meu orientador neste brilhante trabalho monográfico, dando-me um aparato bibliográfico e fazendo comentários que me ajudaram a realizar com sucesso meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos meus amigos (as) do Museu de Artes Visuais, Marcelle Maciel, Pollyanna, Dayanne, Ezequias, Atiane Gusmão, que fazem parte da minha vida, por terem me incentivado a dar continuidade e a finalização ao meu curso.

Aos meus amigos do curso de História, com quem tive o prazer de conviver ao longo desta caminhada acadêmica e aprender muito sobre pesquisa, debates e escrita. Agradeço aos meus amigos Elielson Câmara, Laércio Dias, Alisson de Andrade, Tiago Veras e Reginaldo. Agradeço a minhas amigas Emilly Rios, Leila Andréia, Yanna Arraes, Jany Kerly, Nelma Regina e Gleiciane Moraes, que além de suas amizades, me ajudaram para o sucesso deste TCC.

RESUMO

No dia 15 de novembro de 1889 foi instituído o governo republicano federativo, estando à frente do novo regime os militares, liderados por Deodoro da Fonseca. O projeto de instalar a república no país, entretanto, não ocorreu apenas nos últimos anos que antecederam a queda da monarquia, visto que os ideais republicanos estavam presentes bem antes do processo de independência do Brasil. Os movimentos ou revoltas que ocorreram após a independência defendiam a implantação de um governo de caráter autônomo ou descentralizado, pensamento este presente na província do Maranhão, sendo que somente em duas vilas foram proclamada a República, São Bento e Pastos Bons. Em 1868, a queda do gabinete de Zacarias de Góes, em virtude do Poder Moderador exercido pelo Imperador D. Pedro II, ocasionou a cisão no Partido Liberal e muitos dos dissidentes desta, acabaram por se unir e formarem o Partido Republicano, em 1870. Para difundirem os ideais republicanos na sociedade, os clubes do Rio de Janeiro, São Paulo, e, principalmente, do Maranhão utilizaram os jornais, nos quais definiam sua ideia sobre a república, bem como o modelo que deveria ser implantado no país.

Palavras-chaves: Ideais republicanos – Partido Republicano – Jornais.

ABSTRACT

On November 15, 1889 is established the federal republican government, ahead of the new military government led by Diodorus of Fonseca. The project to install a republic in not only occurred in the last years before the fall of the monarchy, as the republican ideals were present well before the process of independence of Brazil. Movements or revolts that occurred after independence advocated deploying a government of autonomous character or decentralized thinking this gift in the province of Maranhão and in some villages were proclaimed a republic. In 1868, with the fall of the Liberal cabinet of Zacarias de Goes under moderating power exercised by the Emperor D. Pedro II, caused dissent in the Liberal Party, and many of these dissidents formed the Republican Party in 1870. To disseminate republican ideals in society, the clubs of Rio de Janeiro, São Paulo, and mainly Maranhão used newspapers, which printed these defining what idea they had about the republic and which model should be deployed in the country.

Key words: Ideals Republicans - Republican Party - Newspapers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O jornal e a construção da República no Maranhão.....	16
1.1 Os jornais e seus redatores.....	17
1.2 O período pré-republicano.....	21
1.3 A presença do republicanismo no Maranhão.....	25
1.4 A circulação de impresso na formação da opinião pública.....	28
1.5 Os impressos maranhenses.....	33
2 Viva a República Federativa Brasileira!.....	39
2.1 As transformações socioeconômicas e as novas ideias no Brasil.....	40
2.2 A formação do partido republicano no Brasil.....	47
2.3 O fim do governo imperial no Brasil.....	54
2.4 A desagregação política e econômica no Maranhão.....	60
2.5 As ideias republicanas no Alto sertão maranhense.....	65
3 Alta e generosa, surge a República!	70
3.1 Republicanos e abolicionistas.....	75
3.2 Viva a República Federativa!	78
3.3 Viva a República!(1889-1890).....	84
3.4 Viva a Junta Governativa do Maranhão!	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	103
ANEXOS.....	106

INTRODUÇÃO

A República Brasileira se iniciou em 15 de novembro de 1889, após a queda da monarquia, em um golpe militar liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Dado à proclamação da república, as províncias brasileiras acataram ao novo regime, contudo, o Maranhão, por meio da Junta Governativa, só o aceitou no dia 18 de novembro de 1889.

No entanto, o projeto de implantação do regime republicano no Brasil não surgiu no dia que foi derrubada a monarquia. Segundo Leite (2000, p. 49) “os ideais republicanos estavam presentes bem antes do período do Segundo Reinado, sendo que a ideia de república esteve presente nos movimentos ou revoltas, que ocorreram no século XVIII e XIX”.

Antes do processo de independência do Brasil, houve movimentos e revoltas de caráter republicano. Os exemplos das revoluções da Independência Americana (1776)¹ e da Francesa (1789)² iriam ocasionar aspirações de alguns letrados, comerciantes e padres brasileiros, em grande parte maçons, que sonhavam com a República. A inconfidência Mineira (1789), a Inconfidência Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817), pretendiam organizar governos independentes e republicanos.

Após a independência, as revoltas de teor republicano persistiram no país. A Confederação do Equador (1824), em Pernambuco; A Cabanada (1834-1840), no Pará e Amazonas; A Sabinada (1837), na Bahia e a Revolução dos Farrapos (1835-1845), no Rio Grande do Sul, que em setembro de 1836 conseguiu que a província fosse declarada, pelos líderes farrapos, como uma nação republicana. No Maranhão, houve duas localidades onde aconteceram manifestos de defesa do republicanismo: vilas de Pastos Bons (1828) e São Bento (1848), as quais não trouxeram grandes alardes ao governo imperial brasileiro.

¹ Em 1776, os colonos norte-americanos reuniram no segundo congresso com o objetivo maior de conquistar a independência. Durante o congresso, Thomas Jefferson redigiu a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. Porém, a Inglaterra não aceitou a independência de suas colônias e declarou guerra. A Guerra de Independência, que ocorreu entre 1776 e 1783, foi vencida pelos Estados Unidos com o apoio da França e da Espanha.

² A Revolução Francesa ocorreu no período de 1789 a 1799, com a queda da monarquia francesa pelo terceiro estado (camponeses, trabalhadores urbanos e pequena burguesia comercial), com a queda da Bastilha no dia 14 de julho de 1789. Baseados nos lemas: liberdade, igualdade e fraternidade.

Estes movimentos surgiram em virtude da não aceitação do caráter centralizador do regime imperial, visto que eram influenciados pelas ideias liberais da época. Mesmo com o fracasso dos movimentos, as ideias republicanas continuaram presente nos 67 anos de regime monárquico. Porém, somente em 1870 estas ideias voltaram a ter destaque no cenário político brasileiro com a apresentação do manifesto republicano redigida pelo clube do Rio de Janeiro. Após esta data surgem agremiações deste tipo em São Paulo, Rio Grande do Sul e outras províncias do império.

As ideias republicanas se propagaram no país através de manifestos e periódicos. No Rio de Janeiro três impressos se destacaram na defesa do republicanismo: “A República” (1870), “O Globo” (1883) e o “O Paiz” (1884). Todos estes jornais tinham seus editoriais escritos pelo principal defensor do republicanismo, Quintino Bocaiúva.

No Maranhão, já na década de 1880, existiam clubes republicanos que se concentravam em São Luís, Vila do Cururupu e vilas do sul do Maranhão (Barra do Corda, Riachão, Pastos Bons e outros), que criticavam o regime imperial e defendia a implantação da república.

Os impressos de cunho republicano surgiram no Maranhão, a partir de 1888, com os jornais: “Novo Brasil” (1888-1889) e “O Norte” (1888-1889). O primeiro, criado em São Luís, tinha como redator Paula Duarte; e no segundo, coube a Isaac Martins e Frederico Figueiras essa função. Além destes, outros jornais foram criados para defesa do republicanismo e crítica contra a monarquia: “A Luz” (1889), “A Republica” (1889-1890) e “O Globo” (1889-1890).

Alguns questionamentos surgem daí: podemos dizer que as ideias de república defendidas pelos maranhenses são semelhantes ou divergentes das cariocas e paulistas? Qual modelo de república deveria ser implantando no país, segundo os maranhenses?

Segundo Viotti (1994) havia no partido republicano duas tendências: a revolucionária, liderada por Silva Jardim, que defendia a implantação da república através da revolução popular; a segunda, chefiada por Quintino Bocaiúva, que defendia a instituição republicana de forma pacífica por meio da via eleitoral. Essa diferença vai

estar presente nos partidos republicanos dos principais centros do império: Rio de Janeiro e São Paulo.

Os principais responsáveis pela construção dos discursos republicanos no Brasil eram os redatores dos impressos, oriundos de famílias abastadas, que estudaram nas faculdades brasileiras ou europeias, na qual tiveram contatos com as ideias liberais vigentes na época e escreviam sobre estas para as pessoas letradas com intuito de obter o apoio das elites brasileiras. Com isso os jornais impressos foram os principais formadores da opinião pública brasileira.

No Maranhão os impressos de cunho republicano tiveram o mesmo papel, sendo o jornal pioneiro desse projeto o “Novo Brasil”, criado em 07 de abril de 1888 com circulação na capital. No interior, o principal propagador das ideias republicanas será “O Norte” da vila do Barra do Corda, criado em 12 de novembro de 1888.

Esses ideais tiveram maior circulação no momento que o governo imperial estava sofrendo crises com as instituições que o apoiavam, como problemas com a Igreja Católica, divergência entre os gabinetes ministeriais e o exército e a abolição da escravidão, a qual este ultimo acarretou o fim do apoio dos grandes proprietários ao imperador D. Pedro II. Estes acontecimentos, acompanhados pelo crescimento dos clubes republicanos em várias vilas do país, serviram para confirmar a ideia de que a monarquia estava em decadência e que nação só alcançaria o progresso e a civilização com o regime republicano.

O mesmo discurso vai estar presente nos jornais maranhenses, os quais irei abordar no meu trabalho monográfico. Meu objetivo é analisar os discursos republicanos presente nos periódicos “A Luz”, “A República” e “O Globo” nos anos de 1889 e 1890, destacando qual a ideia e modelo de república que eles defendiam.

Analisarei alguns manifestos redigidos pelos partidários republicanos do sul do Maranhão, destacando os principais colaboradores e os principais elementos que compõem o discurso republicano. Os jornais que utilizei no meu trabalho monográfico foram encontrados na Biblioteca Pública Benedito Leite, na cidade de São Luís, Maranhão. Estavam localizados no setor de periódicos, no qual tive contato apenas com quatro jornais. Destes quatro, somente três estavam microfilmados: “A República”, “O

Globo” e “O Norte”, enquanto que o jornal “A Luz” estava em perfeito estado, contendo apenas duas edições de 1889 (20 de junho e 28 de junho).

As edições do jornal “A República”³ presentes na biblioteca pública começam em dezembro de 1889 e vão até dezembro de 1890. A partir de 1890 este impresso tornou-se o veículo de comunicação oficial da Junta Governativa republicana, tendo como função noticiar os acontecimentos e ações do novo regime. Este jornal era impresso pela tipografia de Sátiro Antônio de Faria (proprietário da tipografia) localizada na rua grande, nº 05.

O jornal “O Globo”⁴ foi editado de 1889 a 1890 (07 de setembro de 1889 a 03 de junho de 1890), chefiado por Paula Duarte e Casimiro Junior. Quando foi criado tinha como objetivo apenas noticiar fatos do dia-a-dia e ações governamentais. Após a proclamação da república este impresso passou a defender o governo republicano e a criticar o governo monárquico. Não coloquei mais edições, pois existiam discursos repetidos nos outros números, então decidi apenas me ater a edições próximas ao dia da Proclamação da República.

O jornal “A Luz” teve uma vida efêmera. Apenas duas edições de 1889 foram encontradas na biblioteca. Segundo Dunshee de Abranches(1990), este jornal havia sido criado pelos alunos da escola Liceu para protestar contra a visita do Conde D’Eu na capital da província. Este impresso foi redigido na tipografia de Sátiro Antônio de Faria.

O jornal “O Norte” criado na vila de Barra do Corda em 1888, de autoria do juiz de paz Isaac Martins conta apenas com edições dos anos de 1892 (04 e 27 de dezembro) a 1893 (22 de janeiro a 19 de novembro), não constando nos arquivos da biblioteca edições anteriores⁵.

A metodologia que utilizei para a construção do meu trabalho foi pesquisar e analisar discursos republicanos nos jornais dos anos de 1889 e 1890. Escolhi apenas

³ As edições que utilizei deste impresso foram a nº 05, 07, 11 e 13.

⁴ Deste jornal utilizei as edições de nº01, 60, 62, 63, 64, 69, 98, 100 e 104.

⁵ Não foi possível encontrar as primeiras edições do jornal “O Norte”. As que foram encontrados na Biblioteca Pública da capital foram a partir de 1892. Deste ano constam apenas duas edições que datam de 04 e 27 de dezembro. Encontrei o editorial da primeira edição da dissertação de mestrado do historiador Alberto Ferreira, 2002.

alguns discursos, visto que meu trabalho não estava voltado à pesquisa quantitativa, pois caso fosse, fugiria do real objetivo da minha monografia.

Destacarei os elementos republicanos presente nestes discursos, analisando se há semelhanças ou diferenças com os discursos republicanos cariocas. Utilizarei o conceito de Michel de Foucault de discurso como base para compreender a ação deste ideal na sociedade.

Outro ponto importante a destacar nesta pesquisa foi a dificuldade de encontrar trabalhos acadêmicos relacionados à história da imprensa maranhense, principalmente voltado a jornais republicanos. Em meio às coletas bibliográficas apenas foi encontrado um pequeno número de trabalhos relacionados a todos os jornais do Maranhão.

O que encontrei referente ao assunto foi do historiador Luiz Alberto Ferreira na sua dissertação de mestrado da Universidade Federal de Pernambuco⁶, na qual ele utiliza estes impressos como fonte para abordar a construção do movimento republicano na província. Desta dissertação peguei os manifestos republicanos das vilas do sertão maranhense: Carolina, Picos (atual município de Colinas) e São José dos Matões. A utilização dos manifestos dessas três vilas foi de suma importância para compreender a ideia de república que estava presente no alto sertão maranhense, visto que o meu trabalho não foi mais adiante por conta da ausência das edições de 1888 do jornal “O Norte”.

Além de haver poucos trabalhos e livros⁷ que abordem a questão da história da imprensa no Maranhão, devo destacar a dificuldade de encontrar as edições completas dos jornais de 1889 e 1890. Infelizmente, algumas edições dos jornais pesquisados foram deterioradas ou extraviadas, o que foi essencial na minha escolha por determinados jornais⁸. A maioria dos jornais do século XIX estavam microfilmados, sendo possível a sua análise.

⁶ **O movimento republicano e a gênese da reestruturação oligárquica no Maranhão (1888-1894).**

⁷ Autores que trabalharam com a história da imprensa no Maranhão foram: José Ribeiro do Amaral, Antônio Lopes, César Augusto Marques e Sebastião Jorge.

⁸ Nesta pesquisa não foi possível pesquisar o jornal “O Novo Brasil”. Em razão deste periódico estar totalmente deteriorado, não foi possível ter contato com elas, optei por não incluí-lo no trabalho.

No primeiro capítulo abordarei sobre a origem dos ideais republicanos no Brasil e no Maranhão. Irei destacar os principais jornais maranhenses de cunho republicano, bem como analisar o histórico destes, ressaltando os proprietários e editores que os formavam, para quais fins e para quem eram voltados estes impressos, visto que a maioria da população maranhense não sabia ler e nem escrever.

No segundo capítulo vou destacar como foi a formação das ideias republicanas no Brasil, analisando os principais acontecimentos que marcaram a crise no Segundo Reinado e o impacto do manifesto republicano de 1870 na política imperial. Tendo em conta que os ideais republicanos voltam a entrar em cena no pensamento político brasileiro no momento que o país passava por transformações socioeconômicas. Destacarei a formação dos clubes republicanos no Rio de Janeiro e São Paulo e também analisarei a formação do movimento republicano no Maranhão, destacando os aspectos político, econômico e social que a província se encontrava na época.

No terceiro capítulo analisarei os discursos republicanos nos jornais maranhenses de 1889 e 1890, tendo como objetivo caracterizar os elementos republicanos presentes nestes meios de comunicação; se podemos realmente dizer que os movimentos na província maranhense seguiam fielmente a do Rio de Janeiro, e qual o modelo de república que eles defendiam: o modelo federativo dos Estados Unidos ou a República Francesa de 1792⁹. Partirei do conceito de República defendida por Montesquieu e de federalismo escrita pelos autores da república norte-americana na tentativa de entender como era definido nesta época.

⁹ A Primeira República Francesa foi proclamada pelo povo francês a 21 de Setembro de 1792, como resultado da Revolução Francesa e da abolição da monarquia francesa. Isto pressagiou uma nova era de governos republicanos na Europa. Seu principal líder foi Robespierre, que inaugurou o Terror, que matou mais de 100 000 pessoas, com o 18 de Brumário a Primeira República foi extinto nascendo assim o Primeiro Império Francês.

1 – O JORNAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA REPÚBLICA NO MARANHÃO

Para ter uma compreensão da história da república no Maranhão é essencial o conhecimento dos fatos: acontecimentos que ocasionaram a implantação deste modelo de governo na sociedade, entender os motivos de grupos ou partidos que começaram a criticar ou combater o regime imperial e defender um novo regime político e identificar os meios que os defensores do republicanismo utilizaram para que estas ideias tivessem uma boa aceitação da sociedade.

No primeiro momento, no Maranhão, ocorreram pequenos incidentes ou pequenos focos republicanos¹⁰. Só a partir da década de 1880, este ideal vai se destacar no cenário político maranhense. Para entender qual a ideia de república que os maranhenses tinham/defendiam, utilizei os jornais publicados no período, antes e depois da Proclamação da República. Fiz uma vasta pesquisa identificando os jornais que defendiam os ideais republicanos em suas edições e em seguida analisei alguns discursos de defesa do novo regime, na qual escolhi algumas delas por serem bem claras as razões de aceitarem o novo governo em seus textos.

Verifiquei apenas o necessário em função de que meu objetivo é apenas coletar alguns discursos presentes em três jornais nos dois anos citados, visto que se fosse considerar todos os discursos republicanos editados meu trabalho se tornaria muito extenso e fugiria do foco da pesquisa. Além dos impressos utilizei três manifestos republicanos das vilas do Alto Sertão Maranhense: Carolina, Picos e São José dos Matões.

A maioria das edições destes impressos se encontram microfilmados e, portanto, legíveis, outros ainda em papel, como o impresso “A Luz”, se encontra em perfeito estado. Mas, infelizmente, não foi possível encontrar as outras edições, em razão de muitos terem se perdido ou extraviado com o tempo.

Os impressos escolhidos para a construção deste trabalho monográfico foram “A República”, “O Globo” e “A Luz”. No caso do Jornal “Norte” encontrei apenas o editorial da primeira edição. Não foi possível encontrar as outras edições em

¹⁰ Vila de Pastos Bons que ocorreu no ano de 1828. Vila de São Bento que aconteceu em 1848.

função dos motivos que citei anteriormente, mas preferi citar no meu trabalho por este meio de comunicação ter sido essencial para propagação das ideias republicanas no “sertão maranhense”.

Os defensores do republicanismo no Maranhão organizaram discursos a favor de um novo regime baseado na república francesa e norte-americana. Termos estes utilizado pelos revolucionários franceses de 1789, sem contar que o republicanismo norte-americano foi visto como exemplo para republicanos brasileiros que defendiam uma nação federativa, com os estados tendo autonomia administrativa.

Para que os ideais republicanos tivessem contato com a sociedade, os defensores desse regime político utilizaram panfletos, manifestos e jornais e organizaram clubes ou rodas de leituras para que este novo projeto tivesse apoio da sociedade letrada composta por intelectuais, políticos, militares e profissionais liberais.

1.1 - OS JORNAIS E SEUS REDATORES

Em São Luís, os jornais que defendiam os discursos republicanos começaram a surgir no mercado editorial a partir de 1888. Estes periódicos pertenciam a proprietários que aceitavam a possibilidade de um novo regime político que possibilitaria incrementar o progresso e civilização na sociedade.

Os jornais de cunho republicano eram redigidos na tipografia de propriedade de Sátiro Antônio de Faria, sendo o mesmo proprietário dos jornais “A Luz”, “Novo Brazil” e “A República”, tendo este último se tornado o jornal oficial da Junta Governativa em 1890.

No dia 21 de abril de 1889, foi fundado o Clube Republicano em São Luís estando a frente o jornalista Paula Duarte, como presidente; e Casimiro Vieira Dias Júnior, como secretário. Estes dois criaram o jornal “O Globo”, órgão que passaria a ser o paladino da causa por eles defendida¹¹.

O jornal “O Norte” foi editado em Barra do Corda no dia 12 de novembro de 1888, sob a autoria do juiz de paz Isaac Martins e do jornalista político Frederico

¹¹ O Jornal “O Globo” tinha Paula Duarte como redator-chefe e Casimiro Júnior como diretor-chefe.

Figueira. Dunshee de Abranches (1990) na sua obra “*A Esfinge do Grajaú*” destaca que o periódico seria um “órgão de ideias democráticas”, o qual Isaac Martins, o principal líder do Clube Republicano na vila de Barra do Corda, utilizou para propagar os ideais republicanos no sertão maranhense.

O que levou estes proprietários de jornais a defenderem as ideias republicanas? A qual categoria social¹² eles pertenciam? Eram filiados ou não a partidos políticos? Antes de abraçarem as ideias republicanas eles foram Conservadores ou Liberais? Pois estes jornais para entrarem em circulação necessitavam de capitais, patrocínios, além de dependerem da quantidade de assinaturas que possuíam. A seguir, um pouco mais a respeito dos redatores desses jornais.

Francisco de Paula Belfort Duarte nasceu em São Luís em 1841. Bacharelou-se na faculdade de Direito em São Paulo em 1864. Na província do Maranhão exerceu a função de jornalista, advogado, deputado geral pelo Maranhão (1867-1868) e deputado provincial (1880-1881). Pertencia ao partido Liberal e depois passou a acolher as ideias republicanas tornando-se líder do Clube Republicano na capital, São Luís.

Segundo Coutinho (2008, p. 289), Paula Duarte foi “abolicionista e republicano desde os bancos acadêmicos, redigindo neste período jornais ‘Futuro’, ‘Razão’, ‘Correio Paulista’ e ‘Revista literária’”, sendo seu companheiro Campos Sales, que exerceria a presidência da República (1898-1902). Em 04 de setembro de 1889, Paula Duarte, auxiliado por Casimiro Júnior, criou o jornal republicano “O Globo”.

O advogado e redator Paula Duarte por ser o líder do movimento republicano na capital, organizou conferências e seminários explanando para as pessoas os ideais republicanos. Segundo relatos da época, ele tinha uma boa oratória, como confirma Marques:

Orador nato, a tribuna, assim nos comícios políticos, em praça pública, como nas reuniões cívicas ou literárias, era-lhe carro de triunfo. A voz cheia, forte ao mesmo tempo agradável, a palavra fluente, a imaginação fecunda, os

¹² Categoria social é um conjunto de agentes, que, embora tenham diferentes origens de classe, são capazes de atuar politicamente como uma unidade e de maneira relativamente autônoma com respeito aos interesses das classes de que se originam. Ver MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia Geral. São Paulo: Atlas, 1999.

arroubos condoreiros, a presença de espírito com que respondia aos apartes, a ironia com que desarmava os contendores. (2008, p. 80)

Principal protagonista do republicanismo na capital, participou da Junta Governativa do Maranhão após a proclamação da república. Teve uma participação efêmera na política republicana no estado, mudando-se para o Rio de Janeiro, onde foi exercer o cargo de redator de debates do Senado. Contudo, não teve representatividade nas atividades políticas no Rio de Janeiro, ocasionando o seu esquecimento.

Isaac Martins dos Reis, segundo Abranches (1990), nasceu na vila de Loreto em 1854, estudou as primeiras letras na vila de Caxias e em seguida foi para o município de Teresina prestar preparatório para a Faculdade de Recife. Passou oito anos na Faculdade de Recife cursando direito. Quando voltou ao Maranhão foi nomeado juiz municipal do Barra do Corda.

Abriu na vila do Barra do Corda o Colégio Popular, objetivando educar filhos de famílias importantes. Foi o principal fundador, juntamente com Frederico Figueiras, do impresso de cunho republicano “O Norte”, em 1888. Republicano fiel, organizou reuniões com outros partidários para a implantação deste novo regime no país. O dia que antecedeu a queda da monarquia ele viajava rumo ao Rio de Janeiro para se encontrar com Quintino Bocaiúva. Isaac Martins não teve participação da Junta Governativa do Estado e nem uma carreira política no período da República da Espada.

Sátiro Antônio de Faria era jornalista e tipógrafo, possuía uma tipografia localizada na rua grande, nº 5. Tornou-se defensor do republicanismo a partir dos acontecimentos de 1848 na França¹³. Mesmo tendo apoiado a implantação da república na província, ele, como muitos outros republicanos, não usufruíram do novo governo. Também não participou da Junta Governativa e da política maranhense da época.

Frederico Pereira de Sá Figueira nasceu em Colinas ou Passagem Franca em 1852, cursou direito na Faculdade de Recife, foi promotor público de Barra do Corda

¹³ A Segunda República Francesa (1848-1852) teve início com a derrubada de Luís Filipe. As várias correntes políticas da época organizaram um governo provisório, com a função de convocar uma Assembleia Constituinte: na presidência o liberal Lamartine, auxiliado pelo jornalista moderado Ledru-Rollin, o escritor socialista Louis Blanc e o operário Albert. O novo governo proclamou o fim da pena de morte e o estabelecimento do sufrágio universal nas eleições.

em 1884 e depois jornalista político e participante do Clube Republicano. Auxiliou Isaac Martins na direção do jornal “O Norte”. Ao contrário de seu companheiro jornalístico, que no governo republicano não conseguiu sucesso político, foi deputado estadual, além de vice-presidente do Estado e ainda presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão.

Casimiro Dias Vieira Júnior nasceu na vila de Guimarães a 03 de abril de 1853. Foi bacharel em direito pela Faculdade de Recife, na turma de 1857 e promotor público em Viana. Advogado renomado na capital da província, fazia parte do Partido Liberal, elegendo-se deputado pelo 2º distrito eleitoral. Afastou-se do partido Liberal e passou a defender as ideias republicanas através do “O Globo” juntamente com Paula Duarte.

Interessante que há dois pontos em comum entre os criadores dos jornais “O Norte” e “O Globo”. O primeiro, que eles cursaram direito nas principais faculdades do império, as Faculdades de Recife e São Paulo, principais formadoras de pessoas que integravam o funcionalismo público imperial. Era nestas faculdades que os ideais republicanos e abolicionistas estavam presentes nos meios acadêmicos. O outro ponto é que estes defensores do republicanismo faziam parte da legenda do partido Liberal. Dunshee de Abranches ao ter contato com Isaac Martins relata no seu livro “*A esfinge do Grajaú*”, qual a razão do juiz municipal se engajar nas fileiras republicanas:

A palestra de Isaac Martins era deveras insinuante. Filiara-se ao Partido Liberal – explicara-me ele –, mas as suas ideias iam muito mais longe. A monarquia não poderia subsistir por muito tempo no Brasil. O advento da República seria inevitável, talvez dentro de um ou dois anos. (ABRANCHES, 1993, p. 75).

A saída de Isaac Martins do partido Liberal para o Clube Republicano demonstra o que ocorreu no cenário político imperial brasileiro. No Rio de Janeiro a migração dos partidários liberais para o clube republicano aconteceu em virtude da destituição do gabinete Liberal de Zacarias de Góes pelo Poder Moderador de D. Pedro II, em 1868. Este fato ocasionou dissidência dos partidários liberais que criaram, em 1870, o Clube Republicano.

Já a migração de partidários Liberais para os movimentos republicanos no Maranhão está ligada à questão da falta de espaço político para os novos bacharéis da província. Estes, após se formarem na Faculdade de Recife, buscavam adquirir cargos públicos ou participação nas agremiações partidárias. No entanto, poucos conseguiam obter esses cargos, ocasionando a marginalização da maioria no espaço político e assim muitos aderiram ao Clube Republicano.

De modo geral, a ideia de República no Brasil ganhou mais adeptos, principalmente, após a abolição da escravidão, com a adesão de proprietários rurais que ficaram insatisfeitos com a falta de indenização por parte do governo imperial. No Maranhão não foi diferente.

Nota-se que os adeptos do movimento republicano maranhense cursaram direito na Faculdade de Recife. Com exceção de Paula Duarte, que estudou na de São Paulo. É nestas faculdades que os maranhenses terão contato com as ideias republicanas¹⁴.

1.2 – O PERÍODO PRÉ-REPUBLICANO

O projeto de implantação do republicanismo não aconteceu a partir da publicação do manifesto republicano no Rio de Janeiro em 1870 ou durante as crises que antecederam o declínio do governo imperial brasileiro: as questões religiosas, questões militares e a abolição da escravidão. “Os ideais republicanos estavam presentes bem antes do período do Segundo Reinado, sendo que a ideia de república esteve presente nos movimentos ou revoltas que ocorreram nos séculos XVIII e XIX.” (LEITE, 2000, p. 49)

O historiador Cruz Costa (1972) defende que “as ideias republicanas não eram novas no Brasil”. Antes, durante e depois da Independência, o ideal republicano manifestou-se.

¹⁴ Os principais republicanos: Dunshee de Abranches, Isaac Martins, Frederico Figueira, Antônio Bayma e outros.

Por ocasião da devassa ordenada pelo Vice-Rei, Conde de Rezende, em 1794, procedeu-se, dizia o primeiro documento dessa devassa, contra indivíduos que ‘em discursos os mais escandalosos e sacrílegos contra a nossa augusta religião’ e ‘destruir a autoridade e o poder dos reis’. (COSTA. 1972, p. 294)

Nota-se neste trecho que já no período colonial brasileiro há a presença de crítica contra a monarquia, visto que na década de noventa do século XVIII o mundo europeu estava sendo sacudido com a onda pós-revolucionária francesa de 1789. A influência da Revolução da Francesa ocasionou a formação de ideias contra o poder absoluto do rei:

Dizia-se ainda que nesse documento que ‘muitas pessoas desta cidade (o Rio de Janeiro), esquecidas de si e da honra do nome português que até o presente consistia principalmente no amor e fidelidade aos nossos clementíssimos soberanos, se arrojam, não só em casas particulares mas ainda em lugares públicos dela, com ocasião das atuais alterações da Europa, a alterar questões sobre o governo público dos Estados , e em que algumas das referidas pessoas têm escandalosamente proferido: que os reis não são necessários; que os homens são livres e podem em todo tempo reclamar a liberdade; que as leis por que hoje se governa a nação francesa são justas e que o mesmo que aquela nação praticou, se devia praticar neste continente. (COSTA, 1972, p. 294)

A influência das ideias revolucionárias francesas fundamentou o ideal republicano no Brasil, no qual defensores do republicanismo criticavam o poder absoluto do Rei. Os exemplos da Revolução política norte-americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789 deram sustentação às aspirações de alguns letrados (filhos dos grandes proprietários rurais que iam estudar na Europa), comerciantes e padres brasileiros, em grande parte maçons, que sonhavam com a República.

As ideias republicanas direcionaram a luta dos movimentos e revoltas que abalaram a ordem antes da Independência (1822), no período do governo de D. Pedro I (1822-1831), governo Regencial (1831-1840) e o governo de D. Pedro II (1840-1889). A Inconfidência Mineira¹⁵(1789), a Inconfidência Baiana¹⁶(1798), pretendiam organizar

¹⁵ Ocorreu em Minas Gerais no ano de 1789, O grupo, liderado pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido por Tiradentes era formado pelos poetas Tomas Antonio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, o dono de mina Inácio de Alvarenga, o padre Rolim, entre outros representantes da elite mineira. A ideia do grupo era conquistar a liberdade definitiva e implantar o sistema de governo republicano em nosso país

¹⁶ A Conjuração Baiana ocorreu em 1798. A revolução começou na cidade de Salvador, as principais causas foram a falta de alimentos e de produtos importados da Europa. Os revolucionários baianos

governos independentes e republicanos. Ideias republicanas também existiam na Revolução de 1817 e na Confederação do Equador (1824).

A Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824 foram dois movimentos que tinham caráter autonomista, constitucional e federalista. A primeira, composta por amplos setores da sociedade pernambucana e das demais províncias do norte ensejaram uma separação radical da monarquia portuguesa, até então organizada sob a forma de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves¹⁷ que pretendia centralizar toda a administração política da colônia. No final, esta revolta acabou sendo sufocada pelas tropas imperiais.

A Revolução de 1824 ocorreu em virtude da divergência entre a elite pernambucana, que de um lado defendia a autonomia administrativa; e do outro, a centralização. Desse conflito, os partidários autonomistas venceram os centralistas.

Entretanto, o fechamento da Assembleia Constituinte a poder das baionetas, o acirramento das ações contrárias à liberdade de imprensa e a carta de lei de 20 de outubro de 1823, que acabava com as juntas e instituía a presidência da província causaram insatisfação nos autonomistas pernambucanos os quais organizaram o movimento de defesa da autonomia administrativa e a implantação de um regime contrário ao império brasileiro, a República.

Além dessas revoltas houve agitações no período regencial em que suas lutas eram baseadas nos ideais republicanos: A Cabanada, no Norte (Pará e Amazonas), que se estende de 1834 a 1840; a Revolução dos Farrapos, que se estende de 1835 a 1840 e proclama, em setembro de 1836, a província do Rio Grande do sul, que daquele momento em diante constituía uma “nação livre e independente, com o título de república Rio-grandense”; e na Bahia, em 1837, a Sabinada, movimento chefiado pelo Dr. Francisco Sabino Alves da Rocha é mais uma expressão das ideias republicanas na primeira metade do século XIX.

eram republicanos, entre seus líderes havia sapateiros, escravos, alfaiates etc. Por isso, a conjuração baiana é também chamada de "Revolta dos Alfaiates", pois estes participavam em grande número. Eles pregavam a liberdade de comércio.

¹⁷ Ver SILVA, Luiz Geraldo Santos da. O avesso da independência: Pernambuco (1817-1824). In: MALERBA, Jurandir. Org. A independência brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 343.

Outro ponto interessante é que o governo regencial passou por um período de republicanismo. A frase de Joaquim Nabuco de que “a Regência foi uma República provisória” acendeu uma ideia de que o governo regencial foi um governo republicano. Segundo Paulo Pereira de Castro na sua obra “*História da Civilização Brasileira*”, a escolha de um novo governante seria por eleição, na qual votariam eleitores de todas as províncias, à semelhança do que se fazia em países convertidos em Repúblicas, que em sua opinião da época, tal procedimento surgia como a realização de uma experiência republicana¹⁸.

A respeito disso, Queiroz acrescenta que

As mudanças legais, de cunho liberal, tendem mais à descentralização político administrativo que à negação da ideia monárquica e à federalização e se concretizam, sobretudo, no Ato Adicional de 1834 e no Código do Processo Criminal. (2010, p. 55)

Para Queiroz (2010), “o Código de Processo Criminal possuía, pois, um substrato democrático, ou ao menos de forte liberalismo e fortalecia o município, cujo poder, no entanto, bem logo se esvaziava com a promulgação em 12 de agosto de 1834 do Ato Adicional”, assim chamado porque foi acrescentado à Constituição.

Seria uma única reforma sofrida por ela durante o Império e previa a abolição do Conselho de Estado, que funcionava como instrumento pessoal do Imperador: convertia em Assembleias Legislativas os Conselhos Gerais das províncias dando-lhes maior autonomia e tutela sobre os poderes locais, estabelecia a Regência Una, a fim de evitar divergência entre os regentes. (QUEIROZ, 2010, p.56).

Estas reformas de cunho liberal no período regencial não poderiam ser consideradas como tentativas de implantação de um governo republicano, visto que não eliminariam alguns elementos centralizadores que formavam o poder político imperial: o Poder Moderador e poder vitalício do Senado¹⁹.

No período regencial, os movimentos de contestação não explicitavam o caráter republicano. Encontravam-se presentes nesses grupos apenas

¹⁸ QUEIROZ, Suely Robles de. Política e Cultura no império brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 2010.

¹⁹ Para Suely Queiroz, a reforma de 1834 não foi tão radical como queriam os liberais exaltados: extinguiu o Conselho do estado, mas manteve o Poder Moderador e a vitaliciedade do senado; as províncias continuaram a ter presidentes nomeados pelo poder central.

Tendências de um liberalismo mais ou menos avançado que impulsiona o surto insurrecional, frequentemente também alimentado pelas inspirações de autonomia, definidas em projetos nítidos de descentralização quando não de manifesto federalismo. (AMARAL, 1963, p. 183 apud COSTA, 1972, p. 25).

Com o intuito de conter as ideias republicanas na imprensa, o governo imperial fez aprovar uma lei contida no Código Criminal de 1830 e posteriormente no Código de Processo de 1832, proibindo artigos que defendiam publicamente a República como forma de governo ou que contestasse o poder do Imperador. Tal lei, de 20/09/1830, dizia:

Abusam do direito de comunicar os seus pensamentos os que por impresso de qualquer natureza emitirem:

1º Ataques do dirigidos a destruir o Sistema Monárquico Representativo, abraçado e jurado pela Nação e seu chefe;

2º Provocações dirigidas a excitar rebelião contra a Pessoa do imperador e seus direitos ao trono. (FONSECA, 2006, p.101)

A lei proibiu os discursos republicanos na imprensa e os movimentos de contestação contra o regime imperial. Segundo Silvia Fonseca (2006, p. 102), “foi utilizada algumas expressões alternativas à república como a monarquia eletiva ou monarquia *sui generis*”.

Contudo, a proibição não impediu a difusão das ideias republicanas. Elas estiveram presentes ao longo do regime imperial brasileiro, ganhando campo no momento que ocorreram transformações na sociedade e crises no regime imperial. É preciso ressaltar que somente no período do governo de D. Pedro II que os jornais não sofreram censuras ou restrições e foram os principais instrumentos de propagação das ideias republicanas na sociedade.

1.3 - A PRESENÇA DO REPUBLICANISMO NO MARANHÃO

No Maranhão se tem notícia da presença de ideias republicanas bem antes da Proclamação da mesma em 1889. Após a aceitação do Maranhão a independência do

Brasil, em 28 de julho de 1823, ele foi governado pelo advogado Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce que tomou posse no dia 9 de julho de 1824. Bruce ao longo do seu governo adotou uma política antiportuguesa radical, na qual criou dois decretos expulsando da província todos os portugueses solteiros.

Os atos do governador provincial Bruce geraram inquietação e tensão entre portugueses residentes na província e brasileiros, tendo como consequência uma onda de violência entre ambos os grupos. Na historiografia maranhense este acontecimento foi denominado “lustrô”²⁰. Essa onda de tensão na província também foi marcada pelo conflito do Bruce com duas famílias, os Belfort e Burgos. Este conflito foi chamado por Mário Meirelles (1990) de “Guerra dos três Bês”²¹.

No momento que ocorria a “Guerra dos três Bês” surgiu uma denúncia feita pelo padre Domingos Cadávila Veloso acusando o presidente Freire e Bruce de alimentar ideias republicanas na província, tendo seu filho, José Vicente, mantido contato com os pernambucanos que deflagraram a Confederação do Equador. A denúncia do padre Cadávila era concebida nestes termos:

Em serviços de Sua Majestade Imperial, cumpre participar a V. Exa. Que no dia 13 de janeiro fui fortemente instado por José Vicente Freire e Bruce e Raimundo do José Bruce para que fizesse propagar os interesses republicanos nesta cidade, comprovando os meus ditos com as propriedades da América Inglesa. Quis ao princípio, resistir com sutileza, indicando temos de ser apreendido. Responderam-me que não temesse, pois aquela era a vontade de seu pai e de José Lopes, que José Joaquim era tanto afeto e que só havia por obstáculo V. Exa. E o Arcipreste. A este último eles pretendiam em breve desfazer-se dele por intrigas, como tinham feito a Antônio Joaquim Lamagner Galvão, e que a V. Exa. Fariam todo o possível pelo depor como Governador da Armas, dando por inútil este posto. (SILVA, 1972, p.223)

²⁰ Foi termo utilizado para denominar a onda de violência (saques, roubos, surras, prisões e mortes) que as tropas brasileiras e a população de cor praticavam contra os portugueses (brasileiros adotivos) e elite da terra.

²¹ A Guerra dos Três Bês foi marcada pela disputa do poder entre o presidente provincial Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce, o Tenente-Coronel José Félix Pereira de Burgos que estava a frente do Comando-das-Armas e Coronel Antônio Sales Nunes Belfort que na época era presidente do Conselho Provincial. Neste conflito Freire e Bruce superou os rivais, estando o poder da província em suas mãos.

Esta denúncia acabou gerando a deposição e a prisão do presidente da província Inácio dos Santos Freire e Bruce no dia 25 de dezembro de 1824 pelo Almirante inglês Cochrane²². Em seguida,

Ele e toda a sua junta governativa foram levados presos para o Rio de Janeiro acusado de tentar implantar a república no Maranhão e acusado pelas senhoras maranhenses e pelos cônsules estrangeiros de ser o perturbador da paz no seio da coletividade (MEIRELES, 1990, p. 223).

Apesar de tudo que passou, Inácio Freire e Bruce acabou sendo inocentado. Matthias Assunção (2005) destaca que Bruce tinha ideias democráticas, ou seja, defendia a inclusão da população livre e pobre no processo político, instituindo a eleição direta para a Junta Provisória do governo.

Tinha simpatias republicanas e, encorajado pelo filho que mantinha contatos com os revolucionários pernambucanos, cogitou de apoiar a Confederação do Equador. Bruce não acabou aderindo à República proclamada no Nordeste, talvez por pressentir que essa tentativa iria fracassar. (ASSUNÇÃO, 2005, p.374)

Segundo Vieira da Silva (1972) existiram vários indícios de Bruce ter tido contato com os participantes da Confederação do Equador e da pretensão do governador do Maranhão de instituir a república na província²³.

Em 1827 chegaram a São Luís notícias de que na vila de Pastos Bons, no alto sertão, circulavam “impressos em que se concitava o povo a levantar-se contra a monarquia e a tornar-se independente do resto do império, proclamando a República de Pastos Bons” (MEIRELES, 1990, p. 09). Sendo o responsável pela divulgação de tais impressos um certo Leandro, por apelido “O Tigre”, que todavia já se mudara para Caxias. Este fato não causou grande alarde na província, contudo mostra que a ideia de república já estava presente na região do sertão maranhense.

²² Segundo o historiador Antônio Vieira da Silva (1972, p.223), poucos dias antes de Cadávila ter sido tentado, como denunciou, para ser republicano, a revolução triunfara em Quixeramobim, no Ceará, declarando-se D.Pedro e sua dinastia fora do trono. José Pereira Filgueiras começava a destacar-se como líder do movimento, juntamente com Tristão Alencar, líder em Icó. Enquanto isso, em Pernambuco, a 02 de julho, Paes de Andrade convidou as Províncias do Norte para constituírem um novo governo sem D. Pedro e formassem a chamada Confederação do Equador.

²³ Ver SILVA, Luís Antônio Vieira da. História da Independência da Província do Maranhão. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia e Editora Americana, 1972.

Outro incidente envolvendo a presença da república ocorreu em 1848 na vila de São Bento, localizada na zona da Baixada Maranhense, durante o governo do Presidente Antônio Joaquim Alves do Amaral (1848-1849). Conforme Meireles:

Um advogado, que nosso informante diz ser seu amigo e que por isso não quis se identificar entusiasmado com a queda da Luís Filipe (23/2/1848) e a consequente instauração da Segunda República, na França, fez distribuir na vila editais concitando o povo a fazer o mesmo. O Juiz municipal, Dr. Ricardo Francisco Mendes, fazendo a necessária devassa, nada conseguiu apurar por falta de testemunha; apenas que a distribuição fora feita por um oficial de Justiça, de nome Veríssimo, e em consequência de uma bebedeira. (MARQUES, 1970 apud MEIRELES, 1990, p. 10).

Esses dois eventos demonstram a possível presença dos ideais republicanos no Maranhão antes da proclamação da república, não contendo infelizmente uma pesquisa mais aprofundada sobre estes acontecimentos. Houve forte presença do republicanismo na província nos anos de 1888 e 1889 com a formação de diversos clubes na capital e no interior (sul do Maranhão), tendo estes grupos criado jornais de defesa desse regime no Brasil.

1.4 - A CIRCULAÇÃO DE IMPRESSO NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

As primeiras atividades tipográficas surgiram na Europa no meados do século XV, enquanto que na América vão surgir no século XVI, após a chegada dos europeus, funcionando ainda de forma escassa.

A imprensa periódica propriamente dita nasce no século XVII no chamado Velho Mundo e somente no século seguinte surge nas Américas inglesa e espanhola. Os impressos nestas regiões sofriam vigilância e repressão das autoridades, com isso, apareciam de forma esparsa.

Segundo Morel (2012, p. 23),

A censura prévia aos impressos era exercida, no âmbito dos territórios pertencentes à nação portuguesa, pelo poder civil (Ordinário e Desembargo

do Paço) e pelo eclesial (Santo Ofício). No qual foi elaborada uma listas com títulos e critérios para a interdição de obras²⁴.

Mesmo com a forte censura do governo português com os impressos em suas colônias, isso não impediu que brasileiros tivessem contato com as novas ideias presentes na Europa. Muitos deles, filhos de grandes proprietários de terras, viajavam para o velho continente para estudarem ou por questões médicas. Nestas viagens tiveram contato com as ideias liberais que foram difundidas na sociedade europeia por meio de livros, panfletos, manifestos e jornais. Voltando ao Brasil traziam consigo as novas idéias.

Os jornais foram os principais meio de propagação das ideias liberais na Europa, visto que favoreciam a formação de movimentos ou grupos que começaram a contestar a conjuntura política, econômica e social presente naquele período. A partir do século XVII, os impressos terão uma função social mais intensa em virtude do advento das ideias iluministas que através deste meio de comunicação se espalhou por toda a Europa.

Os impressos vão ser atuantes nos momentos que antecederam a Revolução francesa de 1789, na qual estes “veículos de comunicação” facilitarão na propagação das ideias iluministas na população francesa, que circulavam por meio de manuscritos, correspondências particulares, cópias de textos, papéis e folhas que eram pregados em paredes e muros ou rodavam de mão em mão, muitas vezes através de copistas²⁵ (MOREL, 2012, p.28)

Os impressos além de serem um bom meio de informação, era também o principal formador de pensamentos naquele período, moldando a imprensa de opinião. A formação da opinião pública influenciou os letrados a construírem leis morais, abstratas e gerais, que se tornavam uma fonte de crítica do poder e da consolidação de uma nova legitimidade política.

²⁴ Para este autor, mesmo com a presença da censura na colônia portuguesa havia a presença de autores nascidos no território brasileiro possuindo livros e impressos, anônimos, relatando festejos e acontecimentos, antologias e índices, além de alguns manuscritos inéditos e autores clássicos. Autores estes, sendo estudantes brasileiros, que faziam a faculdade de Coimbra, circulavam pela Europa e tinham contato com as ideias que surgiam e ao mesmo tempo tinham contato com a imprensa de outros países.

²⁵ Os copistas eram pessoas que, antes da invenção da imprensa, copiava os manuscritos.

Segundo Morel (2012, p. 36) “a imprensa de opinião entre meados do século XVIII e começo do XIX fez entrar em cena uma figura de homem público, até então inexistente no território da América portuguesa: o redator panfletário”. O redator era visto como escritor patriota, difusor de ideias e pelejador dos embates e que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações.

Foi com os processos da Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e os movimentos liberais ibéricos, por exemplo, que surgiu esse profissional tão característico desse início da Era Contemporânea, do qual Thomas Paine²⁶ foi um dos principais nomes. “Publicavam livros talvez, mas, sobretudo, impressos de combate imediato, de apoio/ataque a pessoas e facções e de propagação das ‘novas ideias’, dirigidos ao povo e à nação ou, quando fosse o caso, para formá-los.” (MOREL, 2012, p. 35).

No começo do século XIX, o perfil dos novos intelectuais no mundo sob influência europeia, podia ser classificado em duas grandes tendências: de um lado, um heterogêneo conjunto de escritores patrióticos e liberais, e de outro, nostálgicos da República das letras tal como ela se apresentava em meados do século XVIII.

Nessa época, os que escreviam os jornais não eram denominados jornalistas, e sim, chamados de redatores ou gazeteiros, enquanto que os jornais eram comumente chamados de *gazeta*, *folha* ou *periódico*.

Na primeira geração da imprensa não havia incompatibilidade entre o local, o nacional e internacional, nem entre as dimensões opinativas e informativas: o cotidiano e questões locais misturavam-se com as discussões doutrinárias dos rumos que o Estado e a nação deveriam tomar, ao lado de notícias nacionais, internacionais e interprovinciais. “As primeiras décadas do século XIX foram marcadas pela expansão do público leitor, das tiragens e do número de títulos, dando à escrita impressa uma crescente importância, apesar de ainda diminuta em relação ao total da população” (MOREL, 2012, p. 36).

No Brasil a imprensa surgiu em 1808, após a chegada da família real portuguesa. O primeiro jornal criado no território brasileiro foi o “Gazeta do Rio de

²⁶ Thomas Paine (1737-1809) foi um político britânico, além de panfleteiro, revolucionário, radical, inventor, intelectual e foi um dos fundadores dos Estados Unidos da América.

Janeiro” elaborado pela Impressão Régia pertencente a coroa portuguesa, sob a responsabilidade de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

No período das Regências (1831-1840), os impressos tornaram-se formuladora de projetos de nação distintos entre si e de uma cena pública cada vez mais complexa, na qual emergiam atores políticos diferenciados. Permeavam as páginas dos jornais como protagonistas: soldados, oficiais de média patente, lavradores arrendatários, profissionais liberais, clero regular e secular, camadas pobres urbanas livres, homens negros, pardos e brancos, além de presença de mulheres na cena pública. Ou seja, nesta época ocorreu no Brasil uma verdadeira explosão da palavra pública, com o crescimento visível de associações, de motins e rebeliões.

No Segundo Reinado, os impressos vão ter um caráter mais político. Visto que política e imprensa irão andar juntas, a serviço de partidos — Conservador ou Liberal — atrelados a grupos familiares, condicionados a seus interesses econômicos e afinidades intelectuais. Em geral, os partidos e respectivas famílias se faziam representar por meio de um jornal, demarcador de suas posições, ambições e lutas.

Em todo o país, nomeadamente no Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, o produto da imprensa jornalística se propaga produzindo os primeiros jornalistas que viveram desses escritos. Podemos citar como exemplo de pessoas que dependiam apenas da profissão jornalística: Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Ferreira Viana, Tôrres Homem, José de Alencar, Francisco Octaviano de Almeida Rosa e Silvio Paranhos. Alguns destes personagens serão os construtores do manifesto republicano de 1870.

A construção de uma opinião pública depende do discurso que está presente nos impressos, visto que é necessário levarmos em consideração qual o discurso foi produzido, para quem os discursos estão sendo direcionados e qual o efeito que isso irá gerar na sociedade.

O discurso é baseado no jogo de enunciados²⁷, ou seja, o autor se utiliza de conjunto de frases visando alcançar um determinado projeto ou finalidade. Segundo

²⁷ O conceito de enunciado que utilizei foi de Dominique Maingueneau, em sua obra *Análise de textos de comunicação*, na qual este autor destaca o enunciado é uma sequência verbal que forma uma unidade de comunicação completa no âmbito de um determinado gênero de discurso.

Maingueneau (2008, p. 53) “o discurso se constrói, com efeito, em função de uma finalidade, devendo supostamente, dirigir-se para algum lugar”. Sendo que a construção do discurso obedecerá a regras de organização vigentes de um determinado grupo social. Segundo Foucault:

Em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que tem por formação conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar a sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2009, p. 08).

Tanto os discursos de caráter liberal e/ou republicano serão dominados no primeiro momento pelos grupos de letrados ou classe rica, que tendo acesso à educação, serão os responsáveis pela propagação dessas ideias, bem como de que forma essas ideias poderiam chegar à população e como poderiam ser interpretados por estas. Este fato caracteriza a prática discursiva. Segundo Foucault:

A prática discursiva é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinados no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício de função enunciativa. (FOUCAULT, 2008, p. 133)

A construção do discurso republicano no século XIX terá como referência a república norte-americana e a república francesa, sendo que do primeiro copiará o modelo de governo federativo, estados autônomos cujo poder é caracterizado pela descentralização política; e do segundo tendo como referência a luta revolucionária, defenderá o fim da monarquia por meio da luta e participação popular no governo, democracia.

Os sujeitos que farão parte dos clubes republicanos no primeiro momento serão profissionais liberais concentrados nos centros urbanos: professores, advogados, jornalistas, estudantes. E no segundo momento, com a crise no Segundo Reinado, os grandes cafeicultores paulistas e, principalmente, os proprietários de outras regiões do país insatisfeitos com a não assistência do governo imperial em relação a indenização que deveriam receber em função da abolição da escravidão.

1.5 - OS IMPRESSOS MARANHENSES

A imprensa maranhense surgiu na época que a província e o Brasil passavam por conflitos políticos e sociais, sendo ao longo da sua trajetória utilizada para fins políticos, constando embates entre partidários de determinadas facções, críticas daqueles que discordavam dos atos do governo provincial e críticas “ferinas” em relação à pessoa a quem se remetiam os escritos.

Circulavam na província inúmeras folhas “apasquinadas” e desrespeitosas que não poupavam nem o recôndito do lar de suas vítimas. O século XIX foi um período em que a política permeou o escrito dos redatores, havendo uma batalha das palavras, sendo muitas vezes esse recurso substituído pela violência, com o governo determinando medidas arbitrárias contra os adversários. Geralmente o jornal ou até mesmo o redator sofria retaliação violentas.

No primeiro momento a imprensa maranhense foi marcada pela panfletagem²⁸, instrumento de informação bastante utilizado antes do surgimento dos jornais na província, a qual tinha um caráter satírico e poético. Para o crítico literário José Veríssimo²⁹ em sua “História da Literatura Brasileira” destaca que: “Ser dado a esses bardos de musa iconoclasta, mais afeito à sátira do que as odes, éclogas, elegias, sonetos e outras composições poéticas apreciadas na época, o mérito da inauguração da crítica política e social nestas paragens”.

A produção satírica circulava entre os habitantes de São Luís em folhas manuscritas. Não foi encontrado o nome dos primeiros redatores panfletários que provocavam as autoridades coloniais do Maranhão no século XVIII, apesar das investigações policiais para identificá-los. Foi desse modo, que surgiram as primeiras manifestações do jornalismo no Maranhão. “Com seus libelos, os tais ‘homens versistas’ contribuíram para insuflar a desobediência civil que originou na revolta comandada por Manoel Beckman” (JORGE, 2008, p. 20).

²⁸ A origem do vocábulo, segundo historiadores, apareceu no século XII, na Inglaterra, quando ainda não havia a tipografia de Gutenberg (séc. XV), cuja popularidade levou a palavra a ser traduzida do latim *pamphilus*, para o inglês, *pamphlet*. Ganhava conotação de texto menor em oposição as grandes obras. Levou pouco tempo para ser interpretado como propaganda política, representativo de ideários ou concepções ideológicas. Ver JORGE, Sebastião. A imprensa do Maranhão no século XIX: 1821-1900. São Luís: Lithograf, 2008.

²⁹ VERÍSSIMO, 2000 Apud JORGE, 2008, p. 20.

No século XIX surgiu o primeiro jornal impresso no Maranhão: “O Conciliador do Maranhão”. Após a criação deste jornal o Maranhão se tornou a quarta província a ter um impresso no Brasil. Pela ordem, quem primeiro fez circular um periódico no Brasil foi o Rio de Janeiro, com “A Gazeta do Rio de Janeiro”, em 10/09/1808; depois, a Bahia, com a “Idade d’Ouro do Brasil”, em 1811; em seguida, Pernambuco, com a “Aurora Pernambucana”, também em 1821.

Antes de surgir o primeiro periódico no Brasil, já constava a presença de outro jornal, o “Correio Braziliense”. Também conhecido como “Armazém Literário”, foi redigido e impresso em Londres, chegava ao país de contrabando, em função das ideias incendiárias que continha em seu texto, ou seja, fazia crítica contra a coroa portuguesa. Este jornal surgiu no dia 01/07/1808 de propriedade de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça (1874-1823) e durou até dezembro de 1822.

O jornal “O Conciliador Maranhense” surgiu no mês de abril de 1821, impresso na Tipografia Nacional Maranhense, financiado pelo governador marechal Bernardo da Silveira Pinto que no período de seu mandato introduziu melhorias urbanas que aformosearam a capital. Criou também um órgão oficial de vacinação, estabeleceu serviço de correio terrestre e tratou de levantar uma carta geral do território maranhense.

Segundo Jorge (2008, p. 31)

O Conciliador do Maranhão’, antes de aparecer impresso, circulou manuscrito, com 34 números, a partir de 15/04/1821, estendendo-se a 04/11 do mesmo ano; o impresso circulava duas vezes por semana, quartas e sábados, porém sem regularidade.

O jornal manuscrito tinha um formato de uma folha de papel almaço. O impresso saía da tipografia apresentando duas colunas. No primeiro número o jornal fazia referência à imprensa como veículo capaz de ser um aliado do governo, ao despertá-lo para certos problemas e sugerir medidas que atendam os interesses da sociedade, tudo diante da ordem e da moral.

Este jornal tinha o objetivo de criar um ambiente de paz entre os nativos da terra (brasileiros) e os portugueses, pois estes dois grupos estavam em constante conflito em virtude da instabilidade política que acometia a província. No entanto, este

impresso, que tinha a frente os portugueses, insultava os maranhenses que não aceitavam a administração portuguesa.

O segundo jornal criado na província foi o “Folha Medicinal” em 1822, impresso que tinha conteúdo de natureza científica. Em seguida mais três jornais foram criados na década de 20: “O Argos da Lei”, 1825, de Odorico Mendes; “O Censor”, no mesmo ano, João Antônio Garcia de Abranches; e “O Farol Maranhense”, 1827, de José Cândido de Moraes e Silva.

Os pioneiros do jornalismo maranhense foram: Odorico Mendes, José Cândido de Moraes e Silva, João Lisboa, Cândido Mendes, Sotero dos Reis, Estevão Rafael de Carvalho. Estes abriram as portas para a nova geração de redatores na segunda metade do século XIX.

Ao longo do século XIX, o Maranhão teve diversos jornais de caráter político, científico, comercial, religioso e ideológico, sendo a maioria deles formados por jornalistas ou grupos políticos que utilizavam este veículo de comunicação para defenderem suas ideias, criticar os grupos rivais (ou mais especificamente, seus impressos) ou criticar as ações daqueles que estavam no poder.

Os jornais de cunho político eram tendenciosos, sendo “normal” a ocorrência de casos do jornal ou do redator sofrerem retaliações dos rivais, principalmente do governo.

O Maranhão demonstrou praticar com muita vontade e insolência o estilo panfletário vigoroso e dentro dos padrões clássicos, a partir do momento, em que o governo castigava com medidas duras, publicistas que lhe criticavam a conduta. (JORGE, 2008, p. 25)

Um exemplo de perseguição das autoridades contra os redatores foi o que ocorreu contra Garcia de Abranches que foi expulso de São Luís em 1825, por escrever um panfleto que denunciava as arbitrariedades do Almirante Cochrane. Outro exemplo é de José Cândido que foi perseguido, preso e obrigado a se alistar no exército. Também, ocorreram espancamentos, mortes, depredações de gráficas, com ameaças constantes de mandá-las fechar ou imprimir jornais da oposição.

Isso não diminuiu a forte presença dos jornais na sociedade maranhense, visto que estes impressos para estarem em atividades eram mantidos por meio da quantidade de assinantes que elas tinham, alguns eram financiados pelo governo provincial com o intuito de defendê-lo dos ataques dos jornais opositores, outros eram financiados pelo próprio dono do estabelecimento e outros tantos que eram financiados por partidos políticos.

Nas duas ultimas décadas do século XIX surgiram na capital e nas vilas interioranas do Maranhão impressos de cunho republicano. Estes jornais foram criados por clubes que tinham o objetivo de difundirem as ideias republicanas em toda a província. Estes grupos defendiam a implantação da República no lugar do regime imperial brasileiro.

Boehrer (1958 apud FERREIRA, 2002, p. 29) cita que existia no Maranhão quatro jornais voltados para a propaganda republicana: “A Esperança” e “O Democrata”, publicados na década de 70; e os jornais “Novo Brasil” e “O Norte” no final da década de 80. Segundo este historiador, o primeiro clube maranhense teria surgido no ano de 1887 na vila de Cururupu, sob a presidência de Manoel Pires da Fonseca. Em São Luís, foi criado um clube republicano em abril de 1888. Para Boehrer, no Maranhão mesmo com a presença de impresso não existia um clube republicano bem articulado.

O historiador Luiz Alberto Ferreira contesta a ideia de George Boehrer na questão de não haver um clube republicano bem organizado na província. Para ele, com a criação dos diretórios republicanos de Barra do Corda e São Luís, juntamente com a criação de jornais o movimento foi organizado, visto que surgiram no momento que ocorreu a abolição da escravatura.

Antes da abolição, parte dos republicanos estavam preocupados em auxiliar na organização da sociedade contra o sistema escravista. No entanto, “isso não implica que todos os abolicionistas fossem republicanos, pois, como no restante do país, muitos aderiram ao republicanismo em função da abolição não vir acompanhada da indenização”. (FERREIRA, 2002, p. 29)

No Maranhão existiram dois grupos republicanos bem distintos. O primeiro grupo teria participado de forma efetiva da campanha abolicionista, fundando os clubes

com o objetivo de destituir o regime monárquico e acreditando ser possível ampliar a cidadania. Os grupos envolvidos nesta luta são os clubes republicanos do Alto Sertão e o Diretório Republicano da capital.

O segundo grupo era composto principalmente pelos republicanos da região de Caxias (Médio Sertão), área de produção de algodão, que aderiram ao republicanismo por se sentirem traídos com a abolição sem a indenização. Na verdade, estes proprietários rurais do Médio Sertão apoiaram o republicanismo almejando que o novo regime pudesse ressarcir os prejuízos que eles obtiveram com a abolição da escravidão.

No Maranhão, os meios de comunicação utilizados para propagar as ideias republicanas foram os impressos redigidos nos anos que antecederam a queda da monarquia. Os principais impressos que defendiam o republicanismo no Maranhão foram: “Norte” (1888), “Novo Brasil” (1888-1889), “A Luz” (1889), “O Globo” (1889) e “A República” (1889-1890).

Os jornais republicanos³⁰ para funcionarem dependiam do número de assinantes ou associados. Em alguns casos eles foram financiados pelo governo, como foi o caso do jornal “A República”, em 1890, que se tornou o jornal oficial da Junta Governativa. Enquanto o Jornal “O Norte” era financiado pelos próprios correligionários, sendo impresso na vila de Barra do Corda e distribuído para os habitantes do sertão maranhense. Só após a volta da sua atividade em 1892³¹, que ele passa a funcionar dependendo do número de assinantes.

Os jornais republicanos maranhenses foram direcionados ao povo alfabetizado, os intelectuais, visto que a maioria da população era composta por negros, mestiços e brancos pobres analfabetos, fora que esse grupo não tinha direito de participar nos quadros políticos e nem escolher seus representantes.

Com a proclamação da república a maioria da população maranhense não teve nenhuma participação no processo de integração da província ao novo regime

³⁰ O Jornal “A Luz”, acredita-se que foi financiado pelo proprietário Sátiro de Faria.

³¹ O jornal O Norte foi criado no dia 12 de novembro de 1888, circulou na vila de Barra do Corda por um breve período ficando suspensa as suas edições no período de 10 de abril de 1890 a 29 de junho de 1892, dia da volta da sua atividade.

político. Não é à toa a célebre frase de Aristides Lobo “o povo assistira a tudo bestializado”.

2 – VIVA A REPUBLICA FEDERATIVA BRASILEIRA!

Para a historiografia revisionista, a proclamação da república foi o resultado de profundas transformações que vinham acontecendo no país.

A decadência das oligarquias tradicionais ligadas a terra, a abolição, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, o antagonismo entre zonas produtoras, à campanha pela federação contribuíram para minar o edifício monárquico. (VIOTTI, 1990 p. 325)

Esta ideia³² defronta com os historiadores tradicionais³³ que defendiam que a queda da monarquia ocorreu em função dos desentendimentos do governo imperial com a Igreja Católica, do conflito entre o exército e o Gabinete Ministerial e da abolição da escravidão.

O revisionismo defende que é nesse período de transformações socioeconômicas, que a ideia de república vai ganhar espaço no pensamento político brasileiro. Sendo, em 1870, publicado o Manifesto Republicano no Rio de Janeiro, dando início a formação de agremiações nesta província e em São Paulo, principais centros de concentração de adeptos do novo regime.

O surgimento do partido republicano se deu com as dissidências no partido Liberal a partir da derrubada do chefe do Gabinete deposto pelo Poder Moderador. Para compreender a formação dos movimentos republicanos no Brasil é necessário entender o contexto histórico que favoreceu seu florescimento.

³²A historiografia revisionista surgiu em 1930, no momento que ocorria transformação no país. A mudança da perspectiva em relação a proclamação da república vai mudar por causa da crise de 1929, o declínio da produção do café, o processo de industrialização, a urbanização, o advento da classe média, o surgimento do proletariado e o processo de industrialização.

³³ Oliveira Vianna, Heitor Lyra são os principais representantes da historiografia tradicional.

2.1 – AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AS NOVAS IDEIAS NO BRASIL

Na segunda metade do século XIX, o Brasil buscava a modernização³⁴ da sua estrutura econômica e esta tentativa de transformação acarretou mudanças também no campo social. É nesse contexto que os ideais republicanos ganharam mais força na sociedade.

Este processo teve início com a modernização conservadora liderada pelo gabinete Rio Branco³⁵ (1871-1875) que ampliou o acesso aos canais públicos existentes e criou novos, no intuito de implantar a infraestrutura e o pessoal técnico para a expansão do capitalismo. Segundo Alonso:

(...) foi bem sucedida em instalar telégrafo e ferrovias e em baratear jornais, cuja expansão das comunicações propiciou a formação de um espaço público paralelo à vida parlamentar, onde descontentes de longa data podiam se expressar e onde foram adensados pela reforma do ensino superior, parte do pacote modernizador, que franqueou o acesso, para jovens “mal-nascidos”, às faculdades de elite. (2009, p. 89).

Essa modernização atingiu a população urbana, especificamente a classe média, composta de profissionais liberais como médicos, advogados, jornalistas, comerciantes e outros, que tiveram ampliado o seu acesso às questões políticas e a cursos superiores. A reforma no ensino superior facilitou o acesso daqueles que almejavam ascender socialmente visando no futuro obterem cargos públicos. Essas pessoas eram denominadas de “mal-nascidas”.

Alguns destes “mal-nascidos” conseguiram ter participação ou influência na política brasileira. Muitos deles se afiliaram ao Partido Liberal como foi o caso de Joaquim Nabuco, André Rebouças, Salvador Mendonça e Quintino Bocaiúva. Estes

³⁴ Estou trabalhando o conceito de Modernização do historiador Ronaldo Vainfas, na qual modernização foi empregado pelos historiadores para indicar as tentativas de incorporar as inovações do capitalismo industrial europeu do século XIX. Foi somente a partir do meados do século XIX, que ocorreram as mudanças mais significativas, o que vários historiadores atribuem à liberação de capitais negreiro, abolido em 1850, e à consequente possibilidade de investimento econômicos, sobretudo na infraestrutura (ferrovias) e no setor financeiro.

³⁵ José Maria da Silva Paranhos, primeiro e único Visconde do Rio Branco (Salvador, 16 de março de 1819 — Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1880) foi um estadista, professor, político, jornalista, diplomata e monarquista brasileiro. É considerado ao lado de Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, o maior estadista do Segundo Reinado (1831-1889).

dois últimos não tinham vínculos com a agrolavoura nem acesso à corte do imperador, mas por meio de contatos políticos ou através de casamento, conseguiram ascender socialmente.

A classe média passou a participar das discussões políticas do país e a fazer exigências como participar da escolha de seus representantes e a Abolição da escravidão. Sem contar que com a ampliação do acesso desta categoria social ao espaço público facilitou que ela tivesse contato com as novas ideias que chegava ao país, entre elas o republicanismo.

No entanto, o que foi crucial para que ocorressem as transformações socioeconômicas no país foi o declínio do trabalho escravo negro bem como o investimento nas linhas férreas. O primeiro, pois com a extinção do tráfico em 1850 e a Abolição em 1888, houve a facilitação na entrada de numerosos imigrantes no sudeste e sul do país, o que ofereceu uma alternativa ao trabalho escravo. O segundo porque a instalação de linhas férreas, iniciada em 1852, alcançou mais de 9000 km no fim do século XIX. Isso, acompanhado também das tentativas de industrialização e desenvolvimento do sistema de créditos que acarretou no surgimento do mercado interno e estimulou a urbanização.

A partir de 1850, com as leis que previam o fim gradual do sistema escravista, o Brasil entrava, paulatinamente, no sistema capitalista, ou seja, no trabalho assalariado, à medida que ficava difícil obter negro escravizado em função da repressão governamental contra o tráfico e principalmente o alto preço da mão-de-obra africana. Existia uma preocupação ainda maior com a falta de trabalhadores no campo, tendo em vista que nesse momento ocorria a expansão da lavoura cafeeira. Segundo Viotti (1994, p. 211), “as dificuldades de obtenção da mão-de-obra escrava estimulariam as tentativas e substituição do escravo pelo imigrante e provocariam o deslocamento de parte dos escravos das regiões decadentes do nordeste para as prósperas regiões cafeeiras”.

Como citado anteriormente, ocorreu a transferência da mão-de-obra escrava das cidades para a zona rural. Consequentemente, essa debanda de escravos acarretou no surgimento do setor assalariado, no crescimento do mercado interno, dentre outros fatores, criando, assim, as bases para o desenvolvimento industrial.

A imigração europeia ajudou no crescimento populacional, na formação do trabalho assalariado e possibilitou a entrada de novas ideias. Desde meados do século anterior, grande número de imigrantes entrou no Brasil, principalmente, entre 1870 e 1900, após a Abolição.

A maioria dos imigrantes europeus foi encaminhada para as lavouras de café, onde exerciam as mesmas funções dos escravos. Alguns foram para os núcleos urbanos, onde se dedicavam ao comércio ou artesanato, às manufaturas e aos pequenos serviços. Outros tiveram papel importante na indústria, tanto na qualidade de empresários quanto no operariado.

As linhas férreas contribuíram para a transformação dos transportes de produtos e pessoas, ajudando diretamente na formação do mercado interno e indiretamente na formação de núcleos urbanos. Além de facilitar a comunicação de regiões distantes e no contato dos núcleos urbanos com a zona rural.

Com a ferrovia os fazendeiros transferiram suas residências para os centros urbanos, reduzindo os núcleos interioranos e reforçando a concentração nas grandes cidades. A presença de grande número de pessoas influentes ajudou a melhorar a estrutura das principais cidades brasileiras.

Este crescimento populacional na cidade teve como consequência a criação de espaços de lazer para entretê-los.

Aumentou o interesse pelas diversões públicas, a construção de hotéis, jardins e passeios públicos, teatros e cafês. Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água. Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos. O comércio urbano ganhou novas dimensões, bem como o artesanato e a manufatura. O processo foi favorecido pelo interesse que o capital estrangeiro teria nesse tipo de empreendimento urbanizadores. (VIOTTI, 1994, p. 215)

A cidade de São Paulo foi uma das que mais se beneficiou com estas transformações, visto que as linhas férreas convergiam para ela, sendo o café escoado pelo porto de Santos. Também outras cidades foram beneficiadas com o melhoramento do setor férreo e com a iluminação pública, como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís.

O crescimento populacional nos centros urbanos causou o aumento de circulação de jornais e revistas. Com a melhoria do sistema de comunicação, as notícias circulavam mais rápido, possibilitando a chegada da informação em locais muito distantes dos centros urbanos.

Como supramencionado, o acesso da classe média ao espaço público ocasionou mudanças nas práticas políticas nos centros urbanos. Neste período surgem os primeiros comícios nas cidades. “A propaganda política deixou os teatros e salões de banquetes, onde então se confinara, para dirigir-se às massas nas ruas e praças públicas” (VIOTTI, 1994, p. 216).

O início da industrialização do país, ainda sob a égide do governo imperial, favoreceu o crescimento dos centros urbanos nas últimas décadas do século XIX. Estes estabelecimentos se encontravam nos principais núcleos urbanos das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, pois nestes locais havia um mercado bem forte, além de boa infraestrutura de transportes para o escoamento dos produtos.

A industrialização obrigou a modernização dos meios de transportes. O aparecimento das vias férreas, bem como sua implantação em quase todo o país, as modificações introduzidas no processo de fabrico de açúcar e beneficiamento de café e a intensificação no ritmo das construções civis, facilitou o escoamento da produção e encurtou distâncias.

Além das transformações citadas, a sociedade brasileira do final do Segundo Reinado sofreu influência de novas ideias vindas da Europa que fomentaram a ação da classe média nos centros urbanos. O naturalismo, o positivismo e o evolucionismo³⁶ começaram a interessar os letrados, a maioria dos quais provinham da classe média: da burguesia comercial ou burocrática, das profissões liberais e da nova classe dos oficiais militares - bacharéis em ciências físicas e matemáticas - que ora ingressam na vida cultural e política do País.

³⁶ O evolucionismo ou spenceriana, defendida Herbert Spencer, este considera o Estado um órgão integrador e a sociedade, um organismo, sujeito às mesmas leis dos organismos dos corpos vivos. Parea Spencer a sociedade, como um todo, é considerada separadamente de unidade vivas, apresentando, assim, fenômenos de desenvolvimento, estrutura e função análogos aos do crescimento, estrutura e função animal.

O naturalismo teve representantes no Brasil, como Sílvio Romero e Tobias Barreto, dois bacharéis da burguesia. Defendiam o naturalismo com uma função social em prol da mentalidade científica e orientação intelectual, liberta do formalismo colonial e do mundo romântico. Os defensores do naturalismo pregavam a introdução do método científico e do estudo das ciências.

Outro representante dessa ideia, no campo literário, foi Aluísio Azevedo (1857-1913), que com sua obra “O mulato”, editada em 1881, deu início ao naturalismo brasileiro. Os naturalistas, influenciados pelas ideias de Charles Darwin, Hippolyte Taine e Auguste Comte, acreditavam que o indivíduo era mero produto da hereditariedade e seu comportamento fruto do meio que vive e age. Acreditavam que era a seleção natural que impulsionava as espécies.

O positivismo teve início no Brasil em 1844, quando o dr. Justiniano da Silva Gomes apresentou à Faculdade de Medicina da Bahia uma tese: *Plano e Método de um Curso de Filosofia*. Contudo,

A primeira manifestação social do positivismo data de 1865, com a publicação da obra de Francisco Antônio Brandão Júnior sobre a escravidão no Brasil, ‘A escravatura no Brasil’, precedida de um artigo sobre a agricultura e colonização no Maranhão. (RIBEIRO, 1997, p. 66)

O positivismo ganhou adeptos no Brasil já cindido em dois grupos: o de Pierre Laffitte(1823-1903)³⁷, “com sua ortodoxia dogmática da religião da humanidade, seguindo à risca os ensinamentos do mestre de Montpellier; em sua evangelização dos espíritos, na tentativa de mostrar o papel unificador da religião positiva”³⁸.

O outro grupo liderado por Paul Émile Littré (1801-1881)³⁹, se afasta da tese evolucionista agnóstica para impor a emancipação do espírito, considerando o ateísmo a única religião que convinha a um autêntico positivismo. Este grupo dissidente

³⁷ Foi um filósofo francês, discípulo de Augusto Comte e seguidor da Religião da Humanidade, o Positivismo. Tendo sido o mais próximo dos discípulos de Comte ao longo de toda sua vida, tornou-se um de seus 13 executores-testamenteiros. Ficou responsável pela reunião e manutenção em mãos de positivistas da casa, da biblioteca e dos originais dos escritos de Augusto Comte, no que se tornaria, no século XX, o Museu Casa de Augusto Comte.

³⁸ RIBEIRO, João. O que é positivismo. 2ªed. São Paulo: editora brasiliense, 1997.

³⁹ Discípulo de Comte, Autor de um dicionário da língua francesa, em 1863-1872. Acaba por ser dissidente do positivismo, quando triunfa a ala dos ortodoxos, liderada por Lafitte. Na sua fase positivista considera que o “Estado é posterior à sociedade e que a sociedade é que cria o Estado e não o Estado a sociedade”.

“desprezava o movimento da religião da humanidade para seguir Augusto Comte apenas em sua metodologia científica da observação, experimentação e comparação, e em sua filosofia política” (RIBEIRO, 1997, p. 67).

A solução dos problemas humanos através do método científico vai influenciar os estudantes da Faculdade de Recife e do Rio de Janeiro, tendo como maior expoente do positivismo nesta última província Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Formado em Ciências Físicas e Matemáticas, lecionou na Escola Militar ensinando os jovens oficiais as bases do positivismo.

Seguidor das ideias de Comte, Benjamin Constant conquistou o apoio decisivo da juventude militar para o regime republicano no Brasil. “Embebidos” das ideias positivistas, os jovens oficiais tiveram participação preponderante na proclamação de 1889, visto que a maioria dos cadetes do exército era oriunda da classe média brasileira.

As novas ideias que esse segmento social teve contato ajudaram a consolidar a contestação contra os elementos que davam sustentação ao governo monárquico. A classe média⁴⁰ criticou e apoiou a Abolição da escravidão e a substituição do regime político brasileiro.

Desde 1850, ocorriam debates na Câmara sobre a reforma da ordem sociopolítica colonial, assentada na escravidão e na monarquia, gerando o acirramento entre os parlamentares Conservadores e Liberais, principalmente no que tange o fim da escravidão negra⁴¹.

Alguns membros do Partido Conservador e do Partido Liberal eram favoráveis à modernização da economia e mudança no sistema político através da abolição do sistema escravista (lenta e gradual), da laicização do Estado e a

⁴⁰ A historiadora Emilia Viotti destaca que frequentemente se incorre no erro de confundir classes médias com profissões ditas liberais: direito, medicina, magistratura, engenharia, magistério, jornalismo, esquecendo-se que as classes médias também pertencem muitas outras categorias profissionais ligadas às indústrias de transformação, prestação de serviços, alojamento, alimentação, conservação, reparo, diversões e outras atividades renumeradas.

⁴¹ Para compreender como era encarada a tentativa de abolição da escravidão brasileira no assembleia geral ver: CARVALHO, José Murilo de. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: editora UFRJ. 1996.

democratização das instituições políticas, de modo a garantir a representação das minorias.

O Partido Conservador, em sua maioria, defendia a manutenção da ordem e era contra as medidas modernizadoras dos grupos liberais, pois temia que as reformas defendidas pelo grupo rival acabassem com as instituições políticas e a hierarquia social, base de sustentação do governo imperial.

O confronto entre essas facções se tornou explícito na passagem da década de 1860 para a de 1870, quando os liberais se insurgiram contra as prerrogativas do Poder Moderador, e a parte moderada do Partido Conservador enfrentou os emperrados, iniciando uma reforma modernizadora⁴², reforma esta que foi feita pelo Gabinete Rio Branco (1871-1875).

Com a prevalência do gabinete Conservador após a derrubada do gabinete Liberal, os partidários liberais deixaram de apoiar o sistema político monárquico e passaram a apoiar os grupos com ideais republicanos. A combinação entre a crise política e a modernização econômica criou um ambiente favorável ao aparecimento de grupos marginalizados pelas instituições políticas imperiais. As novas condições políticas que se vislumbrava constituiu um espaço para o surgimento de novos aspirantes à vida pública, delineando uma nova agenda de temas políticos.

Grupos sem acesso às instituições políticas imperiais puderam expressar seus dissensos. “Vários deles escreveram panfletos, artigos em jornais, fizeram comícios e manifestações a partir do final da década de setenta, surgiram neste período os chamados ‘intelectuais’ da geração de 1870” (ALONSO, 2009, p. 90).

As transformações pelas quais o Brasil passava, provocaram mudanças no pensamento crítico nacional, contribuindo para a valorização da ciência na educação brasileira e para o predomínio do espírito urbano sobre a mentalidade rural. Não podemos esquecer que neste período, entre os anos de 1868 a 1878, ocorreram transformações no

⁴² As reformas modernizadoras feitas pelo gabinete Rio Branco foram a expansão das linhas férreas que facilitou o escoamento da produção cafeeira, a instalação de telégrafos, barateamento do custo dos jornais e o acesso da população da classe média ou pobre às faculdades de elite. Transformações esta que inseriram o Brasil no processo capitalista vigente naquela época.

“jogo político” imperial que acarretou o surgimento de outra agremiação partidária em 1780, o Partido Republicano.

2.2 – A FORMAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO NO BRASIL

Conforme dito no capítulo anterior, os ideais republicanos existiam bem antes do processo de independência do Brasil e também estiveram presentes em algumas revoltas e movimentos anteriores a chegada da Família Real no Brasil em 1808. No período Regencial houve diversos movimentos que defendiam essa tendência.

O regime monárquico proibia a existência de partidos contrários a ele, como dito anteriormente, através do Código de Processo de 1832, lei de 20/09/1830. Somente em 1870, surgiu um partido republicano formado por dissidentes do partido Liberal. No entanto, é preciso compreender o “jogo político” do período imperial brasileiro, no qual o governo de D. Pedro II era dominado por dois partidos que disputavam o poder na Câmara, no Senado e o Gabinete Ministerial: os partidos Conservador e o Liberal.

O Partido Conservador surgiu de uma coalizão de ex-moderados e ex-restauradores sob a liderança de Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu discípulo político, Paulino José Soares de Sousa, futuro visconde do Uruguai. O partido conservador propunha a reforma das leis de descentralização⁴³. Defendiam o fortalecimento do poder central, o controle centralizado na magistratura e da polícia e o fortalecimento do poder moderador. Esta agremiação era composta por burocratas (funcionários públicos) e proprietários de terras.

A bandeira de luta do Partido Liberal, por sua vez, eram as leis descentralizadoras (defendiam maior autonomia provincial, justiça eletiva, separação da polícia e da justiça e redução das atribuições do poder moderador), seus principais teóricos eram Teófilo Benedito Ottoni, Francisco de Paula Souza e Melo e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Este partido era formado por profissionais liberais (médicos, jornalistas, advogados, padres) e proprietários de terra.

⁴³ Ver CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996;

Estes duas agremiações alternavam-se no poder em função de D. Pedro II, que exercia o esdrúxulo Poder Moderador, que lhe permitia dissolver a Câmara quando bem lhe aprouvesse. Segundo Carvalho:

Embora o sistema político brasileiro fosse bipartidário, os partidos não estavam consolidados o suficientemente para dar sustentação ao governo, pequenas defecções liquidavam a maioria. Eram frequentes as dissidências de caráter provincial, pessoal, quase nunca ideológico entre os integrantes dos Partidos Conservador e Liberal (CARVALHO, 1996, p. 370).

Para evitar que essas dissidências prejudicassem a governabilidade do imperador, era preciso que o governo tivesse a maioria na Câmara. Para isso, os critérios para a composição do Gabinete Ministerial sofreram algumas alterações a partir de 1847, sendo o Imperador incumbido de escolher o presidente do gabinete, que, por sua vez, nomearia os responsáveis pelas pastas ministeriais. O presidente, ao nomear os ministros, deveria contar com o apoio do legislativo, mas com a concordância do imperador.

Na existência do impasse entre o Gabinete e a Câmara cabia ao imperador, sob a prerrogativa do Poder Moderador, dissolver o Gabinete, convocando outro presidente para formá-lo, ou dissolver a Câmara, convocando novas eleições; “além disso, a formação do gabinete não precisava necessariamente acompanhar a disposição dos partidos na câmara” (RIBAS, 2006, p. 20).

Contudo, a alternância entre dois partidos nos gabinetes contrabalanceava o poder, visto que os Partidos Conservador⁴⁴ e Liberal não prejudicavam a governabilidade do imperador e nem a administração do Estado. Estas duas agremiações mesmo contendo projetos políticos diferentes tinham em comum o objetivo de alcançar os postos públicos para seus correligionários visando maior representatividade nas vilas e províncias do império, de manter a ordem na sociedade, excluindo o povo do processo político e da construção do império.

Os conservadores tinham a preocupação de manter a unidade nacional, sendo que para isso era necessário a centralização administrativa e o apoio ao poder

⁴⁴ O gabinete Conservador governou de 23 de março de 1841 a 2 de fevereiro de 1844; 22 de setembro de 1848 a 6 de setembro de 1853; de 4 de maio de 1857 a 24 de maio de 1862; de 30 de maio de 1862 a 15 de agosto de 1864; 12 de maio de 1865 a 3 de agosto de 1866; de 16 de julho de 1868 a 5 de janeiro de 1878; de 20 de agosto de 1885 a 7 de junho de 1889.

moderador. Enquanto que os Liberais representavam uma luta pela democracia, a descentralização administrativa, o fim do poder moderador, que era visto como abusivo.

O projeto centralizador do Partido Conservador teve sucesso sobre o descentralizador dos Liberais, ocasionado pela maior presença dos conservadores no governo ministerial a custo de seu apoio ao imperador e a elite agrária agroexportadora, cuja sua unidade partidária no território nacional foi favorecida na homogeneidade das suas ideias. Os Liberais presentes em todo o império não possuíam uma unidade nacional, alguns grupos lutavam por si, sendo que esta desunião ocasionou a sua derrota em implantar seu projeto democrático⁴⁵.

Isso não quer dizer que os Liberais não tenham chefiado o gabinete ministerial. Embora tenham ficado por pouco tempo, colocavam em prática seus projetos políticos, contudo, quando caía o seu ministério, o gabinete conservador revogava suas emendas.

A substituição do gabinete liberal pelo gabinete conservador provocou reações nos membros do partido liberal, ocasionando uma divisão do Partido Liberal em dois grupos: o grupo dos radicais e o grupo dos moderados. Os liberais radicais surgiram em 1868 e criaram um programa defendendo

A extinção do poder moderador, o fim do Conselho de estado, descentralização, ensino livre, abolição da Guarda Nacional, polícia eletiva, Senado temporário e eletivo, sufrágio direto e universal, substituição do trabalho escravo pelo livre e Presidente da província eletivo. (CARVALHO, 1996, p. 186)

Por seu lado, os Liberais moderados defendiam eleição direta nas cidades maiores (mas não o voto universal), Senado temporário, Conselho de Estado apenas administrativo (o fim do Conselho), e o fim da Guarda Nacional, as clássicas liberdades de consciência, de educação, de comércio, de indústria, as reformas judiciárias do programa progressista e a abolição gradual da escravidão⁴⁶.

⁴⁵ Sobre a construção do estado imperial brasileiro ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

⁴⁶ No tocante a bandeira de luta do Partido Liberal em 1868, suas ideias representariam as reivindicações de profissionais liberais, de intelectuais e de alguns industriais, todos vinculados à economia e modos de vida urbana.

Em 1869, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça almejavam criar um clube republicano. Para que este surgisse, Quintino Bocaiúva realizou várias conferências, nas quais expôs o contato que teve com os governos republicanos nos Estados Unidos e Argentina. Em 1870 foi fundado o clube republicano, inicialmente com quinze sócios, liderado pelo próprio Quintino Bocaiúva.

Em 03 de dezembro de 1870, Quintino Bocaiúva publicou o 1º número do jornal “A República”. Neste periódico apresentou ao público o famoso Manifesto Republicano de sua autoria com a colaboração de vários membros do clube. O jornal “A República” chefiado por Quintino Bocaiúva foi o principal instrumento de propagação dos ideais republicanos na sociedade carioca. Este impresso foi patrocinado pelos correligionários Dr. Luís Barbosa da Silva, um dos redatores, ao lado de Aristides da Silveira Lobo, Miguel Vieira Ferreira, Flávio Farnese, Lafayette Rodrigues Pereira e Pedro R. Soares de Meirelles.

O Manifesto Republicano de 1870, publicado no Rio de Janeiro, refletia o pensamento liberal clássico, criticando o governo monárquico e defendendo o federalismo (descentralização e autonomia provincial). O fragmento do manifesto republicano abaixo mostra o porquê dos republicanos cariocas defenderem o federalismo.

O regime da federação baseado, portanto, por independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira.

Se carecêssemos de uma fórmula para assinalar perante a consciência nacional os efeitos de um e outro regime, nós a resumiríamos assim: “Centralização – Desmembramento – Descentralização – Unidade”. (MORAES, 1985, p. 37).

Para os partidários cariocas, o federalismo era sinônimo de unidade. A autonomia dos estados poderia ocasionar a união do país em contraposição a centralidade administrativa do governo imperial que ocasionaria a desavença no país. Esse discurso mostra uma forte alusão ao federalismo norte-americano pautado na descentralização administrativa.

Em São Paulo houve migração de grupos de liberais radicais que se transformaram em republicanos por volta de 1870. Em 1872 ocorreu a formação do movimento republicano, e no ano seguinte, em 1873 foi realizado um congresso na capital da província dando início ao Partido Republicano Paulista (PRP) que teria fim no movimento de 1930.

A formação do partido republicano paulista ocorreu de forma diferente em relação ao carioca. Segundo Carvalho (1996, p. 209) “os paulistas não se deram ao trabalho de publicar manifestos, dedicando-se antes a criar uma sólida estrutura organizacional com base em células municipais”. A primeira convenção do partido republicano paulista foi realizada em Itu em 1873. Estavam presentes neste evento integrantes oriundos de 17 municípios. No primeiro congresso que ocorreu no mesmo ano na capital, São Paulo, o número de participação dos municípios aumentou para 29.

Outra diferença entre o Partido Republicano do Rio de Janeiro e São Paulo vai ser em relação aos objetivos traçados⁴⁷. Enquanto os republicanos da capital imperial, que assinaram o Manifesto de 1870, refletiam as preocupações de intelectuais e profissionais liberais urbanos, os paulistas representavam as preocupações de setores cafeicultores de sua província. A principal preocupação dos paulistas não era o governo representativo ou direito individual, mas simplesmente a federação, isto é, a autonomia provincial.

Os republicanos paulistas, em comparação aos republicanos cariocas, produziram apenas dois documentos doutrinários importantes. O primeiro destinava-se a fixar a posição do partido em relação ao problema da escravidão. O segundo foi um projeto de constituição republicana para São Paulo. Em relação ao problema da escravidão, declaravam que “era responsabilidade dos partidos monárquicos e não deles”⁴⁸, ou seja, os republicanos paulistas não apoiaram o fim da mesma.

Na província de São Paulo o partido congregava tanto representantes dos grupos urbanos, como médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, comerciantes, que

⁴⁷ Enquanto em São Paulo os fazendeiros formavam o núcleo mais importante do partido republicano, no Rio de Janeiro e nas demais províncias a grande maioria era constituída por representantes das camadas urbanas. Nos últimos anos do Império existia entre eles um grande número de simpatizantes das ideias republicanas, embora muitos não estivessem filiados ao partido.

⁴⁸ O PRP só apoiou abertamente a abolição um ano antes da sua efetivação, na mesma época em que o Partido Conservador de São Paulo liderado por Antônio Prado, tomou decisão semelhante.

constituíam em geral o núcleo mais importante do partido em outras regiões do país, quanto os numerosos fazendeiros do Oeste Paulista⁴⁹.

Diante das transformações vividas pela província de São Paulo a partir de 1870, sua proeminência política e econômica começou a se manifestar. A centralização político-administrativa do império era vista como forte entrave ao seu progresso. Isso era ocasionado pela pouca representatividade da província na Câmara e Senado imperial e os altos impostos que pagavam. Segundo Ribas:

O anseio por autonomia encontraria no movimento republicano solo fértil; nessa província desenvolveu-se o partido republicano mais organizado do movimento e a bandeira federalista levantada por ele aglutinou fazendeiros que sufocados pela centralização do Império, viam no federalismo a alternativa e o fortalecimento da ascensão econômica de São Paulo e consequentemente, o dos seus negócios (2006, p. 51).

Portanto, no final do império os republicanos paulistas constituíam o único grupo político civil organizado no período da Proclamação da República. Ao contrário dos republicanos cariocas, que não conseguiram formar um partido unido e forte⁵⁰.

No Rio de Janeiro, o partido republicano se destacou nos primeiros anos da década de 1870, contudo, no decorrer do tempo as ideias republicanas acabaram sendo deixadas de lado. Isso ocorreu em função de correligionários republicanos voltarem a fazer parte do partido Liberal. Segundo Júlio Pestana⁵¹ na sua obra “*Memórias de um histórico*” relata o que aconteceu com os partidários republicanos após 1870:

(...) uns julgaram que a pátria valia mais que o império e foram depois ministros, diplomatas, senadores, deputados etc., outros deixaram-se arrebatar para a clínica, para a advocacia, ou para as fazendas, outros desapareceram sem saber-se o rumo e finalmente muitos continuaram a brilhar no jornalismo, sem programa definido a defender ministérios e a derrubar situações ou então a prezar a neutralidade na imprensa. (1945, p. 114).

⁴⁹ A preponderância de fazendeiros explica a orientação assumida pelo partido paulista evitando manifestar-se a propósito da emancipação de escravos.

⁵⁰ No Rio Grande do sul, o republicanismo combinava uma orientação rigidamente ideológica com uma base econômica mais ligada ao litoral do que aos estancieiros da campanha. Mas a tendência ao fortalecimento do poder estadual entre os republicanos dessa província foi ainda mais forte do que entre os das outras duas, por influência doutrinária do positivismo.

⁵¹ Lucio Pestana, pseudônimo utilizado pelo escritor maranhense Dunshee de Abranches para criar a obra “*Memórias de um histórico*” na época que ele trabalhava no impresso carioca Jornal do Brasil na qual era editado a sua obra, que tem como objetivo relatar a trajetória do republicanismo no quadro político do país.

Quando o partido Liberal retornou ao poder à frente da Presidência do Conselho de Ministros os defensores republicanos voltaram a ser liberais e a concorrer a cargos políticos pelo mesmo. Um exemplo disso é “Saldanha Marinho que fez parte do clube republicano de 1870, mas que disputava cargos políticos pelo partido Liberal”⁵².

O Partido Republicano no Rio de Janeiro, desde seu início até meados da década de oitenta, teve uma atuação modesta e híbrida em relação ao Império, principalmente com a presença dos liberais no poder entre 1878-1885 com o gabinete Sinimbu. Em 1885, a oposição do grupo ao império foi intensificada, tendo como expoentes os jornalistas Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo e Lopes Trovão. Em 1888, os ideais republicanos ganharam mais força e vários jornais converteram-se ao republicanismo, o que aumentou a adesão da classe média ao movimento.

Entretanto, o partido republicano estava dividido em duas linhas de ação: a revolucionária e a evolucionista. A revolucionária, liderada por Silva Jardim, defendia a implantação da república através da revolução popular, ou seja, seguindo as ações dos revolucionários franceses de 1789. Para os defensores do Evolucionismo, chefiado por Quintino Bocaiúva, a república deveria ser implantada de forma gradual, com o controle pacífico do poder através da via eleitoral.

Para decidir os rumos do Partido no cenário político nacional aconteceu, em maio de 1889, um Congresso republicano realizado em São Paulo. Neste encontro foi escolhido como líder do partido republicano nacional Quintino Bocaiúva, completando a comissão executiva Ubaldino do Amaral, Esteves Júnior, Rodolfo de Abreu e Barata Ribeiro.

A escolha de Quintino Bocaiúva como chefe gerou crise interna no partido republicano. A ala revolucionária representada por Silva Jardim ficou descontente com a vitória da ala evolucionista. Insatisfeito, Silva Jardim publicou um manifesto em 28 de maio de 1889 fazendo duras críticas aos elementos moderados do partido e declarou não reconhecer a chefia de Quintino Bocaiúva.

⁵²George BOEHRER Apud Aristeu Elisandro Machado Lopes. A república e seus símbolos: Imprensa Ilustrada e o ideário republicano no Rio de Janeiro, 1868 – 1913. Rio Grande do Sul: tese de doutorado da UFGS, 2010.p.133.

Contudo, o Partido republicano não foi o protagonista na queda da monarquia brasileira, visto que vários fatores, principalmente, religiosos, militares e a abolição da escravidão abalaram o governo imperial.

2.3 – O FIM DO GOVERNO IMPERIAL NO BRASIL

As transformações socioeconômicas não foram o suficiente para derrubar o Segundo Reinado, visto que a mudança no processo eleitoral de 1881⁵³ afastou a maior parte da população da participação política. Fora que o acesso da classe média civil aos cargos políticos não ocorria com frequência, indo a maior parte deles para integrantes do exército brasileiro, através da Escola Militar.

Segundo a historiografia tradicional, representada pelo historiador Oliveira Viana, os principais causadores da decadência monárquica foram a Questão Religiosa, a Abolição da escravatura e a Questão Militar. Destacarei como ocorreram estes acontecimentos baseado nos autores dessa tendência.

A Questão Religiosa, que envolveu o conflito entre os bispos e a maçonaria, teve início no Rio de Janeiro em 1872. A maçonaria realizou uma festa em honra de seu grão-mestre, o Visconde do Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros, por conta da Lei de 28 de Setembro de 1871 (libertação dos filhos de escravos).

Um padre, maçom, - havia-os muitos desde os tempos da Independência – fizera um discurso maçônico e, por esta razão, fora suspenso de ordens pelo bispo. Começou assim a luta que envolveu alguns bispos, a maçonaria e o governo. (COSTA, 1972, p. 16)

Um conflito nas províncias do Pernambuco e Pará aumentou a animosidade entre a Igreja e o governo imperial. Em Recife, vários maçons, que também eram membros de irmandades religiosas, mandaram rezar uma missa em comemoração à

⁵³ A Lei eleitoral de 1881 eliminou a eleição em dois turnos, proibiu o voto do analfabeto; e só poderia votar quem tivesse a renda média de Rs 200\$000 e o voto seria voluntário. O assalariado não funcionário público não poderia votar.

inauguração de uma loja. D. Vital, jovem bispo de Recife, influenciado pelas ideias antimaçônicas, proibiu a cerimônia e suspendeu os padres das ordens e mandou que os maçons fossem eliminados das irmandades religiosas. Contudo, ninguém obedeceu ao pedido ocasionando a interdição, a mando do bispo, das igrejas e capelas dessas irmandades.

O ato do bispo gerou grande insatisfação aos maçons que reclamaram à Coroa sobre o ocorrido. Em 12 de junho de 1873, o governo por meio do Conselho de Estado, ordenou que o bispo D. Vital suspendesse o interdito e deixasse os maçons tranquilos em suas irmandades. D. Vital não acatou a decisão do governo e, conseqüentemente, teve sua prisão decretada, sendo condenado a desempenhar trabalhos forçados.

Outro caso envolvendo o clero com o governo imperial ocorreu no Pará. O bispo D. Antônio de Macedo Costa proibiu a presença de maçons nas irmandades e suspendeu presbíteros que faziam parte da maçonaria. O governo novamente atendeu ao apelo dos maçons e sentenciou D. Antônio a prisão e trabalhos forçados por quatro anos, juntamente com D. Vital, em uma prisão em Fortaleza. Somente em 1875, no gabinete chefiado por Luís Alves de Lima e Sousa, Duque de Caxias, que os sacerdotes foram anistiados.

A abolição da escravatura, em 1888, através da lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, não foi bem vista pelos proprietários rurais, que dependiam da mão-de-obra escrava nas suas lavouras. Contudo, o que gerou a indignação dos proprietários foi a desassistência do governo imperial quanto ao pagamento das indenizações. Sem a indenização prometida, a maioria dos proprietários se bandearam para os clubes republicanos.

A sociedade brasileira, a partir da década de 80, passou a criticar o trabalho escravo. Os chamados abolicionistas escreviam artigos em jornais e proferiam discursos contra este regime de trabalho. Em São Paulo, onde a crítica foi mais intensa, a participação era, sobretudo, de “elementos da pequena burguesia urbana salientando-se os cocheiros, ferroviários e tipógrafos, além de ex-escravos oficiais do Exército, alguns estudantes e intelectuais” (COSTA, 1972, p. 13). Alguns abolicionistas, inclusive, ajudaram na fuga de escravos nas fazendas.

O processo que pôs fim a escravidão negra veio se arrastando desde 1831. Nesse período o governo imperial brasileiro vinha sofrendo muita pressão da Inglaterra para que desse fim a escravidão⁵⁴. Todavia, a primeira lei de repressão à escravidão negra só seria promulgada no ano de 1850. Chamada de lei Euzébio de Queiroz, proibia o tráfico de negros no Brasil, determinando que os traficantes fossem julgados por juízes de direito e os compradores pelo júri.

Em 28 de setembro de 1871, no período de vigência do gabinete de Rio Branco, foi aprovada a lei do Ventre Livre (Lei Rio Branco) que apregoava que todos os filhos de escravas que nascessem após esta data seriam considerados livres. No dia 28 de setembro de 1885 foi aprovada a Lei do Sexagenário ou Lei Saraiva-Cotegipe que garantia liberdade aos escravos com mais de 65 anos de idade. Com estas leis aprovadas, o escravismo no Brasil beirava seu fim. O “golpe de misericórdia” foi dado no dia 13 de maio de 1888, na conhecida Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel.

A questão militar foi marcada pela divergência entre os militares e o governo imperial e perdurou até a Proclamação da República. Para alguns historiadores, a instalação da república não aconteceria caso os militares não dessem o primeiro passo para a derrubada da monarquia.

Os militares se ressentiam com a forma como os gabinetes civis tratavam a instituição e esse vinha de longa data. Segundo Monteiro:

Estava presente na memória dos militares a humilhação sofrida após 07 de abril de 1831, quando o Exército teve seus efetivos reduzidos e toda ênfase fundada à recém-criada Guarda Nacional. Entretanto, quando quiseram fazer a guerra contra o Paraguai; Exército e Marinha foram chamadas e muitos dos seus efetivos pereceram nos mangues e matas daquela região, em grande parte devido às péssimas condições de vestuário, baixo nível técnico e carência de logística (1994, p. 05)

Quem governava o gabinete naquele período era o Partido Conservador liderado pelo João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe, e na pasta da Guerra o

⁵⁴ A luta contra o tráfico negreiro teve início em 1807, quando a Inglaterra o proibiu a seus súditos e encetou a longa campanha para eliminá-lo em outros países, sobretudo nos mais vulneráveis a suas pressões. São conhecidos os tratados arrancados Portugal em 1810, 1815 e 1817, que progressivamente limitavam a legalidade do comércio escravo e aumentavam a margem de ação da marinha britânica. O Brasil nasceu sob essa pressão, pois a Inglaterra exigia o fim do tráfico como condição do reconhecimento diplomático da independência. Foi forçado a assinar o tratado de 1826 pelo qual o tráfico era considerado pirataria três anos após a ratificação que se deu em 1827.

conselheiro Alfredo Chaves. Em 1886, ocorreram dois incidentes envolvendo os coronéis Cunha Matos e Sena Madureira e o governo Imperial.

O coronel Cunha Matos ao fazer uma inspeção na companhia de infantaria, sediada no Piauí, encontrou várias irregularidades e pediu abertura de investigações contra o capitão Pedro Lima. Em defesa do capitão, levantou-se um deputado da mesma província, Simplício Resende, e da tribuna da Câmara, fez sérias acusações a Cunha Matos⁵⁵. O coronel Cunha Matos rebateu as acusações do deputado, através da imprensa, que o acusava também de ter se colocado a serviço de Solano Lopes, na Guerra do Paraguai. O ministro da Guerra, Alfredo Chaves, determinou a pena de advertência ao coronel, por ter, publicamente, atentado contra a imunidade de um parlamentar e sua prisão, por dois dias, no quartel-general, por desacato ao ministro.

Outro conflito entre o exército e o governo Imperial foi entre o Tenente-Coronel Sena Madureira e o Senador Franco de Sá. O primeiro viu-se atacado pelo Senador que julgou inconveniente as manifestações abolicionistas do Tenente-Coronel, que era diretor da Escola de Tiro de Rio Pardo, no interior paulista. Revidando o ataque, Sena Madureira publicou um enérgico artigo no jornal “A Federação”, órgão republicano dirigido por Júlio de Castilho no Rio Grande do Sul.

O ministro da Guerra no dia 04 de setembro de 1886, em ofício, repreendeu o oficial. Manoel Deodoro da Fonseca, na época comandante de armas e presidente da província do Rio Grande do Sul, não repreendeu o Tenente-coronel, por entender que o regulamento proibia a discussão pela imprensa entre militares acerca de questões internas da Corporação e, nesse caso, não via sentido em punir Sena Madureira.

Isso gerou constrangimento entre o Exército e o governo Imperial, ocorrendo uma ruptura na harmonia entre eles. O governo transferiu Deodoro da Fonseca do comando no Rio Grande do Sul. Ele chegou a Corte em 26 de janeiro de 1887, recebido com estrondosa manifestação de apoio dos cadetes militares.

A 25 de julho de 1887 foi criado o Clube Militar, cuja presidência foi entregue a Deodoro da Fonseca, cabendo à vice-presidência a Benjamin Constant. O

⁵⁵ Sobre as causas do conflito entre os militares e o governo imperial Ler MONTEIRO, Hamilton M. Brasil republicano. São Paulo: Editora Ática, 1994.

clube enviou uma representação à coroa, em outubro, declarando que não eram aptos a capturar escravos fugitivos.

Toda esta divergência entre o Exército e a Coroa culminou na organização dos militares para derrubada da monarquia brasileira. Os jovens militares brasileiros influenciados pelas ideias republicanas e, principalmente, pelos ideais positivistas, difundidas por Benjamin Constant sentiam-se encarregados de uma “missão salvadora e estavam ansiosos por corrigir os vícios da organização política e social do país” (COSTA, 1972, p. 32). Ainda hoje, os militares pensam que são os messias da pátria, podemos citar como exemplo desta afirmação o golpe militar de 1964. A “mística da salvação nacional” não era, aliás, restrita a esse pequeno grupo de jovens. Muitos oficiais de alta patente compartilhavam da mesma ideia.

Segundo Viotti (1994, p. 356),

Generalizava-se entre os militares a convicção de que só os homens de farda eram ‘puros’ e ‘patriotas’, ao passo que os civis, ‘os casacas’, como diziam os militares à época, eram corruptos, venais e sem nenhum sentimento patriótico.

Derivava dessa crença a mentalidade salvadora, que transpareceu claramente na célebre carta, anteriormente citada por Floriano Peixoto ao general Neiva⁵⁶, em 10 de julho de 1887, a propósito da Questão Militar.

Foi no governo Ouro Preto que ficaram mais latentes as divergências dos militares com o governo imperial. Neste momento os republicanos se aproximam mais do exército a fim de elaborar um movimento para derrubar a monarquia. O apoio do exército foi essencial para o sucesso do republicanismo naquele momento no Brasil.

As agitações no período que antecedeu a Proclamação da República, ocasionadas pelo movimento abolicionista e as propagandas republicanas provocaram apreensão entre os que apoiavam a Monarquia, visto que o Terceiro Reinado parecia impossível pelos motivos aqui já expostos. Tinha ainda um agravante: a maioria da

⁵⁶ General Tude Soares Neiva (1838-1901), foi general e político, apoiou o movimento militar que proclamou a república no país governou interinamente a Bahia no curto espaço de tempo, 24 de novembro de 1891 a 12 de dezembro do mesmo ano. Apoiou o governo de Deodoro da Fonseca.

população não era simpática ao Conde D'Eu, por este ser estrangeiro e, para o povo, era inadmissível a ideia do país ser governado por um estrangeiro.

Para conter as agitações no país, o imperador D. Pedro II desfez o gabinete de João Alfredo e colocou em seu lugar o liberal Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto. Este, para impedir o crescimento dos movimentos republicanos, executou diversas reformas de cunho liberal, as quais podemos destacar: a autonomia dos municípios e províncias, alargamento do direito de voto, liberdade de ensino, temporariedade do Senado, aprovação do Código Civil, reforma do Conselho de Estado, conversão da dívida externa e outros. Essas mudanças pretendidas pelo Visconde de Ouro Preto buscavam impedir o aumento do republicanismo e a queda da monarquia, no entanto, não foram bem vistas pela oligarquia dominante, tendo em vista que as reformas poderiam ferir as suas bases de domínio, ou seja, diminuir o poder centralizador do Estado.

Neste período existiam boatos por todo o império, principalmente nos quartéis, a respeito de medidas severas que seriam tomadas contra o Exército. Aproveitando-se do “ambiente de inquietação alguns elementos do Partido Republicano Paulista e do Partido Republicano do Rio de Janeiro voltaram a insistir com os militares para que colocassem à frente de um movimento contra o governo” (VIOTTI, 1994, p. 360). Benjamin Constant, Frederico Solon, Bernardo Vasques, tenentes Antônio Adolfo, Mena Barreto, Carlos de Alencar, Sebastião Barreto e Joaquim Ignácio promoveram intensa propaganda republicana nas fileiras do exército. Eram também notadamente republicanos o major Antônio Rocha Bezerra de Cavalcanti, Celestino Alves Bastos e Antônio Batista Costa Júnior.

Em 11 de novembro, Rui Barbosa, Benjamin Constant, Aristides Lobo, Bocaiúva, Glicério e o coronel Solon reuniram-se na casa de Deodoro da Fonseca para convencê-lo a participar e liderar o movimento que desejava derrubar o gabinete do Visconde de Ouro Preto. Após a aceitação de Deodoro, no dia 15 de novembro de 1889, foi proclamada a república.

2.4 – A DESAGREGAÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA NO MARANHÃO

Antes de dizer tão somente que os partidos do Rio de Janeiro e São Paulo influenciaram os demais movimentos republicanos de outros estados como o Maranhão, é necessário compreendermos como foi a formação do partido republicano no Estado. No Maranhão, os movimentos republicanos se formaram na década de 1880, tendo a maior parte deles surgido nas vilas localizadas no interior da província. Existia, antes da proclamação da República, dois movimentos republicanos, um localizado na capital, São Luís, liderada pelo jornalista Paula Duarte e outro localizado na vila do Barra do Corda liderado pelo juiz de paz Isaac Martins.

Os dois grupos republicanos maranhenses diferem na questão da formação e das atuações em suas respectivas localidades. Enquanto que o clube de São Luís não era forte e tinha poucos adeptos, na região sul do Maranhão os grupos republicanos tinha um grande número de integrantes, tendo sido criado um jornal republicano na vila do Barra do corda e manifestos republicano em algumas vilas do alto sertão maranhense.

O processo de formação dos grupos republicanos no Maranhão passou por um momento em que as relações socioeconômicas e políticas estavam em crise. No último quartel, no século XIX, a economia maranhense estava em declínio por conta da crise no comércio de algodão e o baixo rendimento da cana-de-açúcar, causado pelo baixo preço no mercado internacional.

A crise tanto na produção algodoeira como na açucareira ocasionou o endividamento dos lavradores maranhenses e o pouco lucro que eles obtinham na venda não foi suficiente para sanar os gastos na produção.

A conjuntura da baixa de preço, em oposição à conjuntura de alta, era de um efeito desanimador para o lavrador, pois, diminuídos os lucros, as suas despesas continuavam as mesmas com sua propriedade agrícola, transportes e, sobretudo com um plantel de escravos(...). Todavia, onerado de dívidas, que de ano a ano cresciam com as repetidas reformas e consequente acumulação de juros, lavrador era forçado a dispor de seus escravos, entre outros bens, para satisfazer a exigência do credor. (AYOUB, 1990, p. 73)

Isso não quer dizer que os lavradores nunca tiveram lucros com a cotonicultura e com a cana-de-açúcar. Conforme a historiografia maranhense, a fase

áurea do algodão foi entre os anos de 1861 a 1865, período da guerra civil norte-americana, quando nossa cotonicultura alimentava as fábricas têxteis inglesas.

A qualidade da cotonicultura maranhense não se comparava ao algodão norte-americano, pois o algodão produzido na província era de fibra curta e frágil, enquanto que a dos Estados Unidos o algodão era longo e não quebradiço⁵⁷. Após a Guerra Civil norte-americana, o preço do algodão maranhense despencou no mercado internacional, gerando problemas financeiros para os proprietários rurais (lavradores).

A cana-de-açúcar, outro produto de destaque na economia maranhense, começou a ter importância em meados do século XIX. Na década de 40, no século XIX, respectivamente em 1847, a indústria açucareira obteve bastante incentivo por parte do governo provincial visando o maior desenvolvimento econômico na província. Vale ressaltar que naquele período não existia quem pudesse concorrer com açúcar maranhense e sua cotação no mercado externo era boa.

Isso fez com que alguns lavradores que se dedicavam à produção de algodão o substituíssem pela lavoura de cana-de-açúcar. Essa cultura se proliferou pelos vales dos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré e Baixada Maranhense. De 1873 a 1882 a cana-de-açúcar maranhense teve um maior rentabilidade na sua exportação gerando muito lucro para os produtores de açúcar. No entanto, não durou muito esta euforia, pois no decorrer da década de 80 o preço deste produto declinou no mercado em função da forte concorrência do açúcar antilhano (açúcar de beterraba produzido em Cuba).

Neste período o sistema escravista brasileiro entrou em declínio, com o fim do tráfico negreiro em 1850, o qual não impediu a entrada ilegal de negros escravizados, no entanto, diminuiu sua comercialização no país. Na tentativa de sanar a falta de mão-de-obra escrava e evitar o colapso na economia brasileira foram criadas algumas medidas, entre elas o tráfico interprovincial.

O remanejamento dos “estoques” internos de escravos se deveu, antes de mais nada, a uma necessidade de reajustamento do próprio sistema escravista, permitindo a este, uma sobrevida de mais algumas décadas. A reserva

⁵⁷ O processo mais antigo para descaroçar o algodão foi o “vorágico”, em engenhos movido a mão. No decorrer do tempo foi sendo paulatinamente substituído pelo engenho de serra. Contudo, apesar dos engenhos de serra serem mais produtivos, a qualidade do algodão, depois de beneficiado, era inferior à dos engenhos movidos a mão. Ver JORGE RIBEIRO, Jalila Ayoub. A desagregação do sistema escravista no Maranhão: 1850-1888. São Luís: Sioge, 1990.

nacional de braços, disponível para o tráfico interprovincial, teve o papel amortecedor dos protestos contra a extinção irreversível do tráfico transoceânico nos anos cinquenta. (AYOUB, 1990, p. 85).

A partir de 1860, há uma exportação de escravos negros do Maranhão para as outras províncias do país, principalmente para as regiões produtoras de café: Vale do Paraíba e Oeste Paulista. A transferência de negros escravizados da região nordeste para a região Sul tinha como objetivo sanar a carência de mão-de-obra escrava nas regiões produtoras de café. Segundo Almeida (1981, p. 109)

A migração de escravos para as lavouras cafeeiras das “províncias do Sul” consistiria, na versão dos intérpretes oficiais, num recurso de que os lavradores lançam mão para saldarem suas dívidas e os empréstimos usurários.

Todos esses fatores contribuíram para o endividamento dos lavradores maranhenses, que não conseguindo superar a crise na atividade agroexportadora e o colapso do sistema escravista, acabaram deixando de apoiar o regime monárquico e tornaram-se simpáticos às ideias republicanas.

Enquanto as regiões produtoras de algodão e cana-de-açúcar estavam em crise pelo fato do fim da escravidão, na região do sul do Maranhão (sertão maranhense), predominantemente de criação de gado, a crise não afetou os proprietários rurais. Esta região foi o principal centro propagador das ideias republicanas, que será melhor abordado mais à frente.

O cenário político maranhense foi marcado pela disputa de dois principais partidos: o Partido Conservador e o Partido Liberal, sendo os primeiros popularmente conhecidos como “Cabanos” e os segundos como “Bem-te-vis”. Os mesmos partidos que lutavam pelo poder na capital do Império brigavam também pela hegemonia política no Maranhão.

No Maranhão, Cabanos e Bem-te-vis travavam disputas, intrigas e dissidências, como ocorria no Rio de Janeiro. Alguns integrantes dos partidos se separaram e integraram os clubes ou movimentos republicanos maranhenses. Nos anos

50⁵⁸ e 60 do século XIX, o quadro político brasileiro sofreu transformações em relação à composição dos partidos políticos.

Durante o denominado período de conciliação⁵⁹ ocorreu a ascensão de um bom número de magistrados aos cargos de representação (legislativo) em funções administrativas, possibilitando o surgimento do político de carreira, oriundo sempre da faculdade de direito de Recife. Além da formação acadêmica, muitos alunos daquela instituição acabavam por se envolver em discussões de caráter político, possibilitando-lhes o desempenho de funções ligadas ao aparelho político-administrativo e judiciário na capital do Império e na província.

Entre 1863 a 1892, o número de jovens bacharéis formados em direito nas Faculdades de Recife e São Paulo cresceu, ocasionando uma saturação em relação à ocupação político-administrativa da província, os cargos públicos existentes não eram suficientes para todos os formandos. Esse fato desagradou muitos jovens que decidiram se desligar do partido político vigente e passaram a contestar o regime monárquico.

Da década de 1860 até o final do Império, as divisões e dissidências marcaram a história dos dois partidos maranhenses. O período de 1862 a 1868, de ascensão da Liga Progressista no ambiente político da Corte, favoreceu o grupo Liberal da Província, que predominou nas eleições gerais por três legislaturas e conseguiu a eleição de dois senadores (Francisco Furtado e Marcelino Nunes Gonçalves).

Entre 1868 e 1878 foi o período marcado pela dominação dos conservadores, por igual número de legislatura e senadores eleitos, Cândido Mendes (vaga de Dias Vieira) e Luiz Antônio Vieira da Silva (vaga de Furtado), ambos em 1871. (REIS, 2007, p. 61)

Entre os conservadores cresceu a figura de Gomes de Castro, que foi eleito Deputado Geral por sete legislaturas consecutivas e lideraria uma desavença em 1877, separando-se de Silva Maia e Vieira da Silva. Isso fez cair por terra a unidade do Partido

⁵⁸ A derrubada dos liberais em 1848 marca o início de um longo predomínio dos conservadores na política imperial, apesar da década de cinquenta ser caracterizada pela Conciliação.

⁵⁹ É o período geralmente considerado de maior estabilidade, com dois gabinetes puramente conservadores, seguidos do longo gabinete de Paraná (1853/1857), quando firmou a ideia de diminuir o exclusivismo partidário. A conciliação tem como traço forte a expansão das trocas de cargos por apoio político ao gabinete ministerial, sendo um embaralhamento das antigas divisões partidárias. No Maranhão, a administração típica do período da Conciliação foi a do conservador mineiro Eduardo Olímpio Machado, que governou de 1851 a 1855, quando veio a falecer em São Luís.

Conservador e desencadeando uma briga pela liderança do partido, que influenciaria nas eleições provinciais.

O senador Vieira da Silva, apoiado pelo presidente do partido, Silva Maia, pleiteou a inclusão do sobrinho, João Henrique, para substituir Heráclito Graça, membro do diretório e deputado geral há duas legislaturas. “Gomes de Castro foi contrário à inclusão de João Henrique e mostrou força ao garantir a sua eleição e a de Heráclito Graça” (REIS, 2007, p. 63). A divisão ocasionou o surgimento de dois diretórios dentro do partido, um grupo chefiado por Gomes de Castro; e o outro liderado por Silva Maia e Vieira da Silva, os dois grupos existiram até o fim do império.

Com o falecimento de Dias Vieira e Francisco Furtado, Nunes Gonçalves e Carlos Fernando Ribeiro passaram a disputar a supremacia no partido. A divisão do Partido Liberal continuou com a escolha de Felipe Franco de Sá ao cargo de deputado na câmara geral de 1878, este parente de Carlos Fernando Ribeiro, mais conhecido na História da política maranhense na segunda metade do século XIX como Barão de Grajaú. Essa figura emblemática da política maranhense, nasceu na cidade de Alcântara a 30 de outubro de 1815 e faleceu em São Luís a 10 de setembro de 1889. Formou-se em direito, medicina e agronomia, sucedendo o senador Franco de Sá tornando-se o poderoso chefe do Partido Liberal no Maranhão durante quarenta anos e exercendo uma forte influência política na capital e nas vilas interioranas no Maranhão, entre elas, a vila de Grajaú.

Segundo Coutinho

Carlos Fernando Ribeiro, acusado de proteger os criminosos da família Leda, no Grajaú, em nada se distância de seu antagonista senador Gomes de Castro, defensor do caudilho Francisco de Araújo Castro, “o Cristo do Grajaú”. (2005, p. 299)

As disputas entre os partidários conservadores e liberais estavam ligados à hegemonia política, na qual estava em jogo o domínio do aparelho administrativo municipal e provincial. Quem tivesse o poder do aparelho do estado em suas mãos poderia utilizá-lo para favorecer os seus correligionários, criando uma relação clientelista das funções de governo em benefício dos aliados e o tornando moeda de troca na formação de alianças.

Foi o que predominou nas eleições de 1881 para deputados gerais. Gomes de Castro dirigiu os votos dos seus correligionários do segundo distrito para Felipe Franco de Sá, em troca de eleitores salinos no terceiro distrito, onde ele disputava uma cadeira contra o conservador maísta João Henrique Vieira da Silva. Isto teve como consequência um conflito no Partido Liberal, pois os dois nomes fortes cotados pelo partido para a disputa eleitoral eram Francisco de Paula Belfort Duarte e Fábio Alexandrino de Carvalho Reis.

Nessas dissidências estão importantes figuras responsáveis pelo apoio e propagação dos ideais republicanos na província, são eles: Francisco de Paula Duarte Belfort (líder do grupo republicano na capital), Isaac Martins Reis (líder do grupo republicano na vila do Barra do Corda) e Casimiro Dias Vieira Jr. (da antiga família da vila de Guimarães, colaborador junto com Paula Duarte do Jornal republicano “O Globo”).

Os conflitos e desavenças entre os partidários conservadores e liberais, além da crise econômica que afetava os proprietários de terras marcaram o momento do advento dos ideais republicanos no Maranhão, principalmente na parte sul da província, sendo este local marcado ao longo de sua história por conflitos e lutas armadas como o processo de independência (1822-1823) e a Balaiada (1838-1841).

2.5 – AS IDEIAS REPUBLICANAS NO ALTO SERTÃO MARANHENSE

Para falar sobre a formação do republicanismo no Maranhão se faz necessário antes expor os clubes republicanos do Alto Sertão, pois foi nesta região que estes ideais ganharam mais adeptos. Historiadores maranhenses como Mário Meireles e Maria do Socorro Cabral consideram que os elementos que mais favoreceram a difusão das ideias republicanas foram as revoltas armadas que aconteceram nesta região.

A inserção do Maranhão à independência envolveu quase toda a região interiorana da província. Além das lutas armadas entre os partidários liberais e conservadores, houve a Balaiada, que opôs a classe rica à pobre e envolveu quase todo Maranhão, além da parte sul do Piauí.

Em 1886 reinava a violência nas vilas de Pastos Bons, Mirador e Grajaú marcada pelo conflito entre liberais e conservadores, eram frequentes as “derrubadas” para desmontar o grupo situacionista anterior e instalar um novo grupo de protegidos, pagando os compromissos acordado nas eleições (clientelismo e nepotismo) que referendavam os donos do poder. Ocorria nos dois lados perseguição, retaliação e morte entre os partidários dos dois grupos que geravam o clima de desespero e medo nas populações residentes. Incluindo a tentativa do governo imperial de implantar centralismo administrativo nesta região, visto que essa centralização entrava em confronto com a ideia de autonomia que existia nesse local.

A longa distância que separava o sertão do Maranhão do litoral – centro político e administrativo provincial, a ausência de infraestrutura para o escoamento das mercadorias produzidas na região, além da falta de segurança, das perseguições políticas e da falta de diálogo a fim de resolver os conflitos, foram outros fatores que tornaram a região uma área em permanente clima de tensão.

Esses acontecimentos que ocorriam na região sertaneja foram propícias para a difusão dos ideais republicano. Visto que o caráter autonomista que permeou os clubes republicanos foi baseada nas ideias liberais que chegaram no sertão bem antes do processo de luta pela independência. Segundo Carlota Carvalho:

Repugnantes em 1817, ao fugirem em Pernambuco, triunfantes em 1820 na Espanha e Portugal por terem se tornado moda na Europa, as novas teorias de governo chegaram às capitanias do Brasil onde as legiões portuguesas, aderindo à revolução do Porto de 24 de agosto de 1820, agasalharam o embrião do constitucionalismo que nunca se corporificou em realidade de fato no Brasil. (2011, p.143)

Carlota Carvalho afirma ainda que o Alto Sertão foi o local de fuga dos partidários da Revolução Pernambucana e da Confederação do Equador⁶⁰. A autora acrescenta que

⁶⁰ Segundo Carlota Carvalho, nos visos da imaginação do povo, apavorado pelos fatos estupendos e estupefatos ante essa rápida transição da fortuna, vinham, com os mais para o refúgio, os vultos ingentes de Tristão de Alencar, morto no campo das Russas pleiteando a causa da soberania popular, frei Joaquim Caneca, padre Mororó, major Agostinho Cavalcante a par do lastimável João Ratcliff, a vítima do despeito de uma rainha. Um dos muitos lugares que os fugidos se domiciliaram foi o Campo Largo, arraial e campo do mesmo nome entre os riozinhos Alpercatas e Capim, este tributário do Mearim, no qual entra o nome mudado em Corda, e o outro é o principal formador do Itapecuru.

Pouco tempo depois da adesão do Maranhão, liberais do Ceará, Paraíba e Pernambuco – independentes de 1823, fragmentos da Confederação do Equador em 1824 -, fugindo à ‘morte paternal’ fraternamente dada pelas comissões militares, passavam o Parnaíba e internavam-se no sertão do Maranhão – naqueles ‘pastos bons’, delícias de nossos ancestrais. (2011, p. 149)

A entrada das ideias liberais no Alto Sertão, contudo, não ocorreu apenas através dos fugidos destas revoltas. Os proprietários de terras tinham relações comerciais com províncias como Pernambuco, Bahia, Goiás e, em certa época, até o Rio de Janeiro, para a exportação de carne seca e couro⁶¹. O contato comercial favoreceu a troca de ideias entre as pessoas das vilas interioranas e os viajantes de outras províncias. Segundo Socorro Cabral (1980), a vida liberta do fazendeiro do Sertão, a emigração, além desse intercâmbio cultural e econômico, possibilitaram a penetração e a difusão de ideias liberais e republicanas⁶².

Esse intercâmbio cultural ocasionou o surgimento de “roda de amigos” no Alto Sertão, principalmente na vila de Grajaú, e envolveu os fazendeiros da região, que ao contrário da maioria de seus pares de outras regiões, sabiam ler e escrever. O fazendeiro Militão Bandeira Barros, integrante do Partido Liberal, foi o idealizador desta roda.

Militão Bandeira Barros era um homem de cultura e inteligência bem desenvolvidas. Tinha gosto pelas letras e possuía muitos livros, os quais utilizava não apenas para ornato da sala, mas para sua leitura e instrução, a fim de discutir assuntos literários e históricos⁶³. Estabeleceu em sua casa um ponto de encontro, toda a tarde, de pessoas que praticavam a leitura.

Nessa roda de amigos a palestra tinha assuntos hauridos em livros e havia disputas sobre o mérito dos escritores lidos e sobre as teses, teorias e fatos pelos autores expendidos. Estabeleceu assim um hábito, um costume um meio de ilustrar os homens. Quem se habitou a ler, não vive sem um livro e sem jornal. ‘Em vez da vida alheia terá assuntos diversos para conversar e falará acerca de economia indústria, geografia, fatos históricos, geologia e descobertas do espírito humano. (CARVALHO, 2011, p.190)

⁶¹ Para Socorro Cabral era costume também virem aos sertões os comissários volantes e mascates, transportando mercadorias – os manufaturados e aguardentes que trocavam por gado ou outros gêneros derivado da pecuária.

⁶² CABRAL, Maria do Socorro C. Ideias e manifestações republicanas no sertão maranhense, p.38.

⁶³ CARVALHO, Carvalho. O sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil. 3ª ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

O hábito da leitura entre os intelectuais de Grajaú fez com que surgissem mais escolas e jornais. No entanto, alguns desses letrados transferiram-se para a capital da província onde exerceram a função de redatores ou criaram jornais, como Sousa Bispo. Outros, como Parsondas de Carvalho, trabalharam em jornais de expressão nacional como o “Jornal do Brasil” do Rio de Janeiro. A “Roda de Amigos”, contudo, continuou mesmo após a morte de Militão Bandeira, cujo nome hoje está estampado na academia de Letras de Grajaú.

Deve-se destacar que os intelectuais participantes da roda de amigos possuíam pequenas bibliotecas que talvez constavam livros de autores iluministas como Montesquieu, Rousseau, Voltaire e outros. Segundo Dunshee de Abranches alguns recebiam edições de jornais cariocas:

Rocha Lima, com rude franqueza, foi-me logo declarando que não comungava mais no credo liberal, nem se metia a filósofo como seu cunhado. Era republicano decidido e tinha por Evangelho O País, do Rio de Janeiro, dirigido por Quintino Bocaiúva. (ABRANCHES, 1990, p. 79)

A partir de 1888, as ideias republicanas ganharam força no Alto Sertão. A criação do jornal “O Norte”, no dia 12 de novembro, na vila do Barra do Corda, dirigido pelo juiz de paz Isaac Martins, fez com que os grupos republicanos de outras vilas se levantassem e lançassem manifestos. Algumas vilas da província já possuíam clubes, como era o caso da de Cururupu, Codó, Caxias, São José dos Matões, Picos (atual município de Colinas), Carolina, Grajaú, Loreto, Barra do Corda, Riachão, Imperatriz, Pastos Bons e Mirador, além de São Luís.

Em Carolina, o partido republicano foi criado por Alciades de Carvalho. Em Riachão, foi formado por Manuel Caetano de Lemos; Aristides Lobão criou em Mirador; Pastos Bons tinha Parsondas de Carvalho como representante republicano; Loreto foi representado por Isaac Martins e a Barra do Corda tinha a frente do partido Frederico Figueira e Melo e Albuquerque.

A vila de Barra do Corda foi a sede do partido republicano no Alto Sertão maranhense, com o Isaac Martins a frente do movimento, acompanhado pelos

republicanos Frederico Figueira, Melo e Albuquerque, Manuel Tavares, Sebastião Nogueira, Diocleciano Coelho de Sousa, Rocha Lima e Dunshee de Abranches.

Barra do Corda ficara sendo o centro coordenador da propaganda subversiva no planalto inteiro da Província; recebia adesões e notícias da fundação de grêmios republicanos em todos os municípios circunvizinhos, e estendia a sua influência até Caxias, cujas tradições revolucionárias sempre a tornaram temida e notável na história do Maranhão. (ABRANCHES, 1990, p.165)

No pleito de 1889, os partidos republicanos das vilas do Alto Sertão apoiaram a candidatura de Quintino Bocaiúva⁶⁴. Isaac Martins viajou no dia 10 de novembro de 1889 de São Luís ao Rio de Janeiro, ao encontro de Bocaiúva. No transcorrer da viagem ficou sabendo da Proclamação da República.

Em São Luís, como anteriormente dito, os grupos republicanos não eram tão fortes nem tão organizados como os republicanos do Alto Sertão, tendo em vista que o primeiro jornal que defendia efetivamente a República, o “Novo Brasil”, sob a redação de Paula Duarte, só foi fundado em 1888. Primeiro, timidamente, só adquiriu força em março de 1889 quando convocou a população a assistir a conferências republicanas em São Luís.

No dia 16 de março de 1889 o jornal “Novo Brasil” noticiou ter ocorrido em São Luís uma conferência ministrada por Paula Duarte, à qual compareceram mais de seiscentas pessoas de várias profissões (negociantes, oficiais superiores, deputados, magistrados, camaristas etc.). No mês de julho, após a conferência, os republicanos foram apedrejados pelos libertos de 13 de maio (denominados capoeiras) insuflados pelos monarquistas. Diversas conferências foram realizadas ainda no segundo semestre de 1889 tendo o objetivo de propagar os pensamentos republicanos e buscar adesão da população.

Por fim, os partidos republicanos da província não participaram do processo de incluir o Maranhão ao novo regime. Então, no dia 18 de novembro de 1889, a junta governativa formada por militares e civis, tendo Paula Duarte como único republicano do grupo, engajou a província à nova República Federativa do Brasil.

⁶⁴ Essa decisão ocasionou o descontentamento de Paula Duarte líder do grupo republicano na capital, segundo este ficou chateado com a decisão dos grupos republicanos do Alto Sertão por apoiarem Quintino Bocaiúva como na eleição para deputado sem o seu consentimento, pois julgava-se líder do partido republicano de toda a província.

3 – ALTIVA E GENEROSA, SURGE REPÚBLICA!

O GLOBO

Jornal diário

Redactores e únicos responsáveis – Paula Duarte e Casimiro Júnior

Concidadãos!

Está proclamada a República Federal Brasileira! Este grande povo fornece a civilização e à história um grande testemunho.

Nem uma gota de sangue, nem a mais tênue alteração da ordem publica.

Em nome da liberdade, em nome da democracia, em nome da humanidade, sejamos calmos, generosos e grandes.

Reconstituamos a pátria, readquiramos os direitos cívicos.

Viva a República!

Paula Duarte

O conceito de República variou de acordo com o tempo e com os acontecimentos em que foi empregados o termo. O termo foi utilizado pela primeira vez pelo filósofo grego Platão em sua obra “A República”, na qual retrata o diálogo entre Sócrates e Adimanto sobre a questão das virtudes necessárias para que o homem governe uma cidade-estado.

Aquele que se liberta das ilusões e se eleva à visão da realidade é o que pode e deve governar para libertar os outros prisioneiros das sombras: é o filósofo-político, aquele que faz de sua sabedoria um instrumento da libertação de consciências e de justiça social, aquele que faz da procura da verdade uma arte de desprestidigitação, um delusionismo. (PENSADORES, 1997, p. 26)

Na sociedade grega, o filósofo tinha como objetivo compreender a realidade, enquanto que o magistrado deveria zelar pelas leis e as instituições da cidade. Para Sócrates, a atividade do filósofo é a coragem, a grandeza de alma, a facilidade em aprender e a memória, pois o caráter filosófico ama sempre a ciência porque esta pode levá-lo a conhecer a essência eterna, que não está sujeita a vicissitudes da geração e da corrupção. O magistrado, possuindo o caráter filosófico, levaria o povo da cidade-estado a viver segundo as regras que levariam ao conhecimento. Por isso, o filósofo seria um

bom governante, pois sua formação estaria pautada na sabedoria, justiça, moderação e coragem.

Nos primórdios da Idade Moderna, “tanto a concepção de república⁶⁵ quanto o ideário republicano revestem-se de uma consciência política secular, ao retornar o ideal de polis aristotélica como um governo finito, localizado no tempo e no espaço” (FONSECA, 2006, p. 94). No século XVIII, no entanto, a despeito da perpetuação da centralidade da prevalência da lei e da Constituição como propriedade dos governos republicanos, seu significado torna-se mais complexo em razão da presença de princípios diversos na classificação das formas de governo.

Neste período dois acontecimentos históricos marcaram a presença da ideia de república na sociedade. A revolução Norte-americana de 1776 e a Francesa de 1789, ambas se destacaram pela implantação da república como regime político e foram modelos para a formação de governos no mundo inteiro no século XIX. A constituição do governo norte-americano e a Revolução Francesa foram baseadas nas ideias iluministas do século XVIII, sobretudo, de dois filósofos: Montesquieu e Rousseau.

A república norte-americana foi construída baseada na teoria dos três poderes do filósofo francês Montesquieu defendida em sua obra “Espíritos das Leis”. Montesquieu defende a divisão do poder em três: executivo, legislativo e judiciário. Contudo, o modelo político norte-americano vai se diferenciar de outros regimes republicanos conhecidos em virtude do princípio federalista.

O termo “federal”, como denominamos hoje, era no período moderno sinônimo de confederação. A distinção está no ponto assinalado por Hamilton⁶⁶. Enquanto que em uma confederação o governo central só se relaciona com os Estados, cuja soberania interna permanece intacta, em uma Federação esta ação se estende aos

⁶⁵ Segundo Bastos (2006, p. 27) a República no sentido clássico do direito romano é definida como coisa pública (res publica), como organização política de um estado, sob qualquer forma de governo, pautado pelo interesse público, pelo bem comum. No sentido estrito de regime específico de governo – no qual o mandatário é eleito por determinado tempo.

⁶⁶ Alexander Hamilton(1755-1804) Intelectual revolucionário norte-americano nascido na ilha de Nevis, nas Antilhas, um dos fundadores dos Estados Unidos, cujas idéias firmaram as bases da constituição desse país, elaborada na Convenção de Filadélfia, no final do século XVIII. Como primeiro secretário do Tesouro (1789-1795), fundou o banco nacional e lançou os fundamentos da industrialização do país.

indivíduos, fazendo com que convivam dois entes estatais de estatura diversa, com a órbita de ação dos Estados definida pela Constituição da União⁶⁷.

A separação dos poderes como garantia de liberdade, a duplicação do legislativo como instrumento de absorção das tendências separatistas e a força da Suprema Corte como elemento de equilíbrio foram inovações institucionais responsáveis, pela durabilidade do sistema americano. (CARVALHO, 1990, p. 19)

O filósofo iluminista Rousseau se destacou no século XVIII com obras nas quais aborda temas como a passagem do estado de natureza ao estado civil, o contrato social, a liberdade civil, o exercício da soberania, a distinção entre o governo e o soberano, o problema da escravidão e o surgimento da propriedade. É a ideia do exercício da soberania política pelo povo que irá influenciar as ações dos revolucionários franceses de 1789⁶⁸. Com isso, os protagonistas da revolta o elegeram como patrono da Revolução ou como o primeiro revolucionário.

A ideia de República era ambígua para os “Founding Father” da primeira grande república moderna, a dos Estados Unidos da América. “Para eles, a República podia significar tanto governo livre como governo da lei e governo popular” (CARVALHO, 1990, p. 18). Na França ocorreram várias fases republicanas: a Primeira (1792), a Segunda (1848) e a Terceira Repúblicas (1870-1940). A primeira e a terceira república foram o ponto de referência para os republicanos brasileiros⁶⁹.

A Primeira República foi a da intervenção direta do povo no governo, a república dos clubes populares, das grandes manifestações, do Comitê de Salvação Pública. “Era a república das grandes ideias mobilizadoras do entusiasmo coletivo, da liberdade, da igualdade, dos direitos universais do cidadão” (CARVALHO, 1990, p.

⁶⁷ LIMONGI, Fernando Papaterra. “O Federalista”: remédios republicanos para males republicanos, p. 248. Segundo este autor o Federalismo nasce como pacto político entre os Estados, fruto de esforços teóricos e negociação política. Um pacto político que unia os Estados Unidos como nação.

⁶⁸ NASCIMENTO, Milton Meira do. Rousseau: da servidão à liberdade, p. 194. Segundo este autor, Rousseau define o governo como um corpo administrativo do Estado, como funcionário do soberano, como órgão limitado pelo poder do povo e não como um corpo autônomo ou então como poder máximo; se administração é um órgão importante para o bom funcionamento da máquina política, qualquer forma de governo que venha adotar terá que submeter-se ao poder soberano do povo.

⁶⁹ Não me aprofundi muito neste assunto, pois para não desviar do foco do meu estudo, apenas o citei para demonstrar que há uma semelhança na construção da república norte-americana e francesa de 1789, que foram formados através das ideias iluministas. Acredito que os defensores do republicanismo no Brasil tiveram contatos com as obras destes principais filósofos.

19). A Terceira República francesa, por sua vez, foi baseada nos princípios liberais, constitucionais e seus integrantes tinha grande preocupação em torná-la governável.

A influência das revoluções americana e francesa na sociedade brasileira ocasionou o surgimento de grupos republicanos com diversas tendências ideológicas. No Brasil, existiram três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa e o positivismo.

“O liberalismo norte americano tinha como foco construir uma sociedade composta por indivíduos autônomos, cujos interesses eram compatibilizados pela mão invisível do mercado.” (CARVALHO, 1990, p.09) Para eles o governo não deveria interferir na vida dos cidadãos. No caso do jacobinismo, havia a idealização de democracia clássica, a utopia da democracia direta do governo por intermédio da participação de todos os cidadãos⁷⁰. Este grupo foi influenciado pela revolução Francesa de 1789.

No positivismo, havia divergências quanto à maneira da construção da república como governo. Dentro do positivismo havia os ortodoxos do grupo Laffitte, que não aceitavam o parlamentarismo adotado pela Constituição Francesa de 1875 e adotavam a ideia da república desenvolvida por Comte⁷¹. O grupo de Littré aceitava o parlamentarismo e admitia compromissos em torno da questão das relações entre o Estado e a Igreja. As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da ideia do liberalismo americano na virada do século.

Com isso, o partido republicano não teve uma organização nacional. Os movimentos republicanos nas diversas províncias se diferiram um do outro em relação à quantidade de adeptos, formas de atuação e presença na política local. Os objetivos de cada província eram colocados a partir e dos interesses dos grupos ali envolvidos e das oligarquias regionais. A tentativa de buscar unidade através de congressos de 1887, 1888 e 1889, os dois primeiros no Rio de Janeiro e o outro em São Paulo, ofereceu ao Partido uma organização nacional só no nome⁷².

⁷⁰ CARVALHO, 1990, p. 09

⁷¹ Conforme Carvalho (1990, p. 22) para Comte, individualismo e vontade geral eram ambos as noções metafísicas. O que o comtismo introduzia eram as formas de vivência comunitária, a família, a pátria e, como culminação do processo evolutivo, a humanidade.

⁷² BASBAUM, 1986 Apud PESSANHA, 2006, p. 20.

Sendo Rio de Janeiro e São Paulo – mais Rio Grande do Sul – os principais centros de concentração republicana, houve uma diferença entre eles em relação à ideia de república. O sentido de república para os cariocas era o de uma comunidade política ideal, sedimentada na independência e na virtude dos cidadãos, regenerando o país dos vícios do servilismo próprio do regime monárquico⁷³. Para os militantes do Rio Grande do Sul e São Paulo, a república era o regime político caracterizado pela descentralização administrativa, tendo como exemplo o modelo norte-americano, baseado no federalismo.

Além da defesa do federalismo, no grupo paulista vai existir a ideia de separação da província de São Paulo do Brasil, tendo como principal defensor Alberto Salles, irmão de Campos Salles, jornalista, republicano e positivista, criador da obra “Pátria Paulista”. Essa obra, de caráter científico, tinha como objetivo apresentar, a partir das leis do progresso e da evolução social, a inevitabilidade do separatismo.

Em 1887, surgiram panfletos, artigos e livros pregando o separatismo. Em fevereiro do mesmo ano, os jornais paulistas “A Província de São Paulo” e o “Diário Popular” abordaram nas suas edições o tema do separatismo. Isso ocorreu devido ao forte sentimento de que a centralização monárquica colocava-se como entrave para o “progresso” da província. Este sentimento de separação cresceu em virtude dos industriais e fazendeiros paulistas se sentirem prejudicados pela pouca representatividade no Senado, Câmara dos Deputados, Gabinete Ministerial e no Conselho de Estado, tendo em vista que as decisões do governo imperial favoreciam os políticos das províncias da região norte (Pernambuco, Bahia) e as do sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Outro fato que descontentavam os paulistas e favorecia o crescimento do ideal separatista era a questão tributária. Eles reclamavam da má distribuição dos impostos pagos na província, que se evadiam para os cofres do governo geral. A província de São Paulo pagava ao governo geral cerca de 20.000.000\$000 por ano, dele recebendo apenas 3.000.000\$000⁷⁴. O corte de verbas da segurança pública para a

⁷³ PESSANHA, Andréia Santos Silva. O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro (1884-1888). Tese de doutorado da Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 20;

⁷⁴ COSTA, Emilia Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. 3ª ed. São Paulo: editora brasiliense, 1994.

província de São Paulo por parte do governo imperial, sob a alegação de que a província tinha condições financeiras para se sustentar, foi estopim para que os defensores do separatismo propagassem suas ideias na província.

Contudo, o separatismo não obteve o sucesso que esperava. O Partido Republicano Paulista

Rejeitava o separatismo como linha de sua política oficial, pois temia que com isso atraísse a rejeição de outras províncias, mas, deixava claro que os republicanos, individualmente tinham liberdade para integrar o movimento e divulgar tais ideias.⁷⁵

Com isso predominou a ideia republicana federativa que seria implantada pelos militares na proclamação de 1889.

Vendo que há uma diferença de elementos que compõem os grupos republicanos cariocas e paulistas, podemos fazer seguintes indagações: a formação dos grupos republicanos no Maranhão foi semelhante à dos grupos republicanos do Rio de Janeiro e São Paulo? Qual era o sentido de república para os partidários maranhenses?

3.1 – REPUBLICANOS E ABOLICIONISTAS

Na década de oitenta, a medida que as ideias republicanas iam crescendo na sociedade, as abolicionistas apresentavam uma forte presença nas discussões políticas. Desse modo: podemos dizer que houve uma união entre republicanos e abolicionistas em relação à contestação do governo monárquico? Os republicanos se aliaram aos abolicionistas pelo fim da escravidão?

Nos anos que antecederam a queda da monarquia, as ideias republicanas e abolicionistas agitaram a sociedade imperial.

Começou a harmonização dos dois movimentos em 1879 e 1880, quando a tribuna das conferências populares era ocupada pelos abolicionistas-

⁷⁵ BOEHRER, 1956 apud COSTA, 2006, p. 64.

republicanos Vicente de Sousa, Lopes Trovão, José do Patrocínio, Ubaldino do Amaral, Caio de Azevedo. (MORAES, 1985, p. 61)

André Rebouças e Joaquim Nabuco eram simpatizantes das ideias abolicionistas, no entanto, eram monarquistas.

Uma circunstância fortaleceu o conceito geralmente formado acerca das atividades comuns de abolicionistas e republicanos: os jornais mais favoráveis à abolição tinham tendência francamente democrática, embora não fossem órgãos do Partido Republicanos. Era o que acontecia com as gazetas “Notícias” e da “Tarde”. Em seguida a “Revista Ilustrada” e depois “O País”, todos editados na capital do império, Rio de Janeiro.

Contudo, nem todos os partidários republicanos defendiam veemente a causa abolicionista. No Rio de Janeiro, Quintino Bocaiúva, ao lançar o manifesto republicano no jornal “A República”, não deixou claro o apoio dos republicanos a causa abolicionista. Segundo Pessanha (2006, p. 23) “Quintino Bocaiúva alegava que seu partido estava ligado a uma questão política e a abolição era uma questão social”.

O principal ponto do manifesto foi a instauração do federalismo. A ideia de proteger o negro dos horrores da escravidão ou por fim a este sistema não foi abordado no manifesto.

A passagem do documento que sugeriu, de maneira branda, uma postura antiescravista foi no momento em que os republicanos históricos colocaram-se como defensores da liberdade e contra os privilégios, inclusive o de raça, pois deterioravam a sociedade brasileira como um todo. (PESSANHA, 2006, p. 22)

Por mais que estes movimentos tenham sido contemporâneos, os partidários ou simpáticos ao republicanismo não apoiavam explicitamente os abolicionistas, como anteriormente citado. No manifesto republicano, divulgado no jornal “A República”, não há a presença de um discurso que apoiasse o fim da escravidão.

O Partido Republicano Paulista não podia defender a abolição, pois, se assim o fizesse, perderiam o apoio dos fazendeiros escravocratas que dependiam desse braço de trabalho para seus empreendimentos, principalmente, na produção do café, produto de suma importância para a economia brasileira no Segundo Reinado. Desse modo, o manifesto do PRP destaca que a questão do trabalho servil é mais social que

política, cabendo a todo corpo social, sobretudo a monarquia decidir sobre ela (COSTA, 2006, p. 554).

Deve-se levar em conta que o não apoio incondicional do grupo republicano pela causa abolicionista se dá em virtude de que alguns adeptos do republicanismo ainda fazermem parte dos partidos que estavam no poder (Conservador e Liberal). Em São Paulo, o grupo republicano era composto em sua maioria de fazendeiros que temiam sofrer um duro golpe com o fim da escravidão.

Segundo Moraes (1985, p. 60)

A dissidência entre abolicionistas e republicanos somente rebentou nas vésperas da abolição na época em que José do Patrocínio, principiou a apertar o cerco em torno da Princesa Regente, a quem ele teria de consagrar o epíteto da Redentora.

Mesmo havendo a simpatia de alguns republicanos com o movimento abolicionista, os partidários não colocaram o fim da escravidão como bandeira de luta, visto que para eles o mais importante era opor o republicanismo ao poder centralizador do imperador D. Pedro II.

No Maranhão, uma parte dos abolicionistas eram republicanos, mas a maioria era proveniente das juventudes liberal e conservadora, que somente chegaram ao poder após a Proclamação da República⁷⁶. Entre os republicanos apontados como abolicionistas estão Francisco de Paula Belfort Duarte (advogado e jornalista), Aloisio Porto (estudante do Liceu), Sátiro Antonio de Farias (proprietário de tipografia e jornalista), Dunshee de Abranches (estudante de direito), Antônio Lobo (professor), Mariano Lêda (professor) e Sousândrade (poeta e engenheiro).

Entre os republicanos abolicionistas de São Luís, um dos mais aguerridos era o poeta Sousândrade⁷⁷. Para ele, não bastava ser abolicionista, era preciso ser também republicano, pois somente com a implantação do regime republicano todos se

⁷⁶ ABRANCHES, 1990 apud FERREIRA 2004, p.30.

⁷⁷ Após a proclamação da República chegou ao ponto de doar duas de suas fazendas aos antigos escravos que nelas trabalhavam. Além de ser contra a indenização pretendida pelos senhores de escravos, propunha que estes fossem indenizados, não só pela situação a que foram expostos, para que não passassem da “escravidão de vícios”, conforme gostava repetir em seus inúmeros artigos sobre essa questão.

tornariam cidadãos. Para Sousândrade, a implantação da República era preciso para que a liberdade e a igualdade fossem garantidas, pois sem elas não haveria cidadania.

3.2 – VIVA A REPÚBLICA FEDERATIVA!

O ano de 1889 foi decisivo para a ocorrência da propaganda republicana na Província. Os jornais “Novo Brazil”, “A Luz”, “A República”, “O Norte” e “O Globo” foram os principais veículos de comunicação para a difusão dos ideais republicanos na sociedade maranhense. “O Norte” foi o principal impresso da região do Alto Sertão, enquanto os outros quatro foram editados na capital da província.

Estes impressos tinham o objetivo de mostrar para a população da província as ideias republicanas, destacando os defeitos do regime imperial e a urgência na substituição deste por um novo regime. Os jornais não atingiam todo o povo maranhense, já que a maioria da população era analfabeta, sendo a maior parte composta por escravos negros, índios, mestiços e brancos pobres⁷⁸.

A elite maranhense, por ser privilegiada em ter acesso à instrução educacional, teve o maior contato com as novas ideias (positivista, evolucionista, naturalista e republicana) vindas da Europa através das Faculdades de direito de Recife e São Paulo. Esses formandos e aqueles que tiveram contato com as ideias liberais se reuniam em locais fechados para debaterem sobre a presença das novas correntes no país. Podemos dizer que no primeiro momento o republicanismo esteve limitado somente à elite, com isso “as ideologias republicanas permaneciam enclausuradas no fechado círculo das elites educadas” (CARVALHO, 1990, p. 10).

Mesmo restrito a um pequeno grupo letrado, isso não impediu o povo analfabeto de ter conhecimento das ideias republicanas, pois existia a possibilidade dos discursos chegarem ao ouvido da população por meio de leituras em voz alta de jornais ou panfletos ou até mesmo através de conversas entre as pessoas nos botequins ou nas ruas.

⁷⁸ Maria do Socorro Cabral afirma que não se deve concluir, contudo, dada a base escravocrata da sociedade maranhense dessa época, que a referência ‘a todos os cidadãos maranhenses quisesse dizer a toda a população, mas somente relacionar-se às camadas livres, pois os escravos eram legalmente excluídos.

O jornal “A Luz”, criado em julho de 1889, de caráter republicano, impresso pela tipografia do jornalista e republicano Antônio Sátiro de Faria, teve uma vida curta, com poucas edições, mas foi essencial para demonstrar o descontentamento dos adeptos republicanos à visita que o Conde D’Eu fazia a São Luís. Este impresso possuía textos bastante enfáticos de repúdio a possibilidade do terceiro Reinado. Segundo Abranches:

[...] mas Antônio Lobo e Aluísio Porto que, com os seus colegas do Liceu, não tardariam a receber hostilmente o Conde d’Eu na sua visita ao Norte do País, dando vivas à República e morras à Monarquia, cumpriram a palavra empenhada. E no dia 7 de abril, um domingo, fizeram ruidoso comício no Largo do Carmo. (1990, p. 174)

Como resultado da organização dos republicanos, a estada do Conde D’Eu em São Luís foi bastante conturbada, pois os estudantes do Liceu Maranhense organizaram uma série de manifestações em que davam “vivas à República” e “morra a monarquia”. Esses protestos, em que utilizavam a bandeira dos Estados Unidos, levaram inclusive à demissão do inspetor de instrução pública, o cônego Leopoldo Damasceno.

O jornal “O Globo” teve sua primeira edição impressa no dia 04 de setembro de 1889, estando a frente o jornalista e republicano Paula Duarte e o liberal Casimiro Júnior. No seu primeiro editorial apresentava:

[...] jornal diário de grande formato, contendo notícias de toda a ordem, a analyse de todos os serviços públicos, telegramas diários de todo mundo, especialmente da capital e sul do império.

Maranhão, 4 de setembro de 1889.

Como citado acima, o jornal “O Globo⁷⁹” era impresso na rua 28 de julho, nº 05. Era vendido diariamente e as pessoas adquiriam este periódico por meio de assinaturas que eram entregues a domicílio. O preço estava de acordo com a tabela abaixo:

⁷⁹ No dia 26 de janeiro de 1890, Paula Duarte se afasta da direção do jornal para fazer parte da Junta Governativa; nesse mesmo período Casimiro Júnior afasta-se também da direção do impresso em função de fazer da Junta Governativa, deixando a cargo de Fábio Nunes Leal e Palmerio Cantanhede.

Venda avulsa para o interior	
Ano	13\$000
Semestre	7\$000
Trimestre	3\$500
Número do dia	40 rs
Número dos dias anteriores	80 rs

No primeiro momento “O Globo” tinha função informativa: destacar as cotações do mercado, vendas, as notícias da capital da província e da imperial. Após a queda da monarquia, no dia 15 de novembro de 1889, este impresso destacou na suas edições os discursos republicanos e as ações do novo regime político. A partir de 1890, “O Globo” é o veículo de informação dos atos do Governo Provisório de Deodoro da Fonseca e da Junta Governativa do Maranhão.

Um dos redatores de maior destaque nesse impresso foi o engenheiro e poeta Sousândrade, que escrevia a coluna “Práticas familiares de democracia”, em que procurou, de maneira didática, explicar a diferença entre um governo monárquico e um governo republicano.

O jornal “A República” surgiu, hipoteticamente, no dia 22 de dezembro de 1889, após a entrada do Maranhão na República Brasileira, impresso pela tipografia de propriedade de Sátiro de Faria, que ficava localizado na rua Grande, nº 04. Noticiava os acontecimentos do novo regime e publicava textos de defesa do republicanismo.

A partir de 1890, esse impresso tornou-se o veículo de comunicação oficial da Junta Governativa do Maranhão, tendo como função noticiar os acontecimentos e ações da Junta Provisória Brasileira e dos governos de outros estados. O jornal era diário, dependente de assinatura, estando o preço do impresso de acordo com a tabela abaixo.

Assinatura na capital	
6 meses	6\$000
Assinatura no interior	
Ano	12\$000

Estes jornais continham textos ou discursos criados pelos defensores do novo regime, sendo que, após a proclamação da república, os partidários louvavam o início de um novo tempo. Estes periódicos ajudaram a difundir as ideias republicanas entre a população letrada da capital e do interior da província. Através deles, houve o conhecimento de manifestos das vilas de Picos, São José dos Matões e Carolina que foram divulgadas pelo jornal republicano da capital, “Novo Brasil”⁸⁰.

Analisando os discursos presentes nos jornais da capital podemos identificar qual a ideia de república defendida pelos partidários da capital e do interior (Sertão Maranhense).

⁸⁰ Os manifestos das vilas de Picos, São José dos Matões e Carolina foram divulgadas no impresso “Novo Brasil”, onde obtive estes trechos do manifestos por meio da dissertação de mestrado de Luiz Alberto Ferreira, 2002.

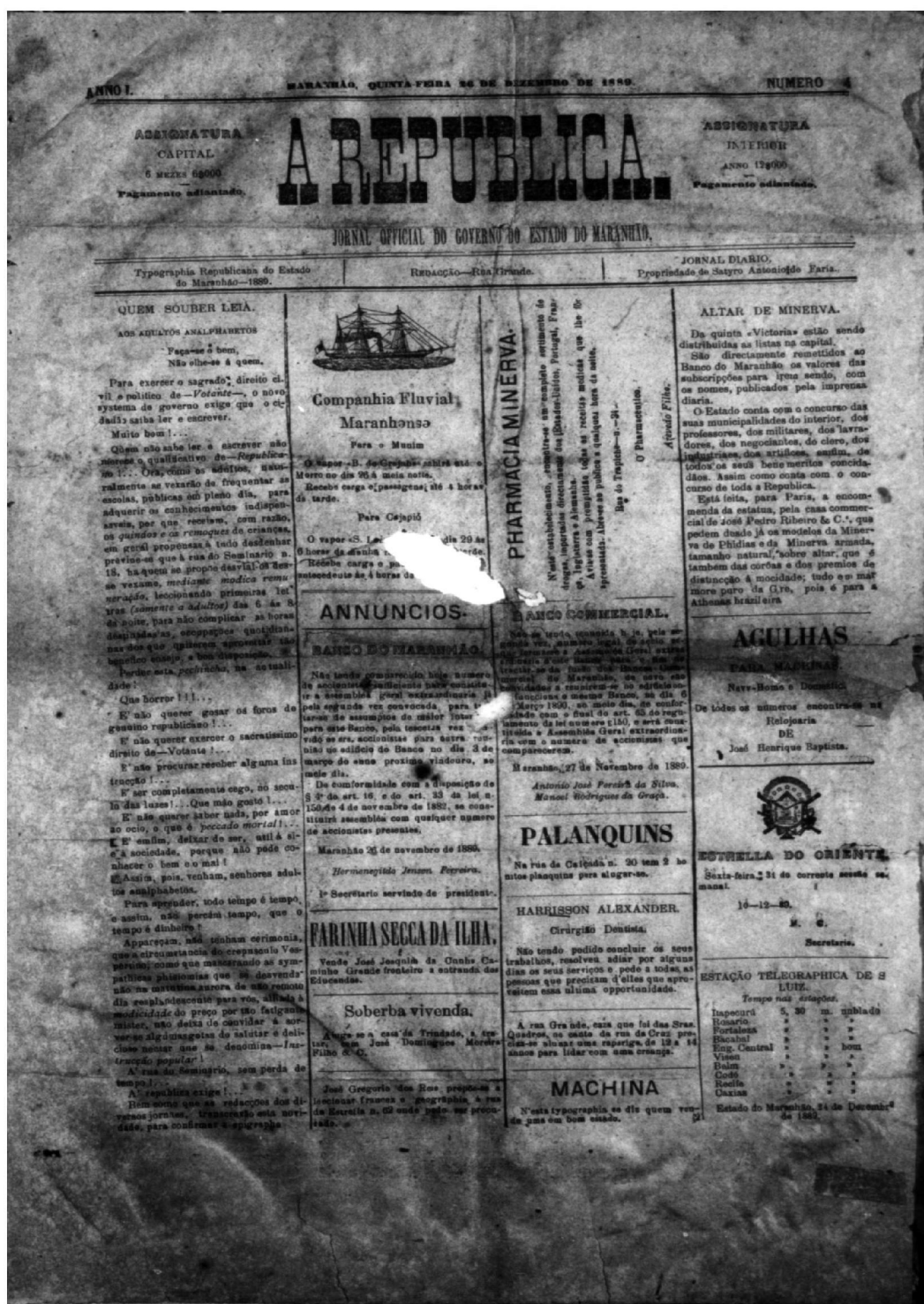


Figura 2: edição nº 04 jornal A República, 26 de dezembro de 1889 – Biblioteca Pública Benedito Leite.

3.3 – VIVA A REPÚBLICA! (1889-1890)

A LUZ

Proprietario- Sátyro Antonio de Faria.

Compareceu hoje a Luz na arena de publicidade. Traz como bandeira a gloriosa ideia republicana, de que será campeão humilde, mais esforçados. E' seu instituído com bater ardentemente em prol da causa sancta da democracia brasileira, victimada por uma casta de príncipes ineptos ou fanáticos, que engordam á custa do suor da nação para melhor feril-a em suas liberdades e um seu desenvolvimento e progresso.

Urge que desfechemos o supremo golpe na caduca instituição monarchica, nos esfacelados partidos que a sustentam, ainda que em apparencia tão somente, finalmente nos tyrannos caricatos de que se compõe a família privilegiada que nos governa e que semelhante á parasita enfesada enrosca-se obstinadamente na grande arvore nacional.

Viva a Republica!

ANO I, 20 DE JUNHO DE 1889, p. 02, nº1.

Neste discurso destaca-se a crítica à monarquia e a defesa da ideia de democracia, fazendo a alusão à participação do povo na escolha de seus representantes.

Na edição do dia 28 de junho de 1889, novamente há a presença da crítica ao governo monárquico.

Maranhenses

Vós outros, irmãos e amigos, Portuguezes que vos consesciaste na familia maranhense.

Que mais cogitar? O que mais pomos esperar ainda?

A onda encapillada do republicanismo ensoberbece, e redobra de furor, de dia para dia; a mão do Estado vai derrota sem rumo, seu timoneiro já desvairou, porque a bussola de bordo doudeja e nada aponta, e as bitaculas estão quase que apagadas.

Não há meio possível, sobrehumano mesmo de fazer arribar o navio é inevitável o sessobro; porque o mesmo hélice propulsor, tardio, e desastrado, não cedendo mais a humanos exforços partiu-se, e de nada mais serve!

Nestas circunstancias; nós, espectadores entristecidos de tão desoladora e afflictiva scena jamais pudemos levar a efeito os nossos melhores e mais ardentes empenhos, nada mais devemos esperar, a não ser, deixar que enxurre nas praias o navio de nossas mais redentes aspirações: e aproveitando o seu casco sobre ele fazer aparecer, como a phenix de sobre suas rupinas, uma outra mão, que mais bem dirigida, mais bem pilotada, possa levar-nos ás plagas de democracia e da felicidade porque há tanto suspiremos, e de lá então, sem recuos e sossegados, levantarmos um brado urgente.

Viva A Republica Federativa!

ANO I, 28 DE JUNHO DE 1889, p 02, nº 2.

Nota-se que o redator do jornal faz uma alusão à crise da monarquia brasileira, a qual é representada por um navio que vai à deriva, a qual teria, implicitamente, como piloto o imperador D. Pedro II. A ideia de República Federativa é defendida. Entende-se, assim, que este redator era a favor de uma república nos moldes da república federativa norte-americana.

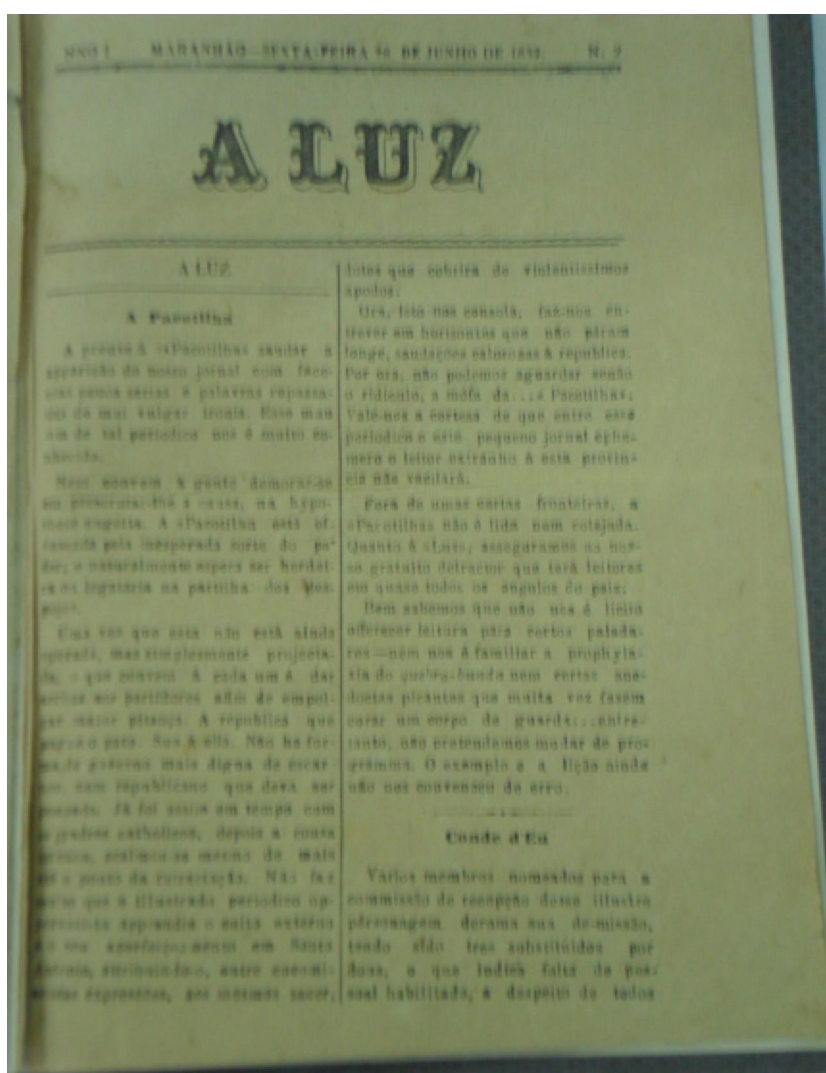


Figura 3 A Luz, 28 de junho de 1889 – Biblioteca Pública Benedito Leite.

A REPUBLICA

Typographia Republicana do estado do Maranhão

Jornal oficial do governo do estado do Maranhão

A REPUBLICA FEDERAL BRASILEIRA

A revolução de 15 de novembro d'este anno transformou o Imperio do Brazil em Estados Unidos do Brazil, isto é, em uma republica Federal sob este titulo.

Consequentemente e logico, e necessário que as leis de antigo império sejam substituídas por novas leis, que se harmonizem com o systema republicano agora estabelecido, por que fazer o contrario seria o mesmo que – mudar de nome sem mudar de cousa. Ora a republica tem por fim a liberdade, igualdade e fraternidade; logo deve ter por norma do seu governo a INSTRUÇÃO POPULAR em primeiro logar, pois sem ella nada se fará em prol da trindade sublime a que nos referimos.

[...] Nos governos monarchicos, a base fundamental dos seus sustentáculos é a ignorância completa do povo no tocante aos diferentes ramos dos altos conhecimentos humanos.

Nas monarchias, as posições sociaes grangeam-se mais pelas péssimas qualidades dos indivíduos de que pelas boas. Mais sob quem mais infamis pratica e mais se eleva na sociedade, quem mais ignorante, mais presumido, mais vaidoso, mais anti-social e mais pedante se mostra. Por isso ate na própria classe privilegiada dos chamados– fidalgos – encontram-se milhares de indivíduos completamente ignorantes.

E como deixar de ser assim, se nas monarchias a grandeza e sublimidade das cousas residem nas pessimidades das mesmas?!

Em Roma no tempo da monarchia, os senhores feudais orgulhavam se por não saber ler nem escrever!

A República, segunda-feira, 30 de dezembro de 1889, p. 02.

No jornal “A República”, o redator começa chamando o país de “Estados Unidos do Brasil”, demonstrando que regime governamental implantado, o federativo, era semelhante ao modelo de governo norte-americano. O maior destaque a ser feito neste artigo é a forte crítica ao governo monárquico, principalmente em relação ao campo educacional, pois a falta de instrução do povo era vista como qualidade pelos que apoiavam a monarquia e impediam o progresso e a civilização da nação. A erudição da massa era essencial para a criação de uma sociedade baseada na liberdade, fraternidade e igualdade. Lemas da Revolução Francesa de 1789.

Para os republicanos, a educação era o principal instrumento de formação de um cidadão, de um verdadeiro republicano:

Quem souber leia.

Aos adultos analfabetos.

Faça-se o bem,

Não olhe-se á quem.

Para exercer o sagrado direito civil e politico de – Votante –, o novo systema de governo exige que o cidadão saiba ler e escrever.

Muito bem!...

Quem não sabe ler e escrever não merece o qualificativo de – Republicano!... Ora, como os adultos, naturalmente se vexarão de frequentar as escolas, publicas em pleno dia, para adquirir os conhecimentos indispensáveis, por que receiam, com razão, os quinãos e os remoques de crianças, em geral propensas á tudo desdenhar previne-se que á rua do Seminario n.18, há quem se proopõe desvial-os desse vexame, mediante modica renumeração, leccionando primeiras letras (samente a adultos) das 6 ás 8 da noite, para não complicar as horas destinadas as occupaões quotidianas dos que quizerem aproveitar tão benéfico ensejo, e boa disposição.

Perder esta pechincha, na actualidade:

Que horror!!!!...

E' não quiere gosar os foros de genuíno republicano!...

E' não querer exercer o sacratíssimo direito de – Votante!...

E' não procurar receber alguma instrucção!

E' ser completamente cego, no século das luzes!... Que não gosto!...

E' não querer saber nada, por amor ao ócio, o que é pecado mortal!...

E' enfim, deixar de ser, útil á si e á sociedade, porque não pode conhecer o bem e o mal!

Assim, pois, venham senhores adultos analfabetos.

Para aprender, todo tempo é tempo, e assim, não percam tempo, que o tempo é dinheiro!

Appareçam, não tenham cerimonia, que a circunstância do crepúsculo Vespertino, como que mascarando as sympathicas phisiomias que se desvenda mão na matutina aurora de mão remoto dia resplandescete para vós, aliada á modicidade do preço por tão fatigante mister, não deixa de convidar á sorver-se algumas gotas de salutar e delicioso nectar que se denomina – instrucção popular!

A' rua do Seminário, sem perda de tempo!...

A' republica exige!...

A República, segunda-feira, 30 de dezembro de 1889, p.01.

Nota-se no artigo citado acima há a presença implícita da principal característica do movimento das luzes, a razão. Para os iluministas do século XVIII, a

razão era o principal meio para libertar a sociedade europeia da ignorância ou “escuridão”. A instrução popular faria com que as pessoas tivessem uma consciência política e social. A difusão do racionalismo por meio de livros, impressos e panfletos influenciou o surgimento da opinião pública⁸¹ na população francesa.

Nos periódicos do século XVIII e meados no século XIX, a opinião pública vai ter dois sentidos básicos: ou era vista como “rainha do mundo”, fruto da elaboração dos sábios ilustrados e enciclopedistas, como sinônimo da soberania da razão, isto é, uma simbiose no reino da opinião e a república; ou então, num sentido mais jacobino ou revolucionário, afirmada como resultado da vontade da maioria de um povo, que se expressava através da participação de setores da sociedade em agremiações políticas, ou seja, vinculada à ideia de democracia direta. (MOREL, 2012, p. 36)

Para os republicanos, a educação era essencial para a construção de uma consciência crítica na população maranhense, possibilitando ao povo o poder de participar das decisões políticas e escolher seus governantes. Isso nos remete ao discurso de Rousseau de que do povo emana o poder soberano.

Neste artigo abaixo, o redator utiliza exemplos de acontecimentos em diversas partes do mundo para mostrar as ações do movimento republicano. Nesta edição, o jornal maranhense coloca um artigo da “Gazeta de Campinas”, tendo como finalidade despertar o povo para o sucesso do regime republicano em outros países.

A Republica

A revolução em 1848 em França que derrubou Luiz Philippe, teve na Europa uma repercussão que abalou os thronos dos reis e obrigou Pio IX a ceder diante da exigencia do povo italiano a refugiar-se em Gaeta.

A revolução é um rastilho de pólvora e onde há prepotência, onde existem homens classificados como produtos do direito divino, a revolução desenvolve-se e o rastilho faz explosão.

Luiz Philippe, como verdadeiro Orlêans, era hypocrita, pretendendo aliar a blouse com a coroa real. Em um momento inesperado o povo francez levantou-se e jogou para longe o throno, obrigando o velho rei a fugir disfarçado e coberto de ridiculo. Immediatamente a Europa inteira soltou um brado de enthusiasmo diante da attitude patriótica do povo francez, e em diversos estados italianos um movimento revolucionário caracterizou-se perfeitamente.

⁸¹ Estou trabalhando com o conceito de opinião pública do historiador Marco Morel, na qual era o recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral. Com isso, desenvolvia uma consciência política no seio da esfera pública.

A nossa gloriosa revolução de 15 de novembro também repercutiu no estrangeiro.

O Canada, a ilha de Cuba e a Hespanha estão entrando francamente em período revolucionário, devido á proclamação da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

A rica possessão inglesa há muito tenta a sua independência; em seu parlamento que anualmente se reúne em Ottawa, vozes patrióticas reclamam a completa separação da Inglaterra e a formação da Republica da Nova Bretanha.

E o Canada fará a sua independência, assim como fizeram-n'a os Estados Unidos, e assim como um dia farão a Irlanda e a Polonia.

Cuba, a perola das Antilhas, por varias vezes tem se insurreccionado, e se não fosse a espada de Martinez Campos, já ter-se-ia constituído a Republica Cubana.

A Hespanha, a metrópole, luta ingualmente pela reconquista de sua republica, esmagada em 1875 pela traição de uns e pela covardia de outros.

Quando um povo entra em terreno revolucionário ou e completamente esmagado ou conquista a independência politica. A primeira hypothese é inadmissível no fim do século XIX.

[...] A Italia, a França e a Peninsula Iberica caminham para a Republica, ou antes, acompanham as suas antigas colônias.

As leis da historia tem o mesmo caracter scientifico que as leis que regem as mathematicas.

O século XX constituirá o apogeo da humanidade pelo estabelecimento completo do regimen livre concretizado na Republica. (Da gazeta de Campina)

A República, terça-feira 31 de dezembro de 1889. (p. 03).

Percebe-se o entusiasmo do redator a respeito da expansão do republicanismo pelo mundo, citando a revolução de 1848, na França, como o estopim para a ocorrência desse processo. Além deste, podemos dizer que outros acontecimentos semelhantes ocorridos na França, em 1830 e 1870⁸², serviram de exemplos para os republicanos brasileiros.

Outro discurso demonstra o sucesso do regime republicano:

A REPUBLICA

Estado do Maranhão 8 de janeiro

⁸² A Terceira República Francesa (1870-1940) foi declarada durante a Guerra Franco-Prussiana, liderado por Thiers, começou em crise, adquirida por Napoleão III, retirando-se de Paris por ameaças do avanço alemão. Foi a primeira experiência popular-socialista da história, a partir da prefeitura de Paris.

O Horizonte Político

Foi ainda no tempo da monarchia aos nossos leitores. Uma longa e fastidiosa moléstia nos obrigou á guardar o silencio de então cá. Hoje, eis-nos no pleno fulgor da nossa aurora da republica Brasileira.

Execução pacífica de uma tão profunda revolução, e que marcará na historia como exemplo único, surpreendeu á todo o mundo. Quem, porém, tiver estudado o character do povo brasileiro com atenção e se recordar do modo pacífico, porque se operou a reforma do elemento servil que annullou em direito de propriedade garantido por lei, não tem motivo para se surpreender.

Onde não há resistência, não pode haver lucta. Que resistência, poderia a Republica encontrar? Tão somente a dos monarchistas. Quaes são os monarchistas? Apenas uma fracção diminutíssima, talvez de 1 a 2% se compõe de monarchistas convencidos, que, como o Dr. João Mendes, o quase único de S. Paulo, não querem ouvir falar em republica.

Os outros adhesos á monarchia só o eram ou pelos seus grandes interesses materiais á ella presos, ou porque eram admiradores e amigos pessoaes do imperador, a grande maioria que não aderira á republica só o fazia porque a ideia republicana de sangue e regicídio.

A República, quarta-feira, 08 de janeiro de 1890,(p. 02).

Neste artigo o autor faz um comentário a respeito da revolução republicana brasileira, dando ênfase, ainda que de forma implícita, à semelhança da revolução ocorrida aqui com as europeias. Além de destacar que a República não sofreria resistência dos partidários monarquistas, dando a entender que o novo regime foi aceito pela maioria da população.

Vale notar que o termo revolução consta na maioria dos discursos impressos. Mas qual era o significado do termo revolução para os partidários republicanos?

A palavra revolução no século XIX tinha um caráter libertário, ou seja, a luta contra a opressão de um governo, mudança de regime político (a substituição do regime monárquico para o republicano). Sendo que este caráter libertário está ligado com a ideia de liberdade. Segundo Arendt:

Todos aqueles que, por todo o século XIX e na maior parte do século XX, seguiram as pegadas da Revolução Francesa, se viram não simplesmente como sucessores dos homens da Revolução Francesa, mas também como agentes da História e da necessidade histórica, com a consequência óbvia, de que, em lugar da liberdade, foi a necessidade que se tornou a principal categoria do pensamento político e revolucionário. (1990, p. 42)

Tanto a ideia de libertação quanto de mudança política permearam os discursos republicanos nos impressos maranhenses, tendo na Revolução Francesa de 1789 o principal exemplo de luta popular por mudanças no poder.

Neste artigo do impresso “A República” vai constar, implicitamente, o caráter libertário em seu discurso contra a monarquia:

A REPUBLICA

A monarchia era a morte das províncias, e a federação será a vida dos novos estados da Republica Brasileira.

O regimen centralizador e opressivo que a monarchia impunha à nação brasileira, regimen que era um verdadeiro polypo que sugava a vida e as riquezas das províncias, teve, em tempos, adeptos fervorosos; porém depois, pela lição dos factos, pela observação que constantemente oferecia a centralização monarchicas, seus adeptos começaram a enxergar na descentralisação a única salvação da nacionalidade brasileira, e trataram mais ou menos de adoptar a federação como único remédio capaz de levantar as provincias extenuadas.

A monarchia, porem, não faria a federação, e a prova disso está no programma do ministério que a revolução de 15 de novembro derrubou. A monarchia não podia admitir a federação, porque vive de centralização, e a federação trazia como consequência o cerceamento dos seus poderes.

Felizmente, para nós a federação será feita de acordo com o único governo compatível com ella – A Republica.

O novo regimen trará como consequências do seu advento outras reformas inadiáveis, que a monarchia nunca teve a coragem de executá-las, por que são reformas profundamente democráticas.

A grande naturalização; o casamento civil: o direito de voto ampliando em sua mais lata extensão; o ensino primário profusamente espalhado por toda parte; o ensino secundário reformado de acordo com o espirito scientifico moderno,— são as reformas urgentes que Republica fará: porque ellas constituem a sua suprema aspiração.

Portanto, a época actual é de reconstrução, e todo o patriota deve cooperar com o seu esforço e suas sympathias para que o governo estabelecido no dia 15 de novembro por uma gloriosa revolução, seja o inicio da grandeza do Brazil futuro.

A República, segunda-feira, 30 de dezembro de 1889,(p. 03).

O artigo acima mostra que após a proclamação de 1889, os redatores partidários do republicanismo criaram um discurso criticando a monarquia, demonstrando as suas falhas e omissões e caracterizando a república como um governo

de reformas, de modernização do país. As mudanças almejadas pelos republicanos foram postas em prática em 1890 no governo provisório de Deodoro da Fonseca (1889-1890).

No texto do jornal “O Globo” o ideal de libertação permeia o sentido de Proclamação da República e faz a analogia da libertação do negro do sofrimento da escravidão com a do povo se libertando do jugo da monarquia.

O povo brasileiro contempla hoje o horizonte da sua libertação. Foram libertos os escravos, são hoje livres os cidadãos. A humilhação não será mais a partilha de nós todos: e cada um de nossos filhos pôde repetir orgulhoso e sobranceira – não temos mais um senhor.

A igualdade nivelou os brasileiros, a liberdade ergueu-lhes um pedestal de glória que nenhum outro povo ainda conseguiu; a fraternidade os unirá a ponto de fazê-los marchar sem desconcerto a meta do grandioso destino que a Providencia reserva aquelles que há escolhido na mysteriosa partilha para representar destinos únicos e singulares.

O “Globo” saudando o acontecimento mais notável, por ventura, deste século, promete todavia, guardar ilesas a imparcialidade que presidira à sua formação, à sua organização, ao seu engrandecimento, devido tão somente á independência, com que defendeu impeterrito nos direitos do povo, as garantias publicas, os sagrados títulos de cidadão.

Globo, sábado, 16 de novembro de 1889, p. 02.

Nota-se neste artigo que o cunho libertário está ligado a Revolução Francesa de 1789, destacando o lema desse movimento: igualdade, liberdade e fraternidade. O texto abaixo escrito pelo poeta Sousândrade, destaca que a Revolução Francesa delineou a formação da proclamação de 1889:

Proclamação ao povo

Calma eternal da liberdade Salve! Salve!

Concidadãos: Da aurora magnificante de “13 de maio” raiou o “15 de novembro” – o maior dia do Brasil, o mais formoso dia da America, o melhor dia do universo!

Eis a grande nota de paz e amor, que a 1789 daria e deu 1889.

E quão mais bela do que a voz tempestuosa de outr’ora não lhe estamos hoje escutando os echos seculares, que alagam de divindade o coração brasileiro!

Passaram as trevas ; entramos na luz.

Não amaldiçoemos o passado.

Por não termos luctado pela Independência a por não termos sido vencedores americanos, sofremos (voe victis!) o longo opróbio do despotismo das tyrannias.

Soffemos a escravidão. Os próprios reis a soffreram conosco, e se era necessário que decorresse o passo fatal. Resurgimos.

Que, pois, ninguém, maldiga o ex-imperador! A ex-imperial família, sendo agora família brasileira, família nossa irmã, deve de estar também sentindo nossa alegria, a alegria nacional_ que era-lhe negada quando d'antes se impunha e se ostentava senhora nossa.

Concidadãos. Cairam as fazendas de todos os escravos e surgiu a Patria de todos os livros, a Patria desarmada, a Patria feliz, toda cheia de luz, de inteligência e de gloria.

Então olhemos sublimes todos para ella, que desperta ditosa ao mais brilhante sol do novo mundo, que a trazer-nos o dia um século demorou-se depois da primeira Revolução.

Concidadãos:

Viva o Deus da liberdade!

Viva a República Federal Brasileira!

Viva o governo Provisório da Pátria!

Viva o Presidente Deodoro!

Viva a Junta Provisório do Maranhão!

Globo, sábado, 16 de novembro de 1889, p. 01.

Souzandrade.

O poeta Sousândrade, além de ser republicano, fazia parte do movimento a favor do fim da escravidão no país e acreditava que com a queda da monarquia, o sistema escravista estaria totalmente extinto. A frase “Viva o Deus da liberdade” demonstra o ideal de liberdade baseado das revoluções do século XIX.

No artigo logo abaixo do jornal “O Globo”, a implantação do novo regime republicano é recebida com júbilo pela população segundo o jornal:

A REPUBLICA

De todos os pontos do paiz chegam novas e entusiasticas adesões à causa da Republica.

Pujante levanta-se a democracia, e a confiança do povo nas instituições republicanas traduz-se no júbilo e nas demonstrações de prazer que, por toda a parte, tem seguido o grito da liberdade.

A revolução operada sem sangue mostra a grandeza do povo. O brasileiro convencido quer e aceita a realização de uma ideia e não reage contra aquillo que attocando os seus interesse constitue uma victoria da civilização.

Sem sangue fez-se a revolução social do trabalho – livre a pátria unir-se hão todos os cidadãos para na grande officina do trabalho nacional erguer o paiz ás camadas de civilisação.

Nenhum povo enriqueceu a historia com semelhante exemplo. Com o sangue comprou a confederação norte-americana a liberdade de seus escravos, com o sangue tem sido conquistadas todas as victorias democráticas do mundo.

Ativa e generosa surge a republica!

Salve! Liberdade!

Globo, 21 de novembro de 1889, p.01.

Este texto, possivelmente de autoria de Paula Duarte, tem como principal ponto o apoio incondicional da população brasileira ao novo regime. No entanto, a população não teve uma participação efetiva na queda da monarquia, pois no dia da proclamação o povo estava “bestializado”, ou seja, não sabia a princípio o que tinha ocorrido, ficando ciente dos fatos alguns dias após e só então tendo apoiado o novo regime.

Esse outro texto do jornal “O Globo”, de 1890, destaca a preocupação do autor em relação da presença de elementos monarquistas.

A Situação

[...] A mudança radical de forma de governo, parecendo alterar-nos as instituições de fond em comble, não nos arreda comtudo do caminho os elementos desorganizadores que nos embaraçamo progressivo desenvolvimento de nação nova. O povo que a monarchia fez é aquelle que tem de fazer a republica, de constituil-a definitivamente; e estragado como se acha, falto de educação cívica, não nos poderá dar de prompto instituições inspiradas nos princípios são de uma democracia pura. Leva consigo para a república os sentimentos, os interesses que a monarchia lisonjeava: é para temer que ainda no regimen republicano levarem os restos da corrupção politica que nos envenenou a vida nacional.

Não somos pessimista, mas parece-nos que é esta a verdade que todo o pensador sincero confirmará; nem convem que nos eludamos sobre o estado do nosso povo. Na nova ordem de cousas, inaugurada a 15 de novembro, já vão começando a surger, a erguer a cabeça, os elementos perniciosos que apontamos. Os velhos medalhões da gasta política passada, agora que a tranquilidade se restabeleça e a acalma reina, agora que medrosos não mais se escondem, tornam a bocas e já afixam pretenções. A raiz entrega estende por toda a parte as suas redes inextricáveis, e, se não nos engana o nosso

pensar íntimo, vamos assistir na eleição da Constituinte a factos não menos repugnantes que os das passadas eleições. Os dois partidos monarchicos, aparentemente dissolvidos, congregam os seus elementos esparsos e já estão dando a senha para nova campanha. Como no passado exploravam a monarchia, pretendem hoje explorar a republica.

[...] Só uma mudança radical na nossa educação, nos nossos hábitos e costumes, no systema econômico de vivermos, dar-nos há um povo moderno, capaz conscientemente da democracia. Em quanto transformação de tal ordem não se realizar, nós viveremos em republica, mas com os vícios da monarchia.

Não nos deve, porém, invadir o desanimo se a obra é difficil, não e comtudo impossivel. Basta que conheçamos os obstáculos que nos impedem a marcha, para que nos exforcemos por arredal-os. E' a ocasião de agir, o momento de entrar em scena o patriotismo. Trabalhemos.

Globo, quinta-feira, 02 de janeiro de 1890, (p.02).

O autor demonstra o temor quanto a permanência dos “vícios da monarquia”, que poderiam prejudicar o regime republicano. Somente a mudança na educação, nos hábitos e costumes, segundo o autor, seriam capazes de por fim a esses vícios, representados pela corrupção. Interessante notar que os discursos de legitimação da república na imprensa estão pautados na crítica contra a monarquia, dando ênfase às falhas e/ou sua decadência, enquanto que o regime republicano é apresentado como a mudança capaz de trazer o progresso e a civilização para a sociedade brasileira, baseado no governo norte-americano.

Analisando os discursos republicanos nos jornais da capital da província, vamos tentar compreender a ideia de república da população do sertão maranhense, analisando três manifestos que foram publicadas no jornal “Novo Brazil”: Carolina, Picos e São José dos Matões. O manifesto republicano da vila de Picos (atual cidade de Colinas) publicada pelo jornal “Novo Brazil” em 12 de abril de 1889, destaca as principais ideias dos republicanos desta localidade.

Nesta vila a estrutura social era composta pelos proprietários rurais e escravistas, sendo a cotonicultura o “motor” da economia local. As razões que os levaram a aderir ao republicanismo foram: a abolição sem indenização e a insatisfação com a lei eleitoral de 1881, que restringiu os direitos políticos dos cidadãos.

Concidadãos

Quando se trata de formas de governo deve-se prescindir do despotismo e da anarquia, porque aquele é o abuso do poder e a anarquia é a negação de todo governo.

Ambos constituem um estado anômalo e enfermo da sociedade civil.

[...]Não há nada na natureza physica ou moral o homem que nos induza a crer que ele nascera para viver debaixo de uma única forma de governo; antes vê-se que ele pode tanto viver n'uma monarquia quanto n'uma república, e que os mesmos povos passam sucessivamente por diferentes formas de governo.

Por isso diz Montesquieu que o governo mas conforme com a natureza é o que melhor acomoda com a disposição do povo o qual é estabelecido. (...)

Dizem que a excelência da monarchia está na paz interna, na presteza da execução; mas que na inteligência de um só homem não é bastante para compreender os interesses da nação e fazer as melhores leis.

Que as vantagens da democracia são a liberdade (que é a isenção das restrições desnecessárias) as leis gerais e conforme as decisões do povo, a frugalidade e a oportunidade que as assembleias populares dão aos homens de talento ofereceram ao público os seus préstimos.

É justamente esta a forma de governo, que mais harmoniza com o gênio brasileiro.

Não podemos pois continuar neste triste estado de cousas, cooperando para as loucas vaidades e luxos de um mal governo, que só nos tem legado a miséria, a fome, o descrédito, as trevas, a ignorância, a defraudação dos cofres públicos, a falta de segurança pública e individual, e por último o atentado contra o sagrado direito de propriedade.

Estes são os fructo da podre monarchia.

Repudiamos semelhante regimen e abraçamos de todo coração o regimen da República, pois vemos nella a verdadeira forma de governo, a única conforme a sciência, a mais econômica, aquella que tende chegar todo o povo, quando atinge o seu máximo aperfeiçoamento. (...)

Concidadãos! A luta pela República. Picos, 24 de fevereiro de 1889.

Neste manifesto nota-se que os proprietários rurais dessa vila tinham contato com os pensamentos iluministas, tendo como base as ideias do filósofo Montesquieu de defesa do republicanismo e contraposição do governo monárquico, marcado pelo fracasso, corrupção e opressão. Contudo, a insatisfação dos proprietários para com o regime monárquico foi causada pela forte crise na produção cotonicultora na província que perdurou nas décadas de 70 e 80, acompanhada pela desagregação do sistema escravista, tendo como consequência o endividamento desses proprietários.

O manifesto republicano da vila de São José dos Matões publicado no jornal “Novo Brazil” de 15 de abril de 1889, pelos proprietários rurais escravistas, que com a abolição da escravidão em 1888, foram prejudicados. Além da exclusão na participação do processo eleitoral de 1881, que teve como consequência, a adesão dos proprietários rurais desta vila ao partido republicano e, por conseguinte, o lançamento do manifesto criticando veemente o regime monárquico.

Privado do mais sagrado direito de todos os povos expulsos da comunhão social sem outro recurso que não seja o da liberdade de imprensa, vimos por meio dela protestar perante a nação inteira contra senão iníqua subversiva e anticonstitucional lei de 9 de janeiro de 1881, que nos negou o direito de voto, direito que nos garante a enfermo e antidemocrática constituição do Império sabendo que bem dilacerada já vai intitulada lei orgânica do paiz; conhecendo do grande movimento republicano, que felizmente já em nossa capital conta para o mais número de duzentos eleitores vendo seus progressos, quer nas cidades quer nos campos pedimos contra aquella injusta que nos nivelou do zero a justa reforma: queremos uma constituinte que por um só parto nos dê a luz uma constituição igual a da república norte-americana, com o poder de transformar essa gasta monarquia em poderosa República-Sul-Americana. (...)

Viva a liberdade!

Viva a igualdade!

Viva a fraternidade!

Carolina, 6 de fevereiro de 1889.

Os termos república norte-americano, liberdade, igualdade e fraternidade demonstram que a república que os partidários da vila São José dos Matões defendiam era baseado na luta popular, característica da república francesa, e um governo autônomo, sem interferência direta do poder central, o federalismo.

O manifesto republicano da vila de Carolina foi editado no dia 15 de abril de 1889 pelo jornal “Novo Brazil”. Os carolinenses declaram no manifesto a insatisfação com o regime monárquico:

De 1822 até hoje a experiência bastante para reconhecer a impossibilidade da monarquia brasileira na solução do grande problema que envolve o engrandecimento moral e material da nação.

A mais simples consideração nos leva a evidência que a independência e o progresso são incompatíveis com a realeza no Império do Brazil, atenta absorção total dos rendimentos do paiz.

Nesse princípio inconcurso de liberdade, que exprime com admirável exactidão todas as nossas necessidades, todos os nossos desejos numa palavra

a grandeza completa de nossa pátria, e acompanhando esse brado ingente que se faz ouvir do Amazonas, do Rio Grande de Sul e do Atlântico dos extremos de Goyaz e Mato Grosso, para evitarmos o crime de leza nação, nós carolinenses deixamos as fileiras dos partidos liberal e conservador, a que pertecíamos aceitamos desde já o programado Centro Republicano do Império nossa adesão, os nosso voto.

É pois tempo brasileiros, de darmos o passo para avante. Não há esmorecer uma constância a par verdadeira dedicação nos trará em breve com a República Sul Americana, a luz do progresso material e moral do nosso querido Brazil. Não recueis comarcas do 6º distrito.

Viva a República Federativa brasileira!

Carolina, 7 de fevereiro de 1889!

O manifesto destaca que a ideia de república defendida pelo grupo é a de caráter federativo, na qual há a ideia de descentralização política. A economia da vila de Carolina era baseada na pecuária. Sendo a elite dessa região composta por “pecuaristas, comerciantes, profissionais liberais e funcionários públicos entre outros” (FERREIRA, 2002, p. 42).

3.4 – VIVA A JUNTA GOVERNATIVA DO MARANHÃO!

O ideal de república defendido pelos jornais maranhenses foi colocado em prática? A Proclamação da República de 15 de novembro de 1889 correspondeu os anseios das diversas agremiações republicanas da província? A instalação de um novo regime político trouxe um grande impacto para a população maranhense?

A população brasileira não teve uma participação ativa na queda da monarquia. Isso reflete na fala de Aristides Lobo, ao dizer que “o povo assistira bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar” (CARVALHO, 1990, p. 09). Os militares liderados pelo marechal Deodoro da Fonseca e alguns civis promoveram a queda da monarquia brasileira.

A notícia da proclamação da República chegou ao Maranhão, na manhã de 16 de novembro, num telegrama taxado do Rio, às 9 horas e 30 minutos, pelo Dr. Graça Sá Vale e dirigido a Francisco de Paula Belfort Duarte, chefe do partido republicano

local. Os relatos do historiador Jerônimo de Viveiros sobre o ato de adesão do Maranhão a república destacam que

Ato que deveria ter sido aparatoso e brilhante, nossa adesão à República revestiu-se de simplicidade chocante. Na sala de despachos do palácio de um lado – Pereira de Matos e seus colegas desembargadores do Tribunal da Relação; do outro – os membros da junta e a oficialidade do 5º Batalhão; pelas portas – alguns funcionários da Secretaria. Um termo, lavrado por Augusto César Aranha Vieira autenticou o ato. Algumas palavras de Tavares, ligeiro discurso de Paula Duarte e um ‘vivas’ do capitão Valério Carvalho deram fim à cena. (1960, p.20)

Lúcio Pestana (pseudônimo de Dunshee de Abranches) conta que após a saída do governador provincial Tito Augusto Pereira de Matos, os primeiros dias do Maranhão no regime republicano foram marcados pela ausência de comando no estado.

S. Ex. logo às primeiras notícias que teve, retirou-se do palácio e foi para uma casa particular comunicando ao comandante da força o fato e que garantisse a ordem. O militar que exercia essas funções, pouco entendido de política e de administração, hesitou e nestas hesitações foi deixando correr o tempo, sem que ninguém ousasse assumir o governo. O resultado foi este ficar acéfalo. A polícia por sua vez não sabia o que fizesse; os políticos também a nada decidiam. (1897, p. 222)

Após a informação da queda da monarquia no Rio de Janeiro, o último presidente da província do Maranhão, Tito Augusto Pereira de Matos deixa o cargo para os representantes do governo republicano. Este período de vacância no governo maranhense termina com a formação de uma Junta Provisória sob a tutela de militares, em sua maioria, e de dois civis.

Integravam a junta o comandante do 5º batalhão Tenente-Coronel João Luís Tavares, como presidente, o Capitão-Tenente Cândido Floriano da Costa Barreto, Capitão dos Portos, o 1º Tenente Augusto Frutuoso Monteiro da Silva, Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros, o capitão João Lourenço Milanez, o comerciante Francisco Xavier de Carvalho e os doutores José Francisco de Viveiros e Francisco de Paula Belfort Duarte.

No Maranhão, a população não participou do ato da entrada da província ao novo regime político. A população da capital agiu do mesmo jeito que a da capital imperial: não sabia o que acontecia. A classe estudantil que apoiava o republicanismo

não compareceu na praça do palácio em favor do novo regime. Só no dia 22 de novembro que estudantes e população em geral fizeram uma passeata comemorando o regime republicano. Nas vilas localizadas no interior da província não houve relato de grande festa com o novo regime. Nem a classe alta se entusiasmou pelo acontecimento (VIVEIROS, 1960, p.20)

Em Barra do Corda, a cerimônia da adesão foi no Largo da Matriz, no dia 22, formalizada, a seguir, no Salão nobre da Câmara Municipal. Na ausência de Isaac Martins, que ainda estava no sul, coube ao veterano Antônio Rocha Lima a Presidência da Junta que substituiu o Prefeito deposto. Todavia, os partidários republicanos nesta vila ficaram insatisfeitos com as ações da Junta Governativa na capital e não a apoiaram.

A proclamação da República criou uma tensão entre os escravos libertos de 1888. “A reação negativa da população negra à República manifestou-se antes mesmo da proclamação, através da Guarda Negra organizada por José do Patrocínio. Ocorreram vários incidentes entre os propagandistas e a Guarda” (MEIRELES, 1990, p. 22).

No Maranhão, ocorreu um evento que ficou conhecido como fuzilamento de 17 de novembro. Após 15 de novembro surgiu um boato na capital de que o novo regime revogaria a lei Áurea, o que gerou preocupação nos negros libertos que promoveram uma manifestação nas ruas da capital, no dia 17 de novembro, descendo em direção ao jornal “O Globo”, impresso republicano da época. No local estava presente um pelotão de polícia que dispersou o grupo a tiros.

Este fato acarretou na morte de três pessoas e vários feridos. O início do governo da Junta Provisória foi marcado por perseguições, prisões e deportações de partidários monarquistas ou pessoas que eram contra o regime republicano, causando medo nos ludovicenses, que demoraram a aceitar o novo regime político.

Com a implantação da República, os partidários fervorosos do novo regime não tiveram participação no poder da província no primeiro momento da Junta Provisória. O único representante republicano foi Paula Duarte. Essa Junta Provisória funcionou por apenas um mês, sendo dissolvida com a chegada do novo intendente mandado pelo presidente provisório Deodoro da Fonseca.

No início de 1890 são formados os partidos políticos no Maranhão para que concorressem às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, que aconteceu em 1891. A administração do estado passou a ser formada de acordo com os ditames do governo provisório do Rio de Janeiro.

Foi no governo provisório que os partidários republicanos tiveram acesso ao poder, sendo nomeados intendentess municipais nas vilas aonde o republicanismo predominava. Isaac Martins, principal líder do movimento republicano do Sertão maranhense, conseguiu se eleger como senador no Congresso Constituinte Nacional de 1891.

Em 1891 ocorreu um golpe de estado na qual Isaac Martins, então senador, e os republicanos a frente das intendências municipais foram tirados destes cargos públicos e substituídos por representantes do Partido Federalista, formado em 1892 pela junção de três partidos: Nacional, Católico e Conservador. “Os republicanos históricos foram praticamente excluídos, por mais de uma década, de qualquer participação em cargos Legislativo a nível estadual e federal” (FERREIRA, 2002, p. 95).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os partidos republicanos cariocas e paulistas diferiam em relação ao sentido de república. Para os cariocas era uma comunidade política ideal, sedimentada na independência e na virtude dos cidadãos, que regeneraria o país dos vícios do servilismo próprio do regime monárquico. Para os militantes paulistas, república era entendida como regime moderno e americano em oposição à monarquia, promovendo o federalismo.

Analisando os manifestos das vilas de Picos, São José dos Matões (atual município de Matões) e Carolina, percebeu-se que a ideia de república que os maranhenses tinham é semelhante às ideias dos republicanos das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Os republicanos maranhenses defendiam a ideia de república

federativa, soberania popular, positivistas, democráticas e as ideias da Revolução Francesa (igualdade, liberdade e fraternidade).

Para os partidários da capital o modelo republicano que deveria ser implantado no Brasil era uma república federativa, nos moldes da norte-americana, baseado na autonomia das províncias, na descentralização política e na soberania popular como sinônimo da democracia.

Nos discursos maranhenses há a influência dos escritos dos filósofos iluministas Montesquieu e Rousseau, ambos importantes personagens na construção das ideias de governos republicanos dos Estados Unidos e da França em 1792, que, por sua vez, serviram de exemplo para a formação de governos republicanos na América Latina.

A utopia republicana baseada na libertação do jugo monárquico, a implantação de um governo onde o povo é livre para exercer a democracia e um governo administrativo autônomo dos estados que motivaram a luta destes não teve o resultado esperado. Em suma, pode-se dizer que a república foi instalada pelos militares positivistas e os republicanos não chegaram ao poder e ficaram desiludidos com o modelo político administrativo implantado no país, e ainda que a população não participou da implantação do novo regime.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Dunshee de. **A esfinge de Grajaú**. São Luís: Sioge, 1990;
- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Montesquieu: sociedade e poder. In: WEFOFORT, Francisco C. (Org.). **Os Clássicos da Política**: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O federalista”. Vol. 9. São Paulo: Editora Ática, 1998;
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **A ideologia da decadência**. [sn], 1981;
- ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil imperial: 1870-1889**. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009;
- ARENDT, Hannah. **Da revolução**. 2º ed. São Paulo: Editora Ática e editora Unb, 1990;
- ASSUNÇÃO, Mathias Rohring. Miguel Bruce e os “Horrores da Anarquia” no Maranhão: 1822-1827. In: JACNSÓ, István (Org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Huctec/FAPESP, 2005;
- BRITO FONSECA, Silvia Carla Pereira. Apontamentos para o estudo da linguagem republicana na formação da identidades políticas na imprensa regencial fluminense. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da. (Org.). **História e imprensa: representação culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP & A; FAPERJ, 2006;
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e Educação no Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1984;
- _____. **Ideias e manifestações republicanas no sertão maranhense**. www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa. Data: 28/02/2013;
- CARVALHO, Carlota. **O sertão**: subsídios para a História e Geografia do Brasil. 3ed. Teresina: EDUFPI, 2011;
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1999;
- _____. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996;
- _____. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990;
- COSTA, Cruz. **Pequena História da República**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1972;
- COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 6 ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1994;

COSTA, Milene Riba. **A implosão da ordem: a crise final do império e o movimento republicano paulista**. 2006. 126f. Dissertação (mestrado de História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006;

COUTINHO, Mílson. **História da Assembleia do estado do Maranhão: 1890-1930**. São Luís: Sotaque Norte editora, 2008;

_____. **Fidalgos e barões: uma história nobiliárquica luso-maranhense**. São Luís: Instituto Geia, 2005;

FERREIRA, Luiz Alberto. **O movimento republicano e a gênese da reestruturação oligárquica no Maranhão (1888-1894)**. 2002. 126f. Dissertação (mestrado de História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002;

_____. **Clubes republicanos e a implantação da república no Maranhão (1888-1889)**. In: Costa, Wagner Cabral da. Org. **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: Edufma, 2004;

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2009;

_____. **A arqueologia do saber**. 7º ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008;

JORGE RIBEIRO, Jalila Ayoub. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão: 1850-1888**. São Luís: Sioge, 1990;

JORGE, Sebastião. **A imprensa do Maranhão no século XIX: 1821-1900**. São Luís: Lithograf, 2008;

LEITE, Renato Lopes. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000;

LIMONGI, Fernando Papaterra. “O Federalista”: remédios republicanos para males republicanos. In: WEFOFORT, Francisco C. (Org.). **Os Clássicos da Política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O federalista”**. Vol. 9. São Paulo: Editora Ática, 1998;

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. **A república e seus símbolos. A imprensa ilustrada e o ideário republicano, Rio de Janeiro (1868-1903)**. 2010. 423f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010;

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo, Cortez, 2000.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. 3º ed. São Luís: edições AML, 2008;

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990;

MEIRELES, Mario. **O Maranhão e a República**. São Luís: Sioge, 1990;

_____. **História do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1990;

- MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil republicano**. São Paulo: Editora Ática, 1994;
- MORAES, Evaristo de. **Da monarquia para a república (1870-1889)**. 2 ed. Brasília: Editora UNB, 1985;
- MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de. (Org). **História da imprensa no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012;
- NASCIMENTO, Milton Meira do. Rousseau: da servidão à liberdade. In: WEFOFORT, Francisco C. (Org.). **Os Clássicos da Política**: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O federalista”. Vol. 9. São Paulo: Editora Ática, 1998;
- Os pensadores: **Platão**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999;
- PESSANHA, Andréia Santos Silva. **O Paiz e a Gazeta Nacional**: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro (1884-1888). 2006. 212f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2006;
- PESTANA, Lúcio. **Memórias de um histórico**. 2 tomos. Oficinas de obras do jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1895-1896;
- PLATÃO. **A república**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1997;
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Política e Cultural no império brasileiro**. São Paulo: Editora brasiliense, 2010;
- REIS, Flávio Antonio de Moura. **Grupos Políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. São Luís: [sn], 2007;
- RIBEIRO, João. **O que é positivismo**. 2 ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1997;
- SILVA, Luiz Geraldo Santos da. O avesso da independência: Pernambuco (1817-1824). In: MALERBA, Jurandir. (Org.). **A independência brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006;
- SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da independência da província do Maranhão: 1822-1828**. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia editora americana, 1972;
- VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008;
- VIVEIROS, Jerônimo de. **Benedito Leite**: um verdadeiro republicano. 2 ed. [s.l.]. DASP, 1960;
- FONTES:**
- A LUZ – 1889;
- A REPÚBLICA – 1889/1890;
- O GLOBO – 1889/1890.

ANEXOS

ANNO I Maranhão Quinta-feira 20 de junho de 1889 nº01

A LUZ

Proprietario- Sátyro Antonio de Faria.

Compareceu hoje a Luz na arena de publicidade. Traz como bandeira a gloriosa ideia republicana, de que será campeão humilde, mais esforçados. E' seu instituído com bater ardentemente em prol da causa sancta da democracia brasileira, victimada por uma casta de príncipes ineptos ou fanáticos, que engordam á custa do suor da nação para melhor feril-a em suas liberdades e um seu desenvolvimento e progresso.

Urge que desfechemos o supremo golpe na caduca instituição monarchica, nos esfacelados partidos que a sustentam, ainda que em apparencia tão somente, finalmente nos tyrannos caricatos de que se compõe a família privilegiada que nos governa e que semelhante á parasita enfesada enrosca-se obstinadamente na grande arvore nacional.

Viva a Republica!

Anno I Maranhão – sexta-feira, 28 de junho de 1889

nº02

A LUZ

Maranhenses

Vós outros, irmãos e amigos, Portuguezes que vos consesciaste na familia maranhense.

Que mais cogitar? O que mais pomos esperar ainda?

A onda encapillada do republicanismo ensobervece, e redobra de furor, de ia para dia; a não do Estado vai derrota sem rumo, seu timoneiro já desvairou, porque a bussola de bordo doudeja e nada aponta, e as bitaculas estão quase que apagadas.

Não há meio possível, sobrehumano mesmo de fazer arribar o navio é inevitável o sessobro; porque o mesmo hélice propulsor, tardio, e desastrado, não cedendo mais a humanos exforços partiu-se, e de nada mais serve!

Nestas circunstancias; nós, espectadores entristecidos de tão desoladora e afflictiva scena jamais pudemos levar a efeito os nossos melhores e mais ardentes empenhos, nada mais devemos esperar, a não ser, deixar que enxurre nas praias o navio de nossas mais redentes aspirações: e aproveitando o seu casco sobre ele fazer aparecer, como a phenix de sobre suas rupinas, uma outra não, que mais bem dirigida, mais bem pilotada, possa levar-nos ás plagas de democracia e da felicidade porque há tanto suspiremos, e de lá então, sem recuos e sossegados, levantarmos um brado urgente.

Viva A Republica Federativa!

Typographia S.A. Faria

ANNO I Maranhão Sabbado,7 de setembro de 1889
nº01

O GLOBO

Jornal diário

Redactores e únicos responsáveis – Paula Duarte e Casimiro Junior

Sahira incessantemente ds prélos da typographia do mesmo nome – O Globo jornal diário de grande formato, contendo noticias de toda a ordem, a analyse de todos os serviços públicos, telegramas diários de todo o mundo, especialmente da capital e sul do império.

O Globo é perfeitamente imparcial em politica e absolutamente independente em suas manifestações.

O Globo admitirá em suas columnas quaisquer publicações sob a dupla condição – estylo decente – responsabilidade competentes.

São exclusivos redactores do Globo os srs. Paula Duarte e Casimiro Vieira Junior.

O Globo conterà um serviço literário e artístico, além de secção comercial e industrial.

Não se admitem assignantes para esta capital. O exemplar do dia será vendido a 40rs, à 80rs, os dias antecedentes.

Haverá assignantes para o interior da província, para o resto doo império e para o estrangeiro. As assignaturas custarão à razão de 13\$000rs anno anno.

A typographia do Globo, sita a rua 28 de julho não está sendo aparelhada de modo a imprimir qualquer livro, jornaes, preços correntes, catálogos e quando mais seja exigível.

Administração da Empreza do Globo

Maranhão, 4 de setembro de 1889

ANNO I Maranhão, 16 de novembro de 1889

O GLOBO

Jornal diário

Redactores e únicos responsáveis – Paula Duarte e Casimiro Júnior

SECÇÃO REPUBLICANA

Concidadãos

Está proclamada a República Federal Brasileira! Este grande povo fornece a civilização e à história um grande testemunho.

Nem uma gotta de sangue, nem a mais tênue alteração da ordem publica.

Em nome da liberdade, em nome da democracia, em nome da humanidade, sejamos calmos, generosos e grandes.

Reconstituamos a pátria, readquiramos os direitos cívicos.

Viva a República!

Paula Duarte

A câmara municipal, está constituída em sessão permanente. Aguarda as ordens do Governo Nacional, e recomenda a todos os seus munícipes calma, tranquilidade e esperança nas grandes instituições republicanas.

Viva a República!

O GLOBO

O povo brasileiro contempla hoje o horizonte da sua libertação. Foram libertos os escravos, são hoje livres os cidadãos. A humilhação não será mais a partilha de nós todos: e cada um de nossos filhos póde repetir orgulhoso e sobranceira – não temos mais um senhor.

A igualdade nivelou os brasileiros, a liberdade ergueu-lhes um pedestal de gloria que nenhum outro povo ainda conseguiu; a fraternidade os unir''a a ponto de fazê-los marchar sem desconcerto a meta do grandioso destino que a Providencia reserva aquelles que há escolhido na mysteriosa partilha para representar destinos únicos e singulares.

O “Globo” saudando o acontecimento mais notável, por ventura, deste século, promete todavia, guardar ilesas a imparcialidade que presidira à sua formação, à sua organização, ao seu engrandecimento, devido tão somente á independência, com que defendeu impeterritosos direitos do povo, as garantias publicas, os sagrados títulos de cidadão.

SECÇÃO REPUBLICANA

Proclamação ao povo

Calma eternal da liberdade Salve! Salve!

Concidadãos: Da aurora magnificante de “13 de maio” raiou o “15 de novembro” – o maior dia do Brasil, o mais formoso dia da America, o melhor dia do universo!

Eis a grande nota de paz e amor, que a 1789 daria e deu 1889.

E quão mais bela do que a voz tempestuosa de outr’ora não lhe estamos hoje escutando os echos seculares, que alagam de divindade o coração brasileiro!

Passaram as trevas ; entramos na luz.

Naão amaldiçoemos o passado.

Por não termos luctado pela Independência a por não termos sido vencedores americanos, soffremos (voe victis!) o longo opróbio do despotismo das tyrannias.

Soffemos a escravidão. Os próprios reis a soffreram conosco, e se era necessário que decorresse o passo fatal. Resurgimos.

Que, pois, ningue, maldiga o ex-imperador! A ex-imperial família, sendo agora família brasileira, família nossa irmã, deve de estar também sentindo nossa alegria, a alegria nacional_ que era-lhe negada quando d’antes se impunha e se ostentava senhora nossa.

Concidadãos. Cairam as fazendas de todos os escravos e surgiu a Patria de todos os livros, a Patria desarmada, a Patria feliz, toda cheia de luz, de intelligência e de gloria.

Então olhemos sublimes todos para ella, que desperta ditosa ao mais brilhante sol do novo mundo, que a trazer-nos o dia um século demorou-se depois da primeira Revolução.

Concidadãos:

Viva o Deus da liberdade!

Viva a República Federal Brasileira!

Viva o governo Provisório da Pátria!

Viva o Presidente Deodoro!

Viva a Junta Provisório do Maranhão!

Souzandrade.

ANNO I
nº62

Maranhão terça-feira, 19 de novembro de 1889

O GLOBO

Redactores: Drs. Fabio Nunes Leal e Palmerio Cantanhede

Jornal diário

Telegrammas d'O Globo

Rio, 18 de novembro de 1889.

Circulação – estações norte.

Proclamação, governo provisório Concidadãos: O povo, exército, armada nacional, um perfeito comunhão sentimentos com os nossos concidadãos residentes províncias, acabam decretar deposição da dynastia imperial e consequentemente extinção systema monarchico representativo. Como resultado immediato dessa revolução nacional, de caráter essencialmente patriótico, acaba ser instituído um governo provisório, cuja principal missão é garantir com ordem pública liberdade, direitos cidadãos. Para comporem esse governo, enquanto nação soberana pelos seus órgãos competentes, não proceder a escolha do governo definitivo, foram nomeados pelo chefe poder executivo nação cidadãos abaixo assignados.

Concidadãos, o governo provisório, simples agente temporário soberania nacional, é o governo da paz: liberdade; fraternidade e ordem.

No uso das atribuições, faculdades extraordinárias de que seja investida para defesa integridade pátria, ordem publica governo provisório, por todos meios seu alcance promete garantir todos os habitantes Brazil, nacionais, estrangeiros, segurança, vida, propriedade, respeito, direitos individuaes, politicas, salvas, quanto estes as limitações exigidas pelo bem pátria, pela legitima defesa governo proclamado pelo povo, pelo exército, pela armada nacional.

Concidadãos: as funções justiça ordinária bem assim abolido conselho estado. Fica dissolvida câmara deputados.

Concidadãos: o governo provisório reconhece, acata todos compromissos nacioanes contrabidos durante regimen anterior, tratados subsistentes com potencias estrangeiras, devida publica externa, interna, contractos vigentes, mais obrigações legalmente estatuídas.

Marechal Deodoro da Fonseca chefe do governo provisório.

Aristides Silveira Lobo, ministro interior.

Ruy Barbosa, ministro da fazenda internamente justiça.

Tenente-coronel Benjamin Constant Botelho Magalhães, ministro da guerra.

Chefe esquadra Eduardo Wanderkolk, ministro marinha.

Quintino Bocayuva, ministro relações exteriores, interinamente agricultura commercio, obras publicas.

O GLOBO

Maranhão, 19 de novembro de 1889

Enfim somos livres! Nas duas Americas, hoje, reso uníssonos os hymnos da liberdade, e de pólo norte ao polo sul existe uma só família de irmãos.

Tudo foi transformado ao doce sopro da liberdade.

A America se pertence á si mesma: os milhares de habitantes, que respirão-lhe as auras suavíssimas de seu amplo céu azul recamado de sentilhas diamantinas sentem-se agora mais fortes pela união de todos no só convívio da liberdade.

Liberdade e trabalho, eis o lemma de toda a America.

No paiz a alegria reina em todos os semblantes; a confiança no progresso da nação renasce nos corações e um futuro de esplendorosa felicidade desenha-se nos horizontes da pátria.

Damos mais um exemplo ao mundo.

A lei lustrão no céu brasileiro e a nação conheceu, pelo estremeção enorme da liberdade, que ella tinha força para mais e fez-se livre.

E fez-se livre sem combates, sem violências, sem luctas, ao som dos hymnos e aos cantos sublimes da liberdade.

Somos um povo!

Embora o ultimo a entrar no convívio das nações livres, ainda assim representamos ahi um papel excepcional pelos meios porque readquiremos a liberdade.

A velha Europa que ficara estupifacia as arcamos com a secular instituição de escravagismo, reaparecendo no cenário do trabalho mais pujantes, está presa neste momento do pasmoso feito do dia 15 de novembro.

Portugal, o velho Portugal coberto de glórias immorredoiras, se desvanece e se orgulha de haver criado na grande America o povo brasileiro.

PROCLAMAÇÃO

Está proclamado o governo republicano.

A Junta Provisória, reunida no palácio da administração pública, delibera tranquila, confiando plenamente nos sentimentos de ordem da população do Estado do Maranhão e no patriotismo, nunca desmentido, desta província ilustre pelos títulos que a nobilitam.

A Junta Provisoria tem força para garantir a segurança de cada um dos cidadãos, dos estrangeiros residentes na terra hospitaleira pátria, esta aguarda, confiada o apoio a gravidade da situação nos impõe, e que, fortalecendo a administração, assegurará ao Estado a paz e a tranquilidade.

Viva a Republica!

Maranhão, 18 de novembro de 1889.

Tenente-coronel João Luiz Tavares.

1º Tenente Candido Floriano da Costa Barreto.

Francisco Xavier de Carvalho.

O capitão José Lourenço da Silava Milanez

Francisco de Paula Belfort Duarte

Augusto Fructuoso Monteiro da Silva.

ANNO I Maranhão Quarta feira, 20 de novembro de 1889

nº63

O GLOBO

Redactores – Drs. Fábio Nunes Leal e Palmerio Cantanhede

O Globo

Maranhão, 20 de novembro de 1889

As flores, os uivos, a alegria e o entusiasmo percorrem todo o estado do Maranhão.

O telegrapho traz-nos continuamente as manifestações mais francas da adesão de todo o povo maranhense.

A antiga província renasce mais louçã no novo Estado do Maranhão.

Quebrados os velhos moldes acanhados do império, que esfacelou-se pela corrupção governamental, nove feição toma a terra de Santa Cruz.

Acabarão-se as antigas usanças. Dentro de pouco tempo os comícios populares designarão os seus representantes à constituinte, donde sahirá o pacto social, que há de firmar a união da nova Republica, e lançar os germes da felicidade da nação.

A calma, a ordem e o trabalho – eis os devers de todos os cidadãos. (p.02)

AS NOSSAS AMBIÇÕES

Quebrou-se a tutela com que nos esmagava o governo centralizador monarchico e no horizonte ainda nubloso surgem as mais risonhas esperanças.

Disappareceu essa atmosfera asfixiante que onerando o nosso organismo apenas dava-nos força para mendigar ao governo algumas medidas de progresso, as quaes seguiram-se repetidas recusas, vindo lançar na descrença os espíritos adiantados que os concebiam.

Enganados, ludibriados, e nulificados pela politicagem infrene que desmoralizava as ambições as mães nobres e que só pensava em atrofiar o desenvolvimento da pátria para que d'ahi não vesse honra e glória aos seus promovedores; os maranhenses já se tinham artificialmente revestidos d'essa descrença e d'essa espécie de fatalismo muçulmanos que tanto contrastava com o character emprehedor e altivo dos seus antepassados.

Chegou enfim a hora da redempção!

Já não pensamos mais na tutela do governo todo poderoso cujos tentáculos paralyzaram a marcha das províncias que apenas representaram os feudos da aristocracia improvisada, sempre dóceis, obedientes e prontas a obedecer ao mando que partesse da corte, pois a tanto se tinha humilhado o eleitorado.

Precisamos instruir o povo, distribuir a justiça, reformar as nossas instituições sobre as bases da liberdade e da igualdade, desenvolver, o commercio, a navegação a lavoura e a indústria, qualquer que sejam as formas que ella possa revestir as nossas ambições.

Para a execução disse plano grandioso e mister que se compnetre cada cidadão da responsabilidade que lhe toca.

Maranhenses! Não fraquejeis!

Resisti aos pedidos que tendem a neutralizar a acção da justiça, resisti aos empenhos que tendem a fazer de vós os instrumentos de vontades inconfessáveis; procurai no trabalho assíduo e honesto retemperar as vossas forças e os vosso brios, esquece-vos dos antigos ódios e confraternisai para que juntos trilhamos a estrada que há de levar a nossa geração ao altar do reconhecimento da posteridade.

GAZETILHA

No impedimento dos cidadãos Francisco de Paula Belfort Duarte e Casimiro Junior, redactores deste jornal, tendo entrado o primeiro para membro do governo provisório de Estado do Maranhão e o segundo tendo sido nomeado Chefe de Segurança Publica, foi pelo mesmos convidado para assumir a redacção o cidadão Fabio Nunes Leal, que tomou conta de honrosa missão desde ontem.

SECÇÃO TELEGRAPHICA

Rectificação

Estudantes de medicina, da Escola Polytechnica e empregados do commercio organisaram batalhões da festa republicana governo aceitar dando armamento.

Reduzia-se a nove anos o serviço da armada. Aboliu se o castigo corporal.

Silveira Martins preso em Santa Catharina. Tamandaré e Corumbá presos.

O ministério prestou juramento perante a câmara municipal. Tranquilidade geral. Enthusiasmo e adesões por toda parte.

18 de novembro.

Ouro Preto e Candido de Oliveira partiam para a Europa.

O governo da Republica tem sido muito aclamado pelo povo e assumiu a direcção das secretaris, onde foi muito bem recebido. O enthusiasmo é igual em todo o paiz; de toda parte chegam adesões (___) completa tranquilidade.

Rio, 19 de novembro.

Dr. Paula Duarte.

ANNO I
nº64

Maranhão, 21 de novembro de 1889

O GLOBO

A REPUBLICA

De todos os pontos do paiz chegam novas e entusiasticas adesões à causa da Republica.

Pujante levanta-se a democracia, e a confiança do povo nas instituições republicanas traduz-se no júbilo e nas demonstrações de prazer que, por toda a parte, teem seguido o grito da liberdade.

A revolução operada sem sangue mostra a grandeza do povo. O brasileiro convencido quer e aceita a realização de uma ideia e não reage contra aquillo que attocando os seus interesse constitue uma victoria da civilização.

Sem sangue fez-se a revolução social do trabaho – livre a pátria unir-se hão todos os cidadãos para na grande officina do trabalho nacional erguer o paiz às camadas de civilisação.

Nenhum povo enriqueceu a historia com semelhante exemplo. Com o sangue comprou a confederação norte-americana a liberdade de seus escravos, com o sangue teem sido conquistadas todas as victorias democráticas do mundo.

Altiva e generosa surge a republica!

Salve! Liberdade!

ANNO I
nº69

Maranhão Quarta feira, 27 de novembro de 1889

O GLOBO

Redactores – Drs. Fabio Nunes Leal e Palmerio Cantanhede

SECÇÃO REPUBLICANA

Nas manhãs da Republica, em nome dos Céus e da Pátria, as igrejas falam aos povos, dictando-lhes a sabedoria, a honra, a cívica prudência e o respeito aos poderes instituídos.

Em nomes da moral, as famílias conteem a seus filhos na educação recta de obediência e de justiça _ já tendo passado as vaias e os apedrejamentos da molecagem da monarchia abateu-se os pelourinhos e eleva-se a mocidade da alegria e de glória.

Em nome d sociedade, fazem todas compreender os libertos, que a lei republicana os quer homens laboriosos, felizes paes de família, na comunhão geral dos civilizados e não inimigos: pois, das escravidões a escravidão peor é a dos livres que se põem fora da Lei a é a dos cegos que não querem ver.

Adiante, depois da Proclamação, a Constituição os dois factos mais imponentes da soberania popular – a luz branca expandindo-s na serenidade matutina da Patria – a Patria estremecendo e despertando do pesadelo secular e ainda ouvindo o desaguar confuso e longiquo das represas servis d’essa Palus Mephitica de anrchias, que fundou.

A eleição constituinte é uma eleição incolor, o principio e a acção reveladora do charater em que surge a nação.

Omnipotente Deus, inspira a minha Patria no solemne momento da sua Eucharistia social!

Sousandrade.

ANNO II
nº98

Maranhão - Quinta-feira, 2 de janeiro de 1890

O GLOBO

Director e único responsável – Casimiro Junior

A Situação

A inauguração de uma nova forma de governo no paz, modificando-nos profundamente a vida nacional não pode como facto social produzir fructos benéficos, sem que nos atrophiamos no passado sejam completamente eliminados, sem que como elementos corruptores deixem de agir sobre a moralidade do nosso povo.

E' ocioso insister aqui sobre a analuse do que o passado regimen foi: todos o conhecemos e estão ainda bem proximos de nós os factos que lhe originaram a queda. Monarchia que de corrupção viva, que largamente se apoiava n'uma camarilha política cujos membros se revezavam no poder, o governo imperial que tivemos foi de uma acção por demais deprimente na nossa população. Do povo que proclamamara forte a independência fez ella uma multidão fraca, sem coesão, incapaz de pugnar pelo direito de compreender o dever. Foi este o legado triste com que nos deixou.

A mudança radical de forma de governo, parecendo alterar-nos as instituições de fond em comble, não nos arreda comtudo do caminho os elementos desorganizadores que nos embaraçamo progressivo desenvolvimento de nação nova. O povo que a monarchia fez é aquelle que tem de fazer a republica, de constituil-a definitivamente; e estragado como se acha, falto de educação cívica, não nos poderá dar de prompto instituições inspiradas nos princípios são de uma democracia pura. Leva consigo para a república os sentimentos, os interesses que a monarchia lisonjeava: é para temer que ainda no regimen republicano levarem os restos da corrupção politica que nos envenenou a vida nacional.

Não somos pessimista, mas parece-nosque é esta a verdade que todo o pensador sincero confirmará; nem convem que nos eludamos sobre o estado do nosso povo. Na nova ordem de cousas, inaugurada a 15 de novembro, já vão começando a surger, a erguer a cabeça, os elementos perniciosos que apontamos. Os velhos medalhões da gasta política passada, agora que a tranquillidade se restabeleça e a acalma reina, agora que medrosos não mais se escondem, tornam a bocas e já afixam pretenções. A raiz entriga estende por toda a parte as suas redes inextricáveis, e, se não nos engana o nosso pensar íntimo, vamos assistir na eleição da Constituinte a factos não menos repugnantes que os das passadas eleição manos repugnantes que os da passadas eleições. Os dois partidos monarchicos, aparentemente dissolvidos, congregam os seus elementos esparsos e já estão dando a senha para nova campanha. Como no passado exploravam a monarchia, pretendem hoje explorar a republica.

Se uma forma de governo pode ser mudada instantaneamente, o mesmo não se dá com o caráter d'um povo, com a índole de uma nação. Esta só por uma lenta evolução se pode transformar, ir sucessivamente melhorando. O povo brasileiro é ouvindo de populações gastas neo latinas e pesa-lhe no passado a idolatria do poder que foi sempre a religião política dessa raça. Conseguir gigantesca, que só lentamente se poderá elaborar. Só uma mudança radical na nossa educação, nos nossos hábitos e costumes, no systema econômico de vivermos, dar-nos há um povo moderno, capaz conscientemente da democracia. Em quanto transformação de tal ordem não se realizar, nós viveremos em republica, mas com os vícios da monarchia.

Não nos deve, porém, invadir o desanimo se a obra é difícil, não e comtudo impossível. Basta que conheçamos os obstáculos que nos impedem a marcha, para que nos exforcemos por arredal-os. E' a ocasião de agir, o momento de entrar em scena o patriotismo. Trabalhemos. (p.02)

ANNO I Maranhão sábado 28 de dezembro de 1889

nº 5.

A REPUBLICA

Diretório Republicano.

Acha-se organizado este directorio nesta capital da maneira seguinte:

Dr. Francisco de Paula Belfort Duarte – P.

2º tenente Marcionilio O. Rodrigues Vaz –S.

Tenente-coronel João Luiz Tavares,

Padre João Evangelista de Carvalho.

Dr. Casimiro Dias Vieira Junior.

1º tenente Candido Floriano da Costa Barreto.

Tenente-coronel Francisco Xavier da Costa Barreto.

Dr. Fábio Nunes Leal.

Major Honorio Clementino Martins.

Dr. José Vianna Vaz

Dr. Cypriano José Velloso Viana.

1º Tenente Augusto Fructuoso Monteiro da Silva.

Tenente-coronel Raymundo Coelho da Cunha.

Dr. Manoel da Silva Sardinha.

Capitão Feliciano Xavier Freire Junior

Joaquim da Sousandrade.

ANNO I Maranhão segunda feira, 30 de dezembro de 1889 nº7.

A REPUBLICA

Typographia Republicana do estado do Maranhão

Jornal oficial do governo do estado do Maranhão

Quem souber leia.

Aos adultos analfabetos.

Faça-se o bem,

Não olhe-se á quem.

Para exercer o sagrado direito civil e politico de – Votante –, o novo systema de governo exige que o cidadão saiba ler e escrever.

Muito bem!...

Quem não sabe ler e escrever não merece o qualificativo de – Republicano!... Ora, como os adultos, naturalmente se vexarão de frequentar as escolas, publicas em pleno dia, para adquirir os conhecimentos indispensáveis, por que receiam, com nazão, os quinãos e os remoques de crianças, em geral propensas à tudo desdenhar previne-se que à rua do Seminario n.18, há quem s eproopõe desvial-os desse vexame, mediante modica renumeração, leccionando primeiras letras (somente a adultos) das 6 às 8 da noite, para não complicar as horas destinadas as occupaões quotidianas dos que quizerem aproveitar tão benéfico ensejo, e boa disposição.

Perder esta pechincha, na actualidade:

Que horror!!!...

E' não quiere gosar os foros de genuíno republicano!...

E' não querer exercer o sacratíssimo direito de – Votante!...

E' não procurar receber alguma instrucção!

E' ser completamente cego, no século das luzes!... Que não gosto!...

E' não querer saber nada, por amor ao ócio, o que é pecado mortal!...

E' enfim, deixar de ser, útil á si e á sociedade, porque não pode conhecer o bem e o mal!

Assim, pois, venham senhores adultos analfabetos.

Para aprender, todo tempo é tempo, e assim, não percam tempo, que o tempo é dinheiro!

Appareçam, não tenham cerimonia, que a circunstância do crepúsculo Vespertino, como que mascarando as sympathicas phisiomias que se desvenda mão na matutina aurora de mão remoto dia resplandescete para vós, aliada à modicidade do preço por tão fatigante mister, não deixa de convidar á sorver-se algumas gotas de salutar e delicioso néctar que se denomina _ instrucção popular!

A' rua do Seminário, sem perda de tempo!...

A' republica exige!...

Bem como que as redacções dos diversos jornaes, transcrevão esta novidade, para confirmar a epigraphe. (p.1)

A REPUBLICA FEDERAL BRASILEIRA

A revolução de 15 de novembro d'este anno transformou o Imperio do Brazil em Estados Unidos do Brazil, isto é, em uma republica Federal sob este titulo.

Consequentemente e logico, e necessário que as leis de antigo império sejam substituídas por novas leis, que se harmonizem com o systema republicano agora estabelecido, por que fazer o contrario seria o mesmo que – mudar de nome sem mudar de cousa. Ora a republica tem por fim a liberdade, igualdade e fraternidade; logo deve ter por norma do seu governo a INSTRUÇÃO POPULAR em primeiro lugar, pois sem ella nada se fará em prol da trindade sublime a que nos referimos.

Nos governos monarchicos, a base fundamental dos seus sustentáculos é a ignorância completa do povo no tocante aos diferentes ramos dos altos conhecimentos humanos.

Nas monarchias só a certas classes privilegiadas é que é dado o descortinar os horizontes da verdade; só a certos indivíduos é que é concedido o direito de saber, v, g, que o mundo que habitamos é um globo ou quase globo que gyra no espaço, etc. etc., o povo, esse paria das monarchias, tem para si que o nosso mundo é uma superfície infinita, tendo dois buracos – um por onde entra o sol, quando nasce, e o outro por onde ele sahe, quando pôe-se. Eu, por exemplo, tenho sido testemunha ocular e auricula de astronomia deste jaez e ainda de jaez peto (?) entre o nosso povo. Mas prossigamos.

Nas monrachias, as posições sociaes grangeam-se mais pelas péssimas qualidades dos indivíduos de que pelas boas. Mais sob quem mais infamis pratica e mais se eleva na sociedade, quem mais ignorante, mais presumido, mais vaidoso, mais anti-social e mais pedante se mostra. Por isso ate na própria classe privilegiada dos chamados_ fidalgos _ encontram-se milhares de indivíduos completamente ignorantes.

E como deixar de ser assim, se nas monarchias a grandeza e sublimidade das cousas residem nas pessimidades das mesmas?!

Em Roma no tempo da monarchia, os senhores feudais orgulhavam se por não saber ler nem escrever!

A grammatica, a rhetorica, a logica etc. etc.; a musica, o desenho, a pintura etc. etc.; a physica, a chimica, a historia natural etc. etc.; as artes e sciencias mecânicas etc. etc. eram pelos senhores feudais consideradas como cousas indignas de pessoas nobres, e so próprias de entes desprezíveis como os escravos! Toda a grandeza dos taes nobbbbres consistia em serem brutos a mais não poderem e possuírem uma legião imensa de escravos, que soubessem as caricaturas d'essas matérias, porque as artes e sciencias propriamente ditas os escravos ignoravam-se escondidas nos escannnninhos das sociedades secretas, que tinham por fim libertar os povos e derrotar o feudalismo etc.

Porém deixemos, o povo romano, e voltemos a nós mesmos _os brasileiros, e veremos que uma coisa idêntica a de Roma se estava dando no Brazil.

Entre nós estava constantemente pondo-se em prática aquela teoria cruel da hedionda e sinistra Monita Secreta, tão usada entre os povos monarchicos antigos e tão preconizada pelos monarchistas do século actual. Eis o que dizia um dos capitulo. Das monitas Secretas:— Mais se adora um Deus que manda um dia ameno para consolação do seu povo. Com isto queriam dizer que os governos para serem adorados pelos seus povos devem ter o terror a crueldade, etc. etc., como syntheses dos seus systemas de governar.

E' por este motivo que as monarchias têm todos os systemas de terrores desde os visíveis até os simulados, como os títulos de marqueses, duques, etc, etc.

A' Simples vista de um titular todo cheio de comendas, de fitas douradas, de bugigangas luzentos, o campones matuto corre assustado assim que vê ao longe o figurão dourado e abojigangado. E' isto o terror elevado a ultima potencia, o terror manifestado até nas próprias vestimentas! Ora como niguém pode compreender arte ou sciencia alguma quando se acha possuído de terror, segue-se que a teoria acima de monita secreta posta em pratica conduz o povo ao máximo grau de estupidez.

Eis a razão porque nas monarchias há mais cadeias e grilhões do que casas de educação e de instrução; há mais títulos fúteis e bombásticos do que livros de artes ou sciencias, e esses mesmos poucos que há são tão fúteis e tão inúteis como os ditos títulos, pois sciencia de taes livros e equivale a $0-0=0$ ou $0=0$.

E para prova do que dizemos, basta que lancemos mão de um qualquer livro de instrução entre nós. Vejamos, v.g., a Geometria de Ottoni: é tão escura e charlatanica a maneira por que esse livro ensina esta sciencia, que , para compreender-se o que ele diz, é necessário que quem o tiver procure um mestre senhor mestre, do contrario la se vai perdido o dinheiro dado pelo

famoso livro, que, para vergonha do pseudo autor, não passa de uma pessíssima compilação de obras alheias!

Vêde a maneira clara e sublime porque ele ensina a construir as taboas trigonométricas!

Faz uma confusão enorme para explicar em muitas palavras aquillo que os outros explicam claramente em poucas phrases!

Mas como isto é sabedoria monarchica, avante. Artista, tu que precisas saber traçar elipses, ovaes, espiraes etc. et.; tu que necessitas de saber o traçado de todas as figuras geométricas necessárias ao teu officio de marceneiro, carpina, entalhador, etc etc_ já achastes explicação a tal respeito em (_____), na sua geometria/(_____) não. (p. 2)

A REPUBLICA

A monarchia era a morte das províncias, e a federação será a vida dos novos estados da Republica Brasileira.

O regimen centralizador e opressivo que a monarchia impunha à nação brasileira, regimen que era um verdadeiro polypo que sugava a vida e as riquezas das províncias, teve, em tempos, adeptos fervorosos; porém depois, pela lição dos factos, pela observação que constantemente oferecia a centralização monarchicas, seus adeptos começaram a enxergar na descetralisação a única salvação da nacionalidade brasileira, e trataram mais ou menos de adoptar a federação como único remédio capaz de levantar as provincias extenuadas.

A monarchia, porem, não faria a federação, e a prova disso está no programma do ministério que a revolução de 15 de novembro derrubou. A monarchia não podia admitir a federação, porque vive de centralização, e a federação trazia como consequência o cerceamento dos seus poderes.

Seria um facto virgem na história a monarchia federal. A Allemanha, que muitos trazem como argumento em favor da federação como argumento em favor da federação com o regimen monarchico não procede, porque na Alemanha só existe a confederação in nomine: os diversos estados que compõem hoje o Imperio alemão são absorvidos pela Prussia que é a cabeça que dirige o braço que executa, por meio das finanças e do militarismo.

Felizmente, para nós a federação será feita de acordo com o único governo compatível com ella – A Republica.

O novo regimen trará como consequências do seu advento outras reformas inadiáveis, que a monarchia nunca teve a coragem de executá-las, por que são reformas profundamente democráticas.

A grande naturalização; o casamento civil: o direito de voto ampliando em sua mais lata extensão; o ensino primário profusamente espalhado por toda parte;

o ensino secundário reformado de acordo com o espirito scientifico moderno, são as reformas urgentes que Republica fará: porque ellas constituem a sua suprema aspiração.

Portanto, a época actual é de reconstrução, e todo o patriota deve cooperar com o seu esforço e suas sympathias para que o governo estabelecido no dia 15 de novembro por uma gloriosa revolução, seja o inicio da grandeza do Brazil futuro. (p. 03)

ANNO I Maranhão terça feira 31 de dezembro de 1889

nº08

A REPUBLICA

Jornal oficial do governo do estado do Maranhão

Typografia republicana do estado do maranhão_ 1889

Redação- rua grande

Jornal Diario Propriedade da Satyro Antonio de Faria.

A Republica

A revolução em 1848 em França que derrubou Luiz Philippe, teve na Europa uma repercussão que abalou os thronos dos reis e obrigou Pio IX a ceder diante da exigencia do povo italiano a refugiar-se em Gaeta.

A revolução é um rastilho de pólvora e onde há prepotência, onde existem homens classificados como produtos do direito divino, a revolução desenvolve-se e o rastilho faz explosão.

Luiz Philippe, como verdadeiro Orlêans, era hypocrita, pretendendo aliar a blouse com a coroa real. Em um momento inesperado o povo francez levantou-se e jogou para longe o throno, obrigando o velho rei a fugir disfarçado e coberto de ridículo. Immediatamente a Europa inteira soltou um brado de entusiasmo diante da attitude patriótica do povo francez, e em diversos estados italianos um movimento revolucionário caracterizou-se perfeitamente.

A nossa gloriosa revolução de 15 de novembro também repercutiu no estrangeiro.

O Canada, a ilha de Cuba e a Hespanha estõa entrando francamente em período revolucionário, devido á proclamação da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

A rica possessão inglesa há muito tenta a sua independência; em seu parlamento que anualmente se reúne em Ottawa, vozes patrióticas reclamam a completa separação da Inglaterra e a formação da Republica da Nova Bretanha.

E o canada fará a sua independência, assim como fizeram-n'a os Estados Unidos, e assim como um dia farão a Irlanda e a Polonia.

Cuba, a perola das Antilhas, por varias vezes tem se insurrecionado, e se não fosse a espada de Martinez Campos, já ter-se-ia constituído a Republica Cubana.

A Hespanha, a metrópole, luta ingualmente pela reconquista de sua republica, esmagada em 1875 pela traição de uns e pela covardia de outros.

Quando um povo entra em terreno revolucionário ou é completamente esmagado ou conquista a independência política. A primeira hypothese é inadmissível no fim do século XIX.

O occidente da europa é um problema histórico cuja resolução estamos vendo operar-s lentamente no sentido da instituição republicana em seus estados.

A Italia, a França e a Peninsula Iberica caminham para a Republica ou antes, acompanham as suas antigas colônias.

As leis da historia tem o mesmo caracter scientifico que as leis que regem as mathematicas.

O século XX constituirá o apogeo da humanidade pelo estabelecimento completo do regimen livre concretizado na Republica. (Da gazeta de Campina)

(p. 03).

ANNO I Maranhão, sábado 4 de janeiro de 1890

nº11

A REPUBLICA

Jornal official do governo do estado do Maranhão jornal diario

Typographia republicana do estado do Maranhão – 1889

Redação rua grande propriedade de Sátiro Antonio de Farias

A REPUBLICA

Estado do Maranhão 4 de janeiro

Estamos em pleno paiz republicano; mas infelizmente ainda há entre nós quem julgue estarmos no paiz do não há quem se entenda. E' por consequência necessário fazer ver a quem assim pensa que não pense de tal maneira, porque estamos definitivamente em que não pense de tal maneira, porque estamos definitivamente e um paiz onde a monarchia cahia para nunca mais levantar se. E nem se julgue que fazemos uma afirmação profética baseados tão somente no nosso modo de pensar. Não; não tal pedantismo na nossa profecia, porque sabemos que o sentimento popular na sua maioria absoluta no mundo inteiro repele hoje o funesto regimen monarchico, porque ele so tem servido para embrutecer os povos e desgraçar as nações. Em apoio doque dizemos, citamos os nihilistas da Rússia e outros batalhadores em prol da liberdade dos povos, em favor do triunfo da democracia. Todos esses homens e todas as sociedades a que pertencem são por si sós bastantes para levar a efeito em todo este planeta que habitamos as grandes ideas do filho do carpinteiro e da camponesa da judia.

Ainda mais; poderíamos provar, se quiséssemos, que foi justamente a queda à existência d'essas sociedades que demos a queda da monarchia entre nós. Por consequência a nossa profecia transforma-se n'um enunciado já conhecido de milhões de pessoas e deixa ipso facto de ser profecia; é apenas a declaração do modo de pensar dos povos do século vindouros, séculos esses em que o gênero humano tem forçosamente ser mais salvo do que nós não o somos.

Se a revolução franceza de 1789 teve a sua origem na Tege bunda, a revolução brasileira de 1789 teve sua fonte em sociedades idênticas a ella.

Se a expulsão dos jesuítas do Japão e da China foi motivada pela Sociedade dos Trinos n'esse paizes, a expulsão dos mesmos jesuítas em Portugal, Hespanha, etc. etc. teve nascimento em sociedades idênticas os japonezas e chinesas. Enfim já não é hoje a luta dos povos em favor dos seus direitos e da sua liberdade; pelo contrario até vemos que essa luta torna-se tanto tenaz e

tanto mas victoriosa quanto mais velha a humanidade fica. Ora se já sabemos d'isto—; como esperar pelo triumpho de monarchias e cosas semelhantes? Será absurdo espera-lo.

Pelo que acabamos de dizer college se perfeitamente que não estamos no paiz do onde não há quem se entenda. (p. 02)

ANNO I Maranhão, quarta feira 8 de janeiro de 1890

nº 13

A REPUBLICA

Estado do Maranhão 8 de janeiro

O Horizonte Politico

Foi ainda no tempo da monarchia aos nossos leitores. Uma longa e fastidiosa moléstia nos obrigou á guardar o silencio de então cá. Hoje, eis-nos no pleno fulgor da nossa aurora da republica Brasileira.

Execução pacífica de uma tão profunda revolução, e que marcará na historia como exemplo único, sorprehendeu à todo o mundo. Quem, porém, tiver estudado o character do povo brasileiro com atenção e se recordar do modo pacífico, porque se operou a reforma do elemento servil que annuillou em direito de propriedade garantido por lei, não tem motivo para se sorprehender.

Onde não há resistência, não pode haver lucta. Que resistência, poderia a Republica encontrar? Tão somente a dos monarchistas. Quaes são os monarchistas? Apenas uma fracção diminutíssima, talvez de 1 a 2% se compõe de monarchistas convencidos, que, como o Dr. João Mendes, o quase único dde S. Paulo, não querem ouvir falar em republica.

Os outros adhesos á monarchia só o eram ou pelos seus grandes interesses materiais à ella presos, ou porque eram admiradores e amigos pessoases do imperador, a grande maioria que não adería à republica só o fazia porque a ideia republicana de sangue e regicídio.(p. 02)